

André Correia Gomes Castro

Desindustrialização e regeneração urbana: caso do vale de rio Tinto em Campanhã

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Riscos, Cidades e Ordenamento do Território orientada pelo(a) Professor(a) Doutor(a) José Alberto Vieira Rio Fernandes

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Julho de 2016

Desindustrialização e regeneração urbana: caso do vale de Rio Tinto em Campanhã

André Correia Gomes Castro

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Riscos, Cidades e Ordenamento do
Território orientada pelo(a) Professor(a) Doutor(a) José Alberto Vieira Rio Fernandes

Membros do Júri

Professor(a) Doutor(a) Ana Maria Rodrigues Monteiro Sousa

Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Professor Doutor Helena Cristina Fernandes Ferreira Madureira

Faculdade de Letras – Universidade do Porto

Professor Doutor José Alberto Vieira Rio Fernandes

Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Classificação obtida: 18 valores

Índice

Agradecimentos	5
Resumo	6
Abstract.....	7
Lista de abreviaturas e siglas	8
Índice de figuras	9
Índice de tabelas	11
1. Introdução.....	12
1.1 Enquadramento do tema	12
1.2 Objetivos	15
1.3 Metodologia	16
1.4 Estrutura.....	17
2. Revisão da Literatura	18
2.1 Desindustrialização	18
2.2 Brownfields.....	22
2.3 Regeneração Urbana	27
2.4 Casos de estudo.....	40
2.5 Objetivos das intervenções realizadas	46
Economia criativa.....	46
Espaços verdes urbanos.....	52
3. O vale do Tinto em Campanhã: Desindustrialização, Planeamento e Regeneração	55
3.1 Caracterização.....	55
3.2 Projetos	68
Plano Diretor de 1962	68
Plano Estratégico do Vale de Campanhã	69
Plano de Pormenor Flores – Corujeira	72
Iniciativa comunitária URBAN (1994-2013).....	73
PDM 2003	76
Plano de Pormenor do Parque Oriental	79
Plano Pormenor das Antas	80
Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG).....	83
Metro do Porto	84
Programa Metropolitano para a Qualificação Urbana da Circunvalação (PMQUC)	
.....	85
Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Campanhã.....	87

Plano Intermunicipal de Valorização do Douro (PIVD).....	89
Matadouro Industrial do Porto	92
Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU).....	93
3.3 Estado dos Projetos/planos	95
4. Cenários.....	98
4.1 Intervenções na área de estudo	98
Economia criativa - Cenário.....	99
Espaços verdes urbanos - Cenário.....	101
Economia criativa e espaços verdes urbanos - Cenário	102
Conclusão	104
Referencias Bibliográficas.....	108
Anexos	113

Agradecimentos

As minhas primeiras palavras de agradecimento são dirigidas para o Professor Rio Fernandes que através da sua sabedoria, experiência, e dos seus conselhos, me permitiu chegar ao fim desta jornada de um ano, com a sensação de dever cumprido.

Agradeço também ao Professor Alberto Gomes por me ter ajudado em algumas fases da dissertação, através do esclarecimento de dúvidas acerca dos Sistemas de Informação Geográfica, para aplicação no meu tema.

De seguida, gostava de agradecer a todos os meus colegas do Mestrado de Riscos, Cidades e Ordenamento do Território, que partilharam este caminho comigo durante dois anos, e que foram importantes para a tomada de decisões.

Também agradeço, à Dr.^a Maria João Carvalho, à Dr.^a Isabel Martins e ao Eng.^o José Duarte, da Câmara do Porto por me terem recebido, e disponibilizado tempo, e dados para esta dissertação.

Por último, gostaria de agradecer à família, amigos, por me acompanharem ao longo destes últimos 5 anos na faculdade.

Aquele que diz que pode, e aquele que diz que não pode, estão ambos certos.

(Henry Ford)

Resumo

A desindustrialização é um processo que consiste, no essencial, na diminuição das empresas e da mão-de-obra empregue no sector secundário (dito produtivo), com manifestações evidentes no território, especialmente nos espaços urbanos mais consolidados. Verifica-se sobretudo em países ditos mais desenvolvidos, com mudanças diversas, sendo uma delas a multiplicação de espaços vazios provenientes de antigas fábricas, armazéns e estruturas da “cidade industrial” os quais constituem o que se veio a designar por *brownfields*.

Estes são uma consequência deste processo de desindustrialização e levam à desvitalização, desvalorização e degradação da área onde estão inseridos. Ao acontecer isto podemos enfrentar os problemas que uma antiga área industrial como Campanhã (na cidade do Porto), encara atualmente, na dimensão socioeconómica e ambiental desde logo, verificando-se até que estes espaços vazios sejam utilizados para atos associados à toxicodependência e delitos diversos. Além disso, importa considerar o impacto que edifícios degradados apresentam na paisagem e o efeito que podem ter na estigmatização da área.

Para resolver este problema de espaços vazios degradados nas cidades, poderão ser tomadas algumas medidas que os transformem e que transformem também o espaço à sua volta. Essa é uma das dimensões e razões da emergência e alargamento das políticas ditas de regeneração que tem em vista dar uma nova vida a estes territórios deprimidos, utilizando uma metodologia que pretende aproveitar eficazmente os recursos para promover mais qualidade urbanística e da vida dos residentes.

Palavras-chave: Desindustrialização, Brownfields, Regeneração, Território, Degradação

Abstract

Deindustrialization is an issue in some developed countries, because is a process that is still present in some countries. With the onset of this process, there are several changes with regard to the spatial dimension, and these caused changes, and one of them is the appearance of empty spaces from old factories which may be called brownfields.

These are a consequence of this phenomenon, and in some cases lead to the degradation of the area in which they are inserted. When this happens we can address the problems that a former industrial area as Campanhã, is currently facing, with high socio-economic and environmental degradation. It should also be noted, the impact that degraded buildings have in the landscape and the negative effects inherent them, contributing to the stigmatization of the area.

To solve this problem of derelict empty spaces in cities, should be taken some measures to transform them and also transform the space around it, that's why regeneration, is currently a very policy followed in the majority of countries facing this problem. Urban regeneration assumes itself here as an option to give new life to these depressed areas using a single methodology that aims to efficient use of natural and human resources present in these locations.

Keywords: Deindustrialization, Brownfields, Urban Regeneration, Territory, Degradation

Lista de abreviaturas e siglas

ACRRU – Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística

AMP – Área Metropolitana do Porto

ARU – Área de Reabilitação Urbana

CAOP – Carta Administrativa Oficial de Portugal

CIP – Confederação Empresarial de Portugal

CMP – Câmara Municipal do Porto

DMPOT – Divisão Municipal de Planeamento e Ordenamento do Território

ETAR – Estação de Tratamento de Águas Residuais

FAP – Federação Académica do Porto

INE – Instituto Nacional de Estatística

MAP – Mercado Abastecedor do Porto

PARU – Plano de Ação de Regeneração Urbana

PDM – Plano Diretor Municipal

PEDU – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano

PIVD – Plano Intermunicipal de Valorização do Douro

PMQUC – Programa Metropolitano para a Qualificação Urbana da Circunvalação

PP – Plano de Pormenor

PU – Plano de Urbanização

REOT – Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território

SIM-Porto – Sistema Multicritério de Informação da cidade do Porto

UOPG – Unidade Operativa de Planeamento e Gestão

UPTEC – Parque de Ciência e Tecnologia da Universidade do Porto

VCI – Via de Cintura Interna

Índice de figuras

Figura 1 - Porto em 1984.....	13
Figura 2 - Porto em 2012.....	13
Figura 3 - População empregada por setor de atividade económica	18
Figura 4 - Processo de desindustrialização em áreas urbanas	23
Figura 5 - Processo de regeneração urbana	36
Figura 6 - Westergasfabriek antes da intervenção.....	41
Figura 7 - Westergasfabriek depois da intervenção.....	41
Figura 8 - Poblenu antes da intervenção.....	43
Figura 9 - Poblenu depois da intervenção	43
Figura 10 - Barakaldo antes da intervenção	44
Figura 11 - Barakaldo depois da intervenção	45
Figura 12 - Abordagens conceptuais chave para a criatividade nas cidades	49
Figura 13 - Estratégias de desenvolvimento cultural.....	51
Figura 14 - Evolução do espaço urbano: Áreas industriais	56
Figura 15 - Condomínio fechado na Rua do Freixo junto à Ponte.....	57
Figura 16 - Ilha na Rua do Freixo próximo à estação de Campanhã.....	57
Figura 17 - Empresas de comércio e indústria à data de 1990	58
Figura 18 - População residente na área de estudo (1991, 2001, 2011).....	60
Figura 19 - Escolaridade da população na área de estudo (2011)	61
Figura 20 - Espaços desocupados e indústria em atividade.....	63
Figura 21 - Localização da indústria em 1990	64
Figura 22 - Estado dos espaços desocupados	66
Figura 23 - Plano Diretor de 1962	69
Figura 24 - Plano Estratégico do Vale de Campanhã.....	71
Figura 25 - Plano de Pormenor Flores - Corujeira	72
Figura 26 - Iniciativa Comunitária URBAN	75
Figura 27 - Carta de qualificação do solo.....	78
Figura 28 - Lugar das Antas antes da intervenção.....	80
Figura 29 - Lugar das Antas depois da intervenção	81
Figura 30 - PP das Antas	82
Figura 31 - Linhas futuras do Metro do Porto	85
Figura 32 - Plano Metropolitano para a Qualificação da Circunvalação	86
Figura 33 - ARU de Campanhã	89
Figura 34 - Plano Intermunicipal de Valorização do rio Douro	91
Figura 35 - Projeto Matadouro Industrial do Porto	93
Figura 36 - Planos e projetos já executados	96
Figura 37 - Tipo de cenários.....	98
Figura 38 - Economia criativa no Porto.....	100
Figura 39 - Espaços verdes urbanos no Porto	102
Figura 40 - Espaços verdes urbanos e economia criativa no Porto	103
Figura 41 - Casas degradadas na área de estudo	113
Figura 42 - Edifícios construídos	114
Figura 43 - População residente com ensino básico.....	114
Figura 44 - População residente com ensino secundário e superior.....	115
Figura 45 - População residente por faixa etária	115

Figura 46 - População empregada e desempregada.....	116
Figura 47 - Residências com menos de 100 m2 e com mais de 100 m2	116
Figura 48 - População sem saber ler nem escrever	117
Figura 49 - Fábrica Nobreza.....	118
Figura 50 - Central Elétrica do Freixo.....	118
Figura 51 - Projeto Matadouro Industrial do Porto	119

Índice de tabelas

Tabela 1 - Benefícios da regeneração de brownfields	24
Tabela 2 - Fatores de sucesso à escala espacial	25
Tabela 3 - Evolução da regeneração e tipo de políticas	28
Tabela 4 - Tipos de Planeamento	38
Tabela 5 - Políticas direcionadas para a economia criativa.....	46
Tabela 6 - Impactos da gentrificação.....	52
Tabela 7 - Benefícios dos espaços verdes urbanos.....	53
Tabela 8 - Estado dos planos/projetos	97

1. Introdução

1.1 Enquadramento do tema

Esta dissertação tem por título “Desindustrialização e regeneração urbana: caso do vale do rio Tinto em Campanhã”. Se é certo que o processo de desindustrialização se fez há muito em Portugal junto das principais cidades, é ainda altura de perceber como é que isto interfere e somos capazes de modificar o território onde vivemos no sentido de o melhorar. Por isso, o objetivo principal desta dissertação é perceber como a desindustrialização pode afetar as áreas urbanas e como se pode reverter esse processo.

As cidades ao longo do tempo apresentaram vários períodos de expansão do seu tecido urbano, mas é no século XX que se dá uma expansão particularmente intensa, sobretudo no pós-guerra, associada ao aumento da riqueza e à banalização do uso do automóvel. Esta expansão relaciona-se também com o *baby-boom* e um continuado êxodo rural, com suburbanização e alterações importantes na estrutura e paisagem urbanas.

Em Portugal a expansão urbana também se verificou no pós-guerra, mas sobretudo a partir dos anos 60 e, mais ainda, após a adesão à União Europeia e integração na zona euro resultando numa sobreexpansão que tem como uma das consequências a existência de um elevado número de edifícios vagos, que com o tempo se degradam.

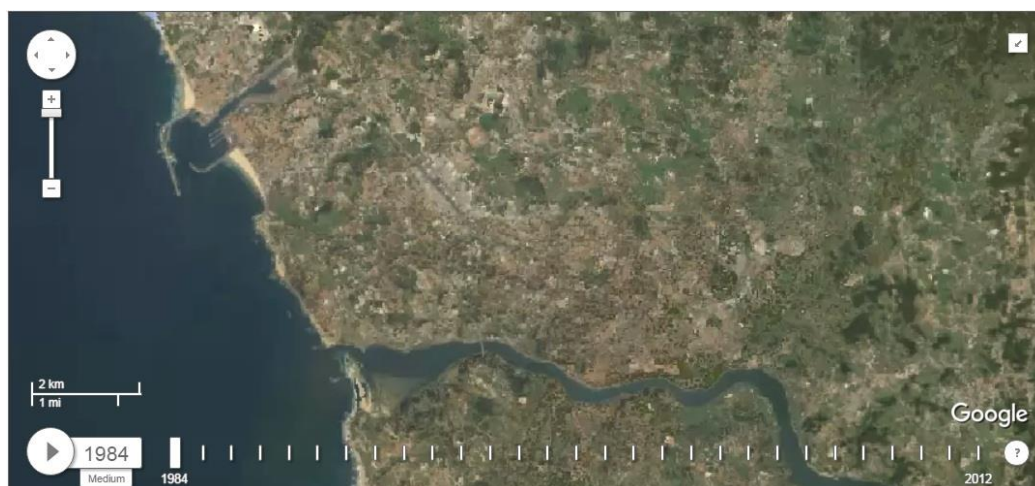


Figura 1 - Porto em 1984

Fonte: Google Earth Engine

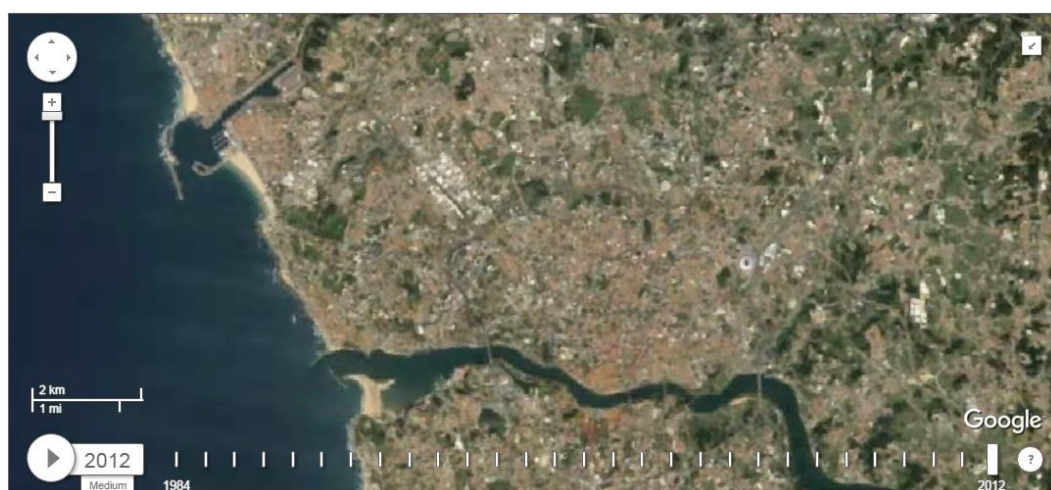


Figura 2 - Porto em 2012

Fonte: Google Earth Engine

Este processo de expansão do tecido urbano, ocorreu a par do fecho de fábricas em lugares centrais que, à altura da sua edificação não o eram. Assim, as indústrias que existiam anteriormente a este período de expansão e que estavam localizadas fora da cidade consolidada, enquanto esta não apresentava uma grande expansão do seu tecido urbano tinham disponibilidade de terreno no caso de quererem aumentar as suas instalações e boa mobilidade para entrada e saída de mercadorias. Todavia, com a expansão e densificação urbana deixou de haver disponibilidade das indústrias para se expandirem e também os terrenos circundantes viram o seu valor aumentado, o que poderá estar na origem do processo de relocação da indústria em outros locais,

quando não no seu encerramento associado à desindustrialização que ocorre na economia do país, com aumento de empresas e emprego no sector terciário. O caso de Campanhã está também muito ligado a esta expansão da cidade e sua quase total terciarização.

Estas áreas desindustrializadas têm vindo a ser objeto de estudo e de importantes projetos que pretendem trazer uma nova dinâmica para estes locais, porque muitas destas áreas sofrem graves problemas. É aqui que a regeneração urbana entra como um instrumento/estratégia capaz de dar uma nova vida e um novo alento aos locais.

1.2 Objetivos

Os objetivos desta dissertação, tendo como caso de estudo uma área industrial de Campanhã, são:

- Entender o processo de desindustrialização e a constituição de *brownfields*;
- Caracterizar a regeneração urbana e ver como esta pode contribuir para a qualificação territorial;
- Identificar casos de estudo, com características idênticas às de Campanhã, e utilizá-los como referência para intervenções na área de estudo;
- Fazer um diagnóstico da área de estudo no domínio das infraestruturas, do ambiente e de aspetos socioeconómicos e conhecer os futuros projetos/planos que estão previstos para esta área;
- Elaborar diversas hipóteses daquilo que pode vir a ser Campanhã com ou sem intervenção.

1.3 Metodologia

Quanto à metodologia começa-se por considerar um enquadramento teórico, baseado na pesquisa de dados científicos em ferramentas online, como Science Direct, SagePub e Taylor and Francis, entre outras revistas. Seguidamente avançar-se-á para as questões práticas, onde se pretende utilizar informação capaz de ser transportada para o mapa através de alguns dados já presentes em documentos oficiais da CMP, como por exemplo, REOT, documentos ligados à constituição da ARU Campanhã-Estação e a Planos Diretores Municipais, Planos de Pormenor e Planos de Urbanização, posteriores a 1974, assim como outros projetos previstos para a área. Na análise a estes dados sobre os projetos/planos, serão tidos em conta os aspetos mais físicos das intervenções, ou seja, se existiu algum tipo de intervenção que foi materializada, utilizando depois os dados do INE à subsecção, para complementar a análise a estas intervenções, de maneira a ver se existem ou existiram algumas mudanças no território, que não sejam físicas. Neste capítulo os dados serão referenciados através de relatórios sobre estes projetos, incidindo mais na identificação dos objetivos desses projetos e que tipos de intervenções estão delineadas.

No domínio da cartografia, consultou-se o sistema de informação geográfica do Porto, assim como mapas diversos, entre eles os que se incluem na obra “O Espaço Urbano do Porto” de Pereira de Oliveira, especialmente o que trata a distribuição espacial das indústrias no início dos anos 70. A informação sobre a indústria também será complementada por dados disponibilizados pela CMP, e também por trabalho de campo, identificando brownfields, seguindo os critérios que foram definidos pela CMP, de modo a aproximar os dois levantamentos.

Por último, a área de estudo foi selecionada tendo em conta a área com mais espaços degradados derivados de antigas indústrias, da freguesia de Campanhã, e onde existem graves problemas socioeconómicos.

1.4 Estrutura

Quanto à estrutura da dissertação, esta contém duas partes, uma teórica e outra empírica:

- Na primeira parte é apresentado o enquadramento teórico dos conceitos fundamentais para a dissertação: desindustrialização, *brownfield* e regeneração urbana. Seguidamente, serão identificados os casos de estudo a analisar e será feita uma análise àquilo que foi feito e os impactos que esses tipos de intervenção podem trazer para o território;
- Na segunda parte faz-se a caracterização da área de estudo. Também se procura identificar os projetos que já existiram e os que existem;
- Por último, com base nas intervenções efetuadas nos casos analisados, é feita uma previsão daquilo que pode acontecer, caso sejam replicadas intervenções como estas.

2. Revisão da Literatura

2.1 Desindustrialização

A desindustrialização é um processo que começou na segunda metade do século XX nos países desenvolvidos e que representou mudanças económicas, sociais e espaciais (Miletić, Lukić, & Miljanović, 2011). Contudo, isso foi sentido de forma diferente em diversos países, ou seja, apesar de existir um padrão para o começo deste, há países que experimentaram a desindustrialização no final do século XX ou no início do século XXI.

Este conceito pode ter várias definições que vão desde uma diminuição de comércio de bens manufaturados ao insucesso de um país ou de uma região em assegurar um crescimento sustentado das exportações, capaz de criar emprego, ou, então, a mais simples de todas, que é o declínio de emprego na indústria (Popescu, 2014).

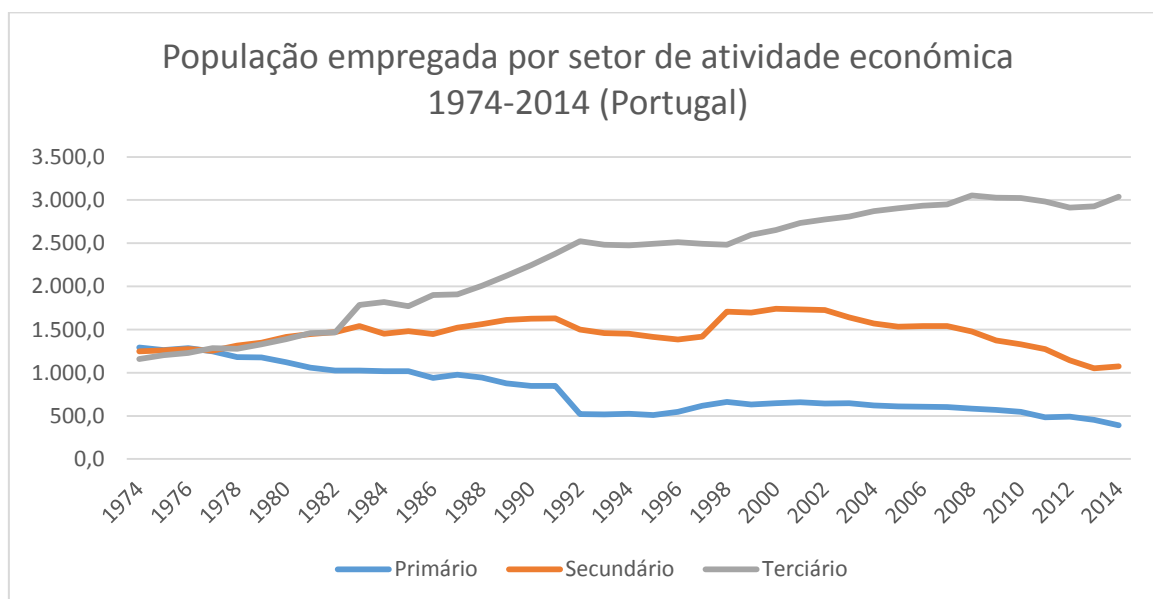


Figura 3 - População empregada por setor de atividade económica

Fonte: Pordata

Existem várias causas para que isto aconteça em economias desenvolvidas e estas são muitas, normalmente ligadas às questões económicas e menos às questões territoriais, como é o caso do estudo da dissertação. Contudo, há algumas que estão mais presentes e assim se torna mais fácil definir o que leva à desindustrialização, como

se pode ver abaixo, na enumeração das causas deste fenómeno, por diversos autores diferentes:

- O aumento da competição internacional, mudança nos padrões do comércio mundial e o crescimento de empresas multinacionais (Graham & Spence, 1995).
- A mudança de um modo produção Fordista para um modelo pós-Fordista também é entendida, já que o primeiro modelo, organizado em volta da produção em massa e na exploração em grandes economias de escala, saía mais beneficiado em economias urbanas, enquanto o modelo pós-Fordista virado para uma produção em pequena escala e mais flexível, tende a instalar-se nas pequenas localidades e nas áreas rurais (Graham & Spence, 1995).
- Fatores externos: a globalização, o aumento da competitividade internacional e o aumento do comércio internacional. Fatores internos: a aplicação de inovações no processo de produção, o aumento da produtividade industrial e uma mudança na procura de bens e serviços (Miletić et al., 2011).
- A diminuição das atividades relacionadas com o setor secundário e a passagem para atividades terciárias e quaternárias (Miletić et al., 2011).
- A deslocalização de produção industrial das cidades para áreas mais periféricas, onde não se encontram tantos constrangimentos a níveis espaciais, transportes e ambientais (Miletić et al., 2011).
- Mudança radical no regime de propriedade, a extinção dos mercados tradicionais, uma rápida liberalização do comércio, globalização, desregulamentação e mudanças tecnológicas (Popescu, 2014).
- À medida que um país/região enriquece, os consumidores querem adquirir relativamente menos produtos provenientes da indústria transformadora e relativamente mais produtos provenientes do sector dos serviços. Há também a considerar a migração dos empregos industriais dos países ricos, para os países pobres (Ferreira, 2011).
- A desindustrialização dos países e regiões poderá fundamentar-se na competitividade (ou a ausência dela) da economia, que resulta, em última instância, de determinados países (como Portugal) não poderem desvalorizar a sua moeda. Neste sentido a desindustrialização decorre mais por fatores afetos à procura, por perda de

competitividade, do que por fatores afetos à oferta (como a inelasticidade da oferta de trabalho) (Ferreira, 2011).

As principais razões para o começo do processo de desindustrialização estão sobretudo ligados às questões económicas, como é o caso do aumento da competitividade internacional, a deslocalização de empresas para países com mão-de-obra mais barata, a globalização, entre outros. As mudanças ocorridas na sociedade também são indutoras deste fenómeno, já que a passagem de uma sociedade que consome mais bens de serviços, em detrimento de bens manufaturados, fabricados no setor secundário, ajuda a que muitas das indústrias fechem, por não haver procura para os seus produtos. Por último, há a salientar o inevitável desenvolvimento da tecnologia que atingiu muito mais o setor secundário do que o setor terciário. Atualmente, com as rápidas mudanças tecnológicas que se verificam no nosso quotidiano, o setor secundário conseguiu aumentar a sua produtividade com menos trabalhadores e isso originou uma percentagem menor de empregos disponíveis na indústria, que levou à degradação de certas áreas, onde a população industrial se encontra muito enraizada no território.

A geografia pode entrar no processo de desindustrialização, através das consequências que este mesmo trás para o território, porque, como já se viu, as causas são sobretudo de carácter económico. Este traz sobretudo para os territórios uma elevada degradação das condições socioeconómicas da população lá existente, como por exemplo, perda de emprego, perda de casa, de serviços de saúde, redução da receita, que leva por sua vez aos cortes nos serviços públicos, degradação da paisagem local, violência familiar e depressão, diminuição da população, entre outros (Popescu, 2014). Ou seja, pode-se dizer que a desindustrialização é um processo que pode despoletar as desigualdades sociais num território. O que nesta dissertação se pretende tratar é mesmo isso, ver como este processo afeta negativamente esta área, sobretudo mais direcionado para os espaços vazios deixados pelas indústrias.

Com a chegada da desindustrialização vê-se muitos espaços industriais abandonados nas cidades e que denigrem a imagem da mesma. É o caso de Campanhã, e estes na maior parte dos casos originam os brownfields. Mas, antes disso, há que referir, que Marcel Smets no seu livro “Taxonomia da Desindustrialização” identifica cinco tipos de desenvolvimento industrial que levaram à produção de áreas industriais fragmentadas:

- Fábricas isoladas no campo - Este tipo de desenvolvimento industrial está relacionado com extração de matérias-primas como carvão, ferro, e argila. O desaparecimento desta indústria levou à degradação destes territórios.
- Cidade industrial - É um tipo de desenvolvimento que ocorre nas proximidades das grandes fontes de mão-de-obra, que são as cidades.
- Perímetro industrial - Este tipo de desenvolvimento resulta de um primeiro esforço de zonamento. Estas áreas aparecem como mono-funcionais e relacionadas com a produção e armazenamento, localizados perto de portos, canais e caminhos-de-ferro.
- Parques industriais - Estes têm uma aparência urbana distinta. A sua localização não transmite nada ao local de origem. Esta é determinada pela existência de terrenos livres e de serem mais facilmente adquiridos nas proximidades de importantes infraestruturas.
- *Zoning disruption* - Refere-se a uma tipologia industrial que se espalhou pelo território indiscriminadamente, ou seja, a indústria localiza-se em locais que são mais favoráveis a si, em vez de direcionar para determinados locais (Álvarez, 2009).

Este é um dos poucos casos onde o autor insere a perspetiva geográfica no processo de desindustrialização ao identificar áreas distintas de industrialização e assim, de certa forma, criar um padrão de localização de certo tipo de indústrias, o que depois torna mais fácil de perceber quais eram as características daquele território até então industrializado.

Assim sendo, podemos considerar que a área de estudo de Campanhã é uma antiga área de um perímetro industrial e com características também de uma antiga cidade industrial, onde a proximidade à cidade e a infraestruturas importantes, como o caminho-de-ferro, são importantes para a sua classificação.

2.2 Brownfields

- *Brownfields* são definidos como espaços abandonados resultantes de antigas propriedades industriais ou comerciais onde a expansão e a sua remodelação são difíceis devido à contaminação ambiental (Thomas, 2002).
- Um *brownfield* é uma estrutura abandonada ou obsoleta ou uma propriedade contaminada. Pode ser um aterro, uma fábrica ou um armazém contaminado, um antigo hangar de aviões, uma antiga estação de comboios ou de autocarros, ou um lugar onde o lixo e outros resíduos perigosos eram despejados. Também pode ser um projeto residencial que foi abandonado e que se encontra ao abandono (Greenberg, Lowrie, Solitare, & Duncan, 2000).
- As terras ou instalações que tenham sido previamente desenvolvidas ou utilizadas e que atualmente não estão em uso, embora possam ser parcialmente ocupados ou utilizados. Estes podem estar completamente vagos, abandonados ou contaminados e portanto não disponíveis para uso imediato sem prévia intervenção (Kunc, Martinát, Tonev, & Frantál, 2014).
- *Brownfields* são o resultado das mudanças dos padrões estruturais da economia em muitas regiões. Eles são considerados como uma das causas para a diminuição dos valores das propriedades envolvidas (Kunc et al., 2014).

Como se pode ver, existem várias definições, mas, todas elas apontam no sentido de que foi um espaço outrora utilizado com determinadas funções e que agora não é utilizado e encontra-se em degradação. Também se pode referir aqui a importância dada às questões ambientais nas duas primeiras definições que provém de artigos da América do Norte, onde existe uma grande preocupação para a descontaminação destas áreas.

Como já foi referido, o aparecimento destas áreas nas cidades pode ser uma das consequências mais diretas que a desindustrialização pode apresentar no território. Contudo, a desindustrialização não é o principal e único fator de aparecimento destes. Existem vários que podem ir desde as questões económicas, sociais e ambientais.

O meu tema de dissertação vai sobretudo incidir no fator da desindustrialização como catalisador deste processo. Este é um problema das nações industrializadas como Portugal, que enfrentaram a migração das indústrias da cidade para áreas mais periféricas, para outras regiões ou para outros locais do mundo (Liu, Oort, Geertman, &

Lin, 2014). Deixou-se com isso inúmeros locais vazios nas cidades à espera de utilização. Quanto ao seu aparecimento relacionado com a desindustrialização este pode ser explicado através da Figura 4.

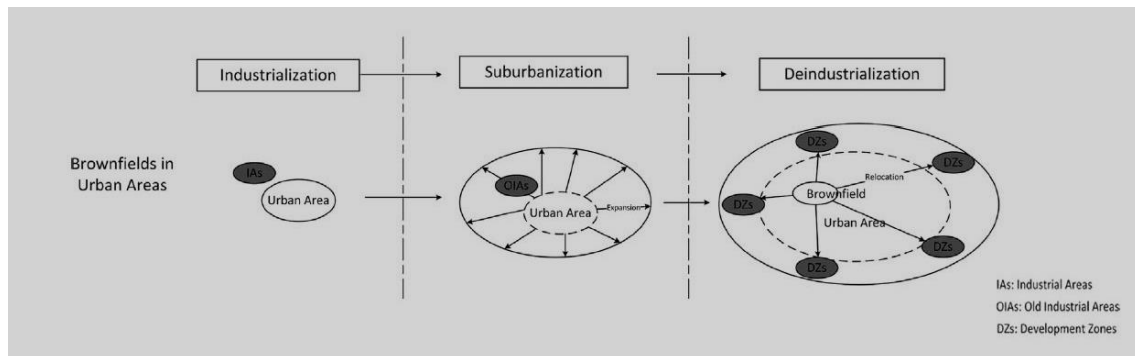


Figura 4 - Processo de desindustrialização em áreas urbanas

Fonte: (Liu et al., 2014)

Este modelo mostra essa migração industrial à escala intrarregional, onde no início do processo de industrialização existia a área industrial que ainda não estava inserida no tecido urbano e assim beneficiava de certa forma das mesmas condições que hoje existem em áreas mais periféricas, mas também, porque nessa altura era necessário que a indústria estivesse localizada perto dos grandes centros. À medida que saímos do processo de industrialização e passamos para o processo de suburbanização verifica-se que a área industrial passou a ser considerada antiga, devido ao processo de expansão da cidade que não permitiu que esta se renovasse e aumentasse devido à pressão da expansão urbana. Por último, no processo de desindustrialização, verifica-se o aparecimento destes espaços onde já não laboram qualquer unidade industrial que outrora estava presente no local e que se passou a desenvolver noutro local, fora da área urbana.

Ao originar um processo de saída de uma unidade industrial de um determinado local, a área onde esta está inserida atualmente vai sofrer consequências e essas vão se repercutir no território envolvente. O que acontece muitas vezes é que estas áreas começam a entrar num ciclo de degradação, onde se torna necessário investir.

Existem várias explicações para que exista um desinvestimento nestas paisagens industriais, que vão desde as grandes mudanças que se verificaram na tecnologia a mudanças nos modos de transporte (Bjelland, 2004), problemas nos bairros, como o crime e o declínio dos valores da propriedade provocados pela desindustrialização

(Hayek, Arku, & Gilliland, 2010) e os problemas associados ao ambiente (Frantál & Martinát, 2013).

Apesar destes entraves ao investimento nesta área existem muitas potencialidades a nível económico, social e ambiental (Tabela 1). Por isso as intervenções, a serem feitas nestes locais, devem seguir as diretrizes da regeneração urbana, de uma abordagem mais integradora possível, quer de diferentes campos de saber, quer de diferentes estratos sociais e que defina uma estratégia a médio-longo prazo para o desenvolvimento sustentável do território.

Tabela 1 - Benefícios da regeneração de brownfields

Benefícios da regeneração de brownfields		
Económicos	Sociais	Ambientais
Criação de oportunidades de emprego	Aumento da qualidade de vida	Redução da pressão da expansão urbana nas áreas verdes
Aumento da competitividade das cidades	Remoção de ameaças à saúde humana e à segurança	Restauração da qualidade ambiental
Potencial de exportação de tecnologias limpas	Melhor acesso à habitação	Melhor qualidade do ar e redução dos gases de efeito estufa
Aumento das receitas	Renovação de núcleos urbanos	Proteção dos aquíferos e do solo
Atração de investimento nacional e estrangeiro	Eliminação de estigmas sociais associados a esta área	Restauração de antigas paisagens e estabelecimento de novas áreas com potencial ecológico
Aumento da utilização de serviços municipais já existentes		

Fonte: (Sousa, 2000), (Dixon & Adams, 2008)

De acordo com alguns autores o sucesso da regeneração de um brownfield é geralmente descrito através dos benefícios económicos, da renovação de infraestruturas, do desenvolvimento económico e da revitalização da área envolvente (Frantál et al., 2013). Contudo, os fatores de localização e específicos dos locais onde estes estão inseridos são bastante importantes para que estratégias de intervenção sejam bem-sucedidas. E para saber quais são os fatores mais importantes, a uma dimensão espacial, capazes de interferir numa intervenção num *brownfield*, é preciso ter em conta tanto a

uma dimensão espacial mais alargada, como aquela mais vocacionada para as questões micro (Tabela 2).

Tabela 2 - Fatores de sucesso à escala espacial

Fatores de sucesso à escala espacial		
Dimensão espacial	Fatores	Caracterização
Macro	Fatores gerais	Políticas de desenvolvimento nacional e regional, Estratégias de ordenamento do território, instrumentos económicos, instrumentos de gestão da regeneração
Meso	Fatores de localização	Localização na região, acessibilidades, estrutura socio-populacional da população, potencial económico, percentagem de desemprego e atividades empresariais, capital social, e liderança política e envolvimento da comunidade
Micro	Fatores específicos do local	Tamanho da propriedade, Anterior uso, número de edifícios e estruturas, qualidade do solo e extensão da contaminação, infraestruturas disponíveis, propriedades e relações de posse, preço atual das propriedades, demolição prevista e custos de remediação

Fonte: (Frantál et al., 2013)

Como se pode ver, a dimensão macro foca-se mais nas questões de natureza política, enquanto as restantes focam as particularidades de um local. E, juntando estas três dimensões espaciais, pode-se criar um guia com os fatores que dificultam e que ajudam à intervenção em *brownfields*. Existem diversos autores que apontam variados entraves à execução deste projetos e que vão desde a possibilidade de obter retorno financeiro do seu investimento, ao ambiente local, à elevada burocracia, à falta de capital, até à responsabilidade legal, informação limitada, e pouca procura (Frantál et al., 2013). Contudo, também existem aspetos capazes de promover uma intervenção adequada no território como no caso dos *soft factors*, no da liderança política e uma boa cooperação entre os *stakeholders*, que podem ajudar uma área com pouco potencial a ter resultados positivos (Frantál et al., 2013). Aqui se vê que as várias dimensões espaciais

assumem um papel importante numa intervenção em *brownfields*, onde as características do local e o funcionamento das instituições podem ser determinantes.

Mas a regeneração destes não acarreta só aspetos positivos. Por exemplo, o processo de gentrificação pode ser responsável pela substituição famílias com menos posses por outras com mais posses (Kunc et al., 2014) e pode anular um dos benefícios anteriormente falado, que era o combate à estigmatização social. Este processo tem normalmente como uma das causas o aumento dos preços das casas que origina um processo de deslocalização de pessoas para outros locais (Liu et al., 2014) e assim não resolve os problemas daquelas pessoas, apenas as transfere para outro território.

Assim sendo, os *brownfields* são um conceito que está associado à degradação de áreas que outrora eram desenvolvidas e que atualmente não apresentam qualquer tipo de uso. O aparecimento destas tem várias causas, mas, a principal, para o qual o meu trabalho está direcionado, é para a questão da desindustrialização e o aparecimento de áreas industriais abandonadas no perímetro urbano. O desuso destes locais traz vários efeitos negativos, como já se viu, e pode não só propagar-se à área envolvente. Contudo, a regeneração urbana é um importante instrumento para a reutilização destes e que pode tornar estes locais aprazíveis e dinamizar o território onde está inserido. Todavia este processo não está isento de críticas. O que acontece em alguns locais, onde se fazem intervenções de regeneração urbana, é que as populações que lá viviam são obrigadas a deslocar-se porque não têm posses económicas para suportar um aumento do valor da habitação, que está associado à requalificação do território.

2.3 Regeneração Urbana

A regeneração urbana é um conceito muito referenciado desde há umas décadas para cá. Embora na literatura seja um conceito relativamente recente, no território sempre existiram intervenções semelhantes à que esta propõe, a prova disso, é que tanto a regeneração urbana, como outros conceitos similares a este, propõe a melhoria do ambiente urbano, das condições socioeconómicas e da qualidade de vida, apresentando diferentes caminhos e formas de lá chegar. Mas, este conceito pode variar conforme os países e conforme os autores. Aqui têm-se em conta uma abordagem anglo-saxónica deste conceito, já que o termo *urban regeneration*, é muito referenciado em literatura deste tipo de países.

Tabela 3 - Evolução da regeneração e tipo de políticas

Período	Anos 50	Anos 60	Anos 70	Anos 80	Anos 90
Tipo de políticas	Reconstrução	Revitalização	Renovação	Redesenvolvimento	Regeneração
Estratégia principal e orientação	Reconstrução e extensão de antigas áreas e cidades, frequentemente baseadas num plano diretor. Crescimento dos Subúrbios.	Continuação das linhas orientadoras dos anos 50. Crescimento suburbano e periférico. Primeiras tentativas da reabilitação.	Enfoque nas ações de renovação in situ e planos de bairro. Continuação do desenvolvimento periférico.	Grandes projetos de desenvolvimento e redesenvolvimento. Projetos flagship development. Projetos fora da cidade.	Abordagens mais abrangentes e integradas das políticas e das práticas de intervenção.
Atores-chave e intervenientes	Governos central e local. Promotores e empreiteiros privados.	Atuação no âmbito de um maior equilíbrio entre o sector público e privado.	Papel crescente do sector privado e descentralização no governo local.	Ênfase no sector privado e agências especializadas. Crescimento das parcerias público-privadas.	As parcerias como abordagem dominante.

Escala espacial de atuação	Ênfase a nível local e a nível do lugar/sítio/local.	Aparecimento da escala regional de atividade.	Inicialmente a nível regional e local; mais tarde, dando enfoque maior a nível local.	No início dos anos 80, enfoque à escala do lugar/sítio; mais tarde, a nível local.	Reintrodução da perspetiva estratégica. Crescimento da atividade regional.
Foco económico	Investimento do sector público com algum envolvimento do sector privado.	Continuação do que sucedia nos anos 50, mas com uma crescente participação do investimento privado.	Recuo de recursos no sector público compensado com o crescimento do investimento privado.	Sector privado domina com fundos públicos seletivos.	Maior equilíbrio entre o financiamento público, privado e voluntário.
Conteúdo social	Melhoria a nível da habitação, das condições de habitabilidade, bem como de qualidade de vida em geral.	Melhorias sociais e de bem-estar.	Ação das comunidades locais e maior empowerment.	Autoajuda da comunidade, com apoios altamente seletivos por parte do Estado.	Ênfase no papel da comunidade numa perspetiva neoliberal.

Ênfase física	Restituição de centros históricos e alargamento das periferias.	Continuação do que aconteceu nos anos 50 com uma reabilitação paralela de áreas degradadas existentes.	Maior extensão da renovação de antigas áreas urbanas.	Grandes projetos de reestruturação e de redesenvolvimento. Projetos flagship development.	Mais modesto do que nos anos 80; património e conservação.
Abordagem ambiental	Gestão paisagística e algum cuidado ecológico.	Melhorias seletivas.	Melhorias ambientais com algumas inovações.	Crescimento das preocupações ambientais.	Introdução de uma ideia mais generalizada de sustentabilidade ambiental.

Fonte: (Roberts & Sykes, 2000)

A evolução da regeneração urbana na teoria e na prática é o resultado da evolução dos modelos de organização económica e social, mas também das ideologias das quais depende (Mendes, 2013). Começando nos anos 50, vê-se que a reconstrução é uma política normal para a época, devido à Segunda Guerra Mundial e daí a necessidade de reconstruir, como aconteceu em algumas cidades, e promover habitação para todos aqueles que tinham ficado sem teto. Além desta necessidade, é de salientar que o êxodo rural pode ter contribuído para que comesçassem a aparecer as periferias das cidades, como está referido na Tabela 3. Procurava-se quase desenvolver um modelo de cidade compacta e extensa ao mesmo tempo, restituindo os centros históricos e alargando as periferias, devido a este fluxo enorme de pessoas que derivaram para as cidades. Outro aspeto a salientar é a questão da qualidade de vida, que está subjacente ligado a um período caótico e catastrófico que foi a Segunda Guerra Mundial. Este aspeto é tido em conta sobretudo por populações onde a paz e a segurança não existem, e, como se pode ver atualmente, quem foge da guerra procura muitas vezes a qualidade de vida e o bem-estar que perdeu na sua terra natal, ou seja, o processo da melhoria da qualidade de vida é uma resposta à degradação das condições dos países de origem. Foi por isso que esta foi introduzida como aspeto social chave para que as populações nas cidades sentissem que aquela poderia continuar a ser a sua casa, apesar dos anteriores conflitos.

As políticas nos anos 60 em muitas questões dão um seguimento àquilo que foi iniciado nos anos 50, como por exemplo a opção pelo crescimento suburbano, o investimento público e a melhoria do bem-estar. O que de novo é introduzido aqui é o tema da reabilitação, ou seja, aquelas áreas degradadas existentes deviam ser intervencionadas numa ótica de reabilitação urbana. Além disto, aquele quase agigantamento do investimento público, em detrimento do investimento privado, começa a sofrer pequenas mudanças com a entrada de mais capital privado e a participação dos mesmos. Também é de referir que existem diferenças nas escalas de atuação muito ligadas às políticas de desenvolvimento da periferia que ocorreram nos anos 50 e que fizeram com que se passasse a ter em conta, além da escala local, a escala regional para o desenvolvimento da cidade.

Nos anos 70 continuam a ser seguidas algumas das políticas anteriormente referidas, mas aqui dão-se grandes mudanças em quase todos os domínios. No campo da estratégia dá-se grande ênfase às questões de renovação à escala de bairro, com grande

participação dos cidadãos. Devido aos movimentos de esquerda, que ganhavam força, tenta-se passar de um modelo centrado para um modelo mais descentralizado (Mendes, 2013). Contrapondo a ideologia destes movimentos de esquerda, o setor público começa a perder força, devido à crise do Estado-Providência e ao choque petrolífero e o investimento privado começa a ganhar, pela primeira vez, dimensão para contrariar a supremacia do público até então. Relativamente às questões da escala, volta-se a privilegiar a dimensão local em detrimento da regional, que vinha dos anos 60 e também se privilegia a renovação à escala local de modo a promover a cidade-centro. Pela primeira vez e muito devido ao choque petrolífero, as questões ambientais relacionadas com o nosso estilo de vida surgem com mais força nas políticas, contrariando uma visão mais paisagística que até aos anos 70 vigorava, no que diz respeito ao ambiente. A inclusão da renovação, como política de regeneração urbana, pode parecer contraditória, porque esta pressupõe um desrespeito pelo que é antigo e pretende muitas vezes construir de novo, apesar dos autores referirem que isso era para combater os problemas das cidades. Apesar disso, a renovação distancia-se daquilo que é o conceito de regeneração, que não pretende uma renovação do espaço, mas sim uma nova utilização para o que está em desuso, através de processos que não destruam por completo o passado ali presente (Peng, Lai, Li, & Zhang, 2015), (Filimon, Nemes, & Olau, 2012).

Os anos 80 caracterizavam-se pelos projetos de bandeira, que estão muitos ligados ao marketing urbano da tentativa de vender a imagem da cidade. O setor privado continua a ter um papel relevante, quer no investimento, quer como interveniente, se bem que neste último haja um aparecimento das parcerias público-privadas que promove um equilíbrio de forças entre o setor público e privado, não levando à supremacia de nenhum dos dois, como acontecia nos anos anteriores a 70, onde era o setor público que dominava quase tudo. Continua-se a dar preferência a uma escala mais local, e o Estado passa a ser mais disciplinador no que diz respeito aos seus apoios no contexto social, derivado do período de turbulência económica que foram os anos 70. As preocupações ambientais ganham importância, face à anterior década, muito por causa das repercussões que teve a crise do petróleo nas pessoas e é também nos anos 80 que surge o relatório Brundtland que dita os desígnios para combater os problemas ambientais e alcançar o desenvolvimento sustentável.

Nos anos 90 a regeneração urbana surge como o tipo de política a seguir e daí se tem mantido até aos dias de hoje, existindo várias definições, que não variam muito das suas principais questões:

- A regeneração urbana pode ser entendida como a visão, a ação integrada e abrangente que leva à resolução dos problemas urbanos e que procura trazer uma melhoria duradoura em termos da condição económica, física, social e ambiental da área sujeita a alterações (Roberts & Sykes, 2000);
- A regeneração urbana pretende, na sua essência, mudar o carácter do lugar, tendo em conta a aplicação de múltiplos objetivos e atividades e envolvendo residentes e outros interessados em parcerias de trabalho (Marinho, 2013);
- A regeneração urbana é uma abordagem holística, abrangente e integrada, com base em 3 pontos: a economia, a equidade e o meio ambiente, sendo esta a forma de estimular a competitividade económica, mitigar a desigualdade social e proteger o meio ambiente (Marinho, 2013).

O que este tipo de política pretende é obter uma abordagem integradora, onde também exista um equilíbrio de forças entre o público e o privado, nos domínios dos intervenientes e do foco económico. Pretende apresentar uma visão mais estratégica e virada para a região. Foca também a importância que se deve dar à preservação e conservação do património, além do envolvimento da comunidade, numa perspetiva mais neoliberal e por último introduz uma ideia mais generalizada da sustentabilidade ambiental.

O que se nota mais aqui é a procura por um maior envolvimento de atores capazes de produzir intervenções no território eficazes. Se comecei por falar do peso que o setor público tinha no início e a importância que o setor privado ganhou nos anos 70 e 80, agora procura-se, sobretudo, uma diversidade de atores capazes de transmitir diversos pontos de vista e obter também um equilíbrio de forças entre os diversos setores, ou seja, não criar um ator/setor dominante, mas sim, procurar por um consenso mais alargado.

No que diz respeito ao conteúdo social e à ênfase física que está referida na Tabela 3, posso dizer que estas estão interligadas, devido à necessidade de conservação/restauração do património já existente, ou seja, o envolvimento da

comunidade é um ponto-chave para que estas intervenções não sejam criadoras de atritos no seio da comunidade. Todavia, o que se verifica é que com esta perspetiva mais neoliberal, a reabilitação de áreas degradadas muitas vezes é criadora de processos de realocização das populações, como por exemplo, a gentrificação. Esta visão neoliberal faz com que as populações com menos recursos tenham mais dificuldade em ascender socialmente e associando isto a intervenções no território onde se promove a melhoria do espaço/edificado, o que se vê é a impotência que estas populações tem para suportar os custos destas intervenções. Assim sendo, acabam por originar um sentimento de revolta nas populações, porque estas foram retiradas dos seus locais por forças extrínsecas e que não são capazes de enfrentar.

Por último, no domínio ambiental, a sustentabilidade ambiental ganha estabilidade como premissa para melhorar as condições ambientais de uma cidade e assim promover a harmonização entre a cidade do carro e a cidade do verde, de modo também a minimizar a problemática das alterações climáticas.

Anteriormente falou-se sobre a evolução das políticas de regeneração urbana nos últimos anos e as mudanças que ocorreram. Agora importa referir quais são os desígnios que atualmente imperam. Como já foi dito anteriormente, eles podem dividir-se em alguns pontos-chave: metodologia abrangente, integradora, estratégica, flexível, apoiada em parcerias e promotora da sustentabilidade/resiliência (Mendes, 2013).

A metodologia abrangente pretende que sejam inserido no processo de intervenção todos os setores da área urbana considerada, de forma a que esta intervenção não fique restrita a um determinado setor. A integração deve ser efetuada desde o ponto de vista financeiro, ao político e até ao envolvimento dos agentes, para resolver os problemas de incompatibilidades que se originam em processos pontuais e onde não existe integração. A estratégia é importante para definir um rumo que se quer tomar para aquele território e o que se pretende atingir, sabendo depois avaliar se a estratégia está a ser seguida ou não e optar por medidas que reponham a intervenção no rumo certo para alcançar o objetivo final. A flexibilidade está diretamente ligada à estratégia, porque é preciso ter mecanismos flexíveis para responder a mudanças inesperadas, capazes de por em causa o objetivo da estratégia, ou seja, este não pode ser nunca um processo rígido. As parcerias são importantes para obter um alargado consenso sobre as questões em foco. Permitem que sejam envolvidos vários atores de diferentes estratos sociais e assim capaz de promover uma intervenção mais eficaz,

porque estes processos são muitas vezes complexos e é preciso um vasto leque de opiniões, capaz de resolvê-los. Além disso, as parcerias também estão muito ligadas às questões ligadas à integração, nomeadamente, na prevenção de conflitos institucionais e burocráticos, que podem existir entre várias instituições, quer do setor privado, quer do setor público. Por último, a sustentabilidade é importante para que no futuro o espaço urbano seja capaz de se sustentar a si próprio, sem recurso a fontes externas e sem comprometer as gerações futuras, como é seu desígnio (Mendes, 2013).

Como se pode ver, estas características vêm tentar responder aos desafios atuais da nossa sociedade, que vão desde à incerteza, às preocupações ambientais, à escassez de financiamento e aos restantes problemas das cidades. Contudo, primeiramente a estas questões, é preciso fazer um diagnóstico a este território, incluindo as suas características sociais, económicas e ambientais e são estas que vão ditar como se deve intervir. Anteriormente foi referido principalmente a maneira como se deve originar e concretizar um projeto de regeneração urbana, segundo determinados princípios. Então o processo de regeneração urbana (Figura 5) serve sobretudo para identificar o que existe naquele local, o que se deve fazer e os seus possíveis impactos, apoiando-se numa metodologia abrangente, integradora, estratégica, flexível, apoiada em parcerias e promotora da sustentabilidade/resiliência.

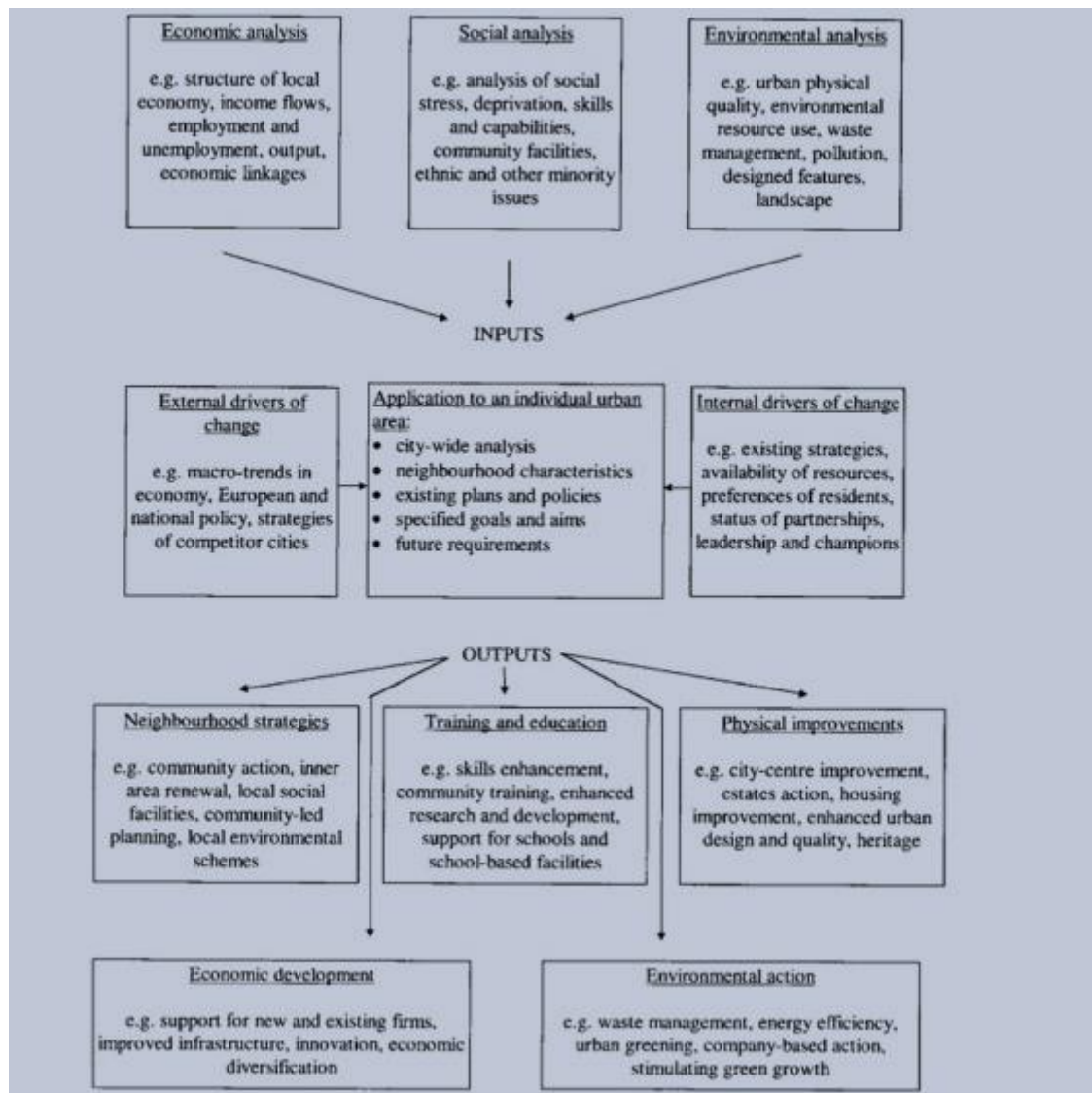


Figura 5 - Processo de regeneração urbana

Fonte: (Roberts & Sykes, 2000)

Como se pode ver, determinar as características socioeconómicas e ambientais de um território torna-se importante para a definição de uma estratégia. Ao saber-se o que lá existe passa-se à fase de aplicação a uma área urbana, onde se deve ter em conta a análise de toda a cidade, as características do bairro, os planos existentes e as políticas, determinados objetivos e metas e as exigências futuras. Isto depois deve-se conjugar com as forças internas e externas, capazes de provocar a mudança. É aqui que entram algumas das características de que já se falou, como por exemplo, a metodologia integradora, capaz de evitar conflitos entre estratégias já existentes, ou a flexibilidade para responder aos problemas económicos europeus e mundiais. Depois de fazer o diagnóstico da área, define-se qual a estratégia a seguir. Esta pode ter várias opções,

como se pode ver acima. Contudo, a opção definida pode ter a ver com as necessidades dessa área ou com opções de política. Pode existir um local onde se necessite de melhorar as condições socioeconómicas da população, mas os decisores políticos podem propor um outro tipo de intervenção, que não tenha em conta as condições em que se vive, mas sim a criação de um novo espaço, por exemplo, capaz de trazer outras dinâmicas para aquele local.

Peter Roberts e Hugh Sykes demonstram que o processo de regeneração urbana tem várias fases e que primeiramente é preciso analisar vários fatores do local para depois se saber como se pode processar a regeneração urbana e quais os impactos. Há também aqueles que frisam a importância que as características específicas de um local apresentam para que um projeto de regeneração urbana seja bem-sucedido, como é o caso de Couch que refere, a localização, as características físicas do edificado e da paisagem e as características da história e da economia local, como alguns dos pontos essenciais para um projeto de regeneração urbana ser bem-sucedido (Rufino, 2005).

Assim sendo, para a concretização de um projeto destes é preciso saber o passado, o presente, e perspetivar o futuro, com base em vários indicadores, metodologias e características específicas da área.

E, de modo a perspetivar o futuro daquele local, é preciso ter e adotar várias abordagens, consoante as suas especificidades e um desses casos é as várias abordagens que se devem ter junto do funcionamento do mercado (Tabela 4). Isto integra a perspetiva neoliberal, que decorre atualmente no conceito de regeneração urbana.

Como seria de esperar, aquelas áreas com mais problemas apresentam bastantes dificuldades para captar capitais privados para serem lá investidos e com isso o setor público é obrigado a entrar como grande investidor e catalisador de investimento. Isto decorre segundo a Tabela 4, mais em áreas de abandono onde existem amplos problemas urbanos e desinteresse do mercado e também em áreas classificadas como marginais, onde existe uma grande concentração de problemas urbanos, mas com grande potencial de mercado. Ainda assim, a entrada do privado nestas áreas necessita da ajuda do público. Enquanto nas áreas de expansão o setor público funciona sobretudo como árbitro de um processo onde as forças privadas intervêm sem ajudas do Estado, porque conseguem identificar potenciais focos de negócio e estimulando assim a economia de mercado e aberta.

Portanto, nas áreas com mais problemas, é difícil cativar investimento privado, porque, muitas vezes, não é possível obter retorno a curto prazo e isso é um entrave a esse mesmo investimento, que normalmente atua segundo uma lógica de “*time is Money*”. Isso não é possível concretizar em áreas com mais problemas. Onde os privados vislumbram potenciais negócios não é necessário que o Estado intervenha, porque estes atuam e negociam entre si as oportunidades que existem e deixam para o Estado o papel de regulador e regulamentador.

Tabela 4 - Tipos de Planeamento

Nível de prosperidade local	Atitude frente ao funcionamento do mercado	
	Crítica: reparação dos desequilíbrios e desigualdades criadas pelo mercado	Reforço: correção das ineficiências enquanto suporte ao processo do mercado
Áreas de expansão – com problemáticas menos acentuadas	1. Regulative Planning Abordagem tradicional que através da regulamentação do direito do desenvolvimento da propriedade procura alcançar os objetivos pré-estabelecidos.	2. Trend Planning Abordagem de mercado. O planeamento é utilizado como um meio para facilitar as ações do mercado.
Áreas marginais – concentração de problemas urbanos com potencial interesse do mercado	3. Popular Planning Abordagem direcionada para alcançar os objetivos estabelecidos pela população local, através da participação pública e envolvimento direto da comunidade. Esta abordagem combina intervenção direta do estado.	4. Leverage Planning Utilização de financiamentos do setor público para estimular investimentos em áreas de mercado fraco, através da implantação de Sociedades de Desenvolvimento Urbano.
Áreas de abandono – Amplos problemas urbanos e desinteresse do mercado	5. Public-investment Planning Investimentos públicos diretos em áreas onde as problemáticas são intensas e os investimentos privados são improváveis	6. Private Management Planning Abordagem que reforça a gestão o controlo privado de amplas áreas, a partir de altos níveis de subsídios.

Fonte: (Rufino, 2005)

Para concluir, a regeneração urbana é um conceito que pretende ser abrangente em todos os campos de atuação, além de estar dependente de vários fatores para que seja bem-sucedido. Então pode dizer-se que um determinado projeto de regeneração

urbana deve ter em conta múltiplos fatores e características de uma determinada área para se conseguir aquilo que pretende e tentar mitigar assim os problemas que possam advir de uma intervenção que possa não ter em conta esta lógica da regeneração, além de se focar em ser o mais abrangente e integrador a todos os níveis.

2.4 Casos de estudo

Amesterdão – Westergasfabriek

Esta área caracterizava-se por ser uma área poluída com substâncias tóxicas, com pouca densidade populacional e presença de imigrantes em casas ilegais e de rendas baixas. Os objetivos desta intervenção passavam por transformar este espaço mais diversificado, apostar na cultura para revitalizar o espaço, melhorar as acessibilidades até ao centro da cidade de Amesterdão, reaproveitar edifícios já existentes para novas atividades e criar uma harmonia entre a Natureza e o Homem, capaz de proporcionar bem-estar.

Para se concretizar estes objetivos tomaram-se diversas medidas no que diz respeito à requalificação ambiental, social e económica deste espaço. Com isto foi possível criar um parque capaz de unir os aspetos ecológicos, culturais e sociais. Ou seja, aqueles problemas que no início foram referidos, atualmente já não existem nesta área, porque passou a ser um espaço onde convivem várias pessoas de diferentes estratos sociais e onde não existe qualquer exclusão de determinados grupos, além de que do ponto de vista ambiental, obtiveram-se ganhos importantes ao transformar numa área verde um antigo espaço industrial (CIP, 2013).

Pode dizer-se que os grandes eixos de intervenção em Westergasfabriek foram as questões ligadas ao ambiente, à sustentabilidade, e à inclusão social. A partir daqui encontrou-se como melhor forma de dar vida a este espaço o desenvolvimento de espaços culturais e de uma economia cultural. Este investimento feito na cultura permitiu que este anterior brownfield ganhasse uma nova vida, e, acima de tudo, permitiu que as populações carenciadas, que lá viviam, continuassem a viver lá e com mais qualidade, porque como se sabe alguns projetos de regeneração provocam o fenómeno da gentrificação e este pode ser indutor de um processo de substituição dos atuais residentes por outros. Há também a dizer que este planeamento participativo, e mais preocupado com a sustentabilidade ambiental, é mais usual na Europa mais do Norte do que no Sul, tirando algumas exceções, como pode ser o caso aqui referido de Barcelona. Uma grande parte dos projetos no sul da Europa estão mais direcionados para uma regeneração centrada mais na economia e no turismo, o que pode trazer alguns problemas de substituição da população nativa.



Figura 6 - Westergasfabriek antes da intervenção

Fonte: Google Imagens



Figura 7 - Westergasfabriek depois da intervenção

Fonte: Google Imagens

Barcelona – 22@Barcelona

O caso do bairro de “Poblenou” em Barcelona apresenta características semelhantes a Campanhã, e a que eu gostaria de chamar à atenção é a relevância que tem a passagem do comboio para o desenvolvimento industrial desta área, porque é o comboio em 1848 que despoleta o crescimento industrial. Além disto, este é um bairro

periférico e que sofreu bastante com o processo de desindustrialização, e que apesar de ter existido nos 80/90 um grande processo de transformação urbana, como foi os Jogos Olímpicos, não foi possível que estes tivessem grande impacto na reversão de uma área, que até então continuava em decadência. O projeto direcionado para aqui, seguia sobretudo três premissas que eram a renovação urbana, económica e social. Entenda-se por renovação dar uma nova vida ao espaço e não demolir o edificado que já existia e construir de raiz.

O que se privilegiou aqui foram sobretudo medidas orientadas para a nova economia, ligada às novas tecnologias, inovação, e conhecimento. As medidas que foram implementadas atuam numa ótica de transformar este espaço num local onde a economia do conhecimento assume grande importância e onde é a substituta da economia que existia ali, sobretudo ligada aos têxteis, com uma mão-de-obra intensiva e um modelo fordista. Apesar da aposta na regeneração incidir nas temáticas ligadas à economia do conhecimento, é importante frisar que também se procurou interligar a tradição com as atuais tendências e a inovação, ou seja, articular o passado com o presente e com o futuro. O que se conseguiu foi uma renovação económica bem-sucedida desta área e a reversão do processo de decadência que se verificava, através de um maior número de empresas que se começaram a instalar aqui e que trouxe consigo maior utilização dos edifícios, mais trabalhadores e mais residentes (CIP, 2013).



Figura 8 - Poblenou antes da intervenção

Fonte: Google Imagens



Figura 9 - Poblenou depois da intervenção

Fonte: Google Imagens

Bilbao ria 2000 – Barakaldo

Esta era uma área onde existia presença de indústria pesada, onde não existiam quase áreas verdes. Também existia uma barreira física entre bairros, apesar da sua boa localização. Como o projeto de intervenção em Barakaldo fazia parte de um grande projeto de transformação urbana em Bilbao, os objetivos eram globais, ou seja, pretendia-se que com intervenções em diversos locais da área metropolitana, se conseguisse melhorar a coesão urbana, o ambiente, o urbanismo, os transportes, e as áreas industriais abandonadas. Estes objetivos definidos pelo Bilbao Ria 2000 deviam ser seguidos por todos os projetos de intervenção.

As medidas que aqui foram tomadas vieram responder aos objetivos definidos pelo plano Bilbao Ria 2000, e em Barakaldo há uma clara intervenção direcionada para a melhoria da qualidade de vida deste local. Não existe grande enfoque nem na cultura, nem na economia do conhecimento, como existe em Amesterdão e Barcelona. Aqui procura-se sobretudo criar condições para que Barakaldo seja um local aprazível para as pessoas viverem. E as medidas que foram efetuadas levaram a que esta área sofresse melhorias significativas na qualidade de vida, nas condições de acesso e no aproveitamento de terrenos sem uso (CIP, 2013).



Figura 10 - Barakaldo antes da intervenção

Fonte: Google Imagens



Figura 11 - Barakaldo depois da intervenção

Fonte: Google Imagens

Assim sendo, nestas três intervenções aqui debatidas, dá para se perceber que existem diversas maneiras de intervir em antigas áreas industriais, desde, optando por uma intervenção mais cultural, até à melhoria da qualidade de vida, através da introdução de espaços verdes, passando pela economia criativa. Todas elas pretendem dar uma nova vida a estes espaços vazios, que, muitas vezes, proliferam nas cidades e podem ser importantes para criar uma nova centralidade, como são os casos de Amesterdão e Bilbao, onde as intervenções de que aqui falei, foram realizadas em áreas mais periféricas das cidades. E, se no caso de Barcelona não se apresenta tanto como um lugar periférico, a sua renovação é deveras importante para promover a compactação da cidade e assim reduzir a pressão sobre as áreas periféricas, que em termos ambientais nos é prejudicial.

2.5 Objetivos das intervenções realizadas

Economia criativa

Após esta identificação, parece existir uma certa consonância entre eles, no que diz respeito ao tipo de intervenção. Todos eles estão direta, ou indiretamente, ligados à economia criativa. Os casos de Amesterdão e Barcelona de uma forma mais explícita, e Barakaldo, que está inserido num grande projeto de regeneração urbana, tem em vista também uma política de cidade criativa. Seguindo a Tabela 5, os dois primeiros casos referidos foram orientados para uma lógica de competitividade e de grande importância das indústrias criativas no sistema urbano. Já no caso de Barakaldo que se insere em Bilbao, optou-se, sobretudo, por uma dinamização da “alta cultura”, de promoção de grandes instituições culturais. Embora não se possa enquadrar diretamente nesta visão, este foi um dos territórios referenciados no plano para a metrópole. O que se nota nestas intervenções é que a economia criativa é utilizada de diversas formas, quando se quer dar uma nova vida a um determinado território.

A economia criativa é um processo que decorre muito por causa da globalização, porque na génese desta estão a criatividade, a inovação, a diversidade, entre outros fatores, e que marcam a transição duma economia fordista para uma pós-fordista, derivada deste processo de globalização que alterou o padrão de produção de bens em grande parte dos países. Existem várias definições para a economia criativa, consoante a formação do autor, mas, a maior parte delas, assentam na criatividade, na inovação, na qualidade de vida e na cultura, como aspetos inerentes a este tema (Reis, 2011).

Tabela 5 - Políticas direccionadas para a economia criativa

Critério	Política de cidade criativa orientada para a comunidade		Política de cidade criativa de dimensão social	Política de cidade criativa orientada para o negócio	Política de cidade criativa a nível institucional
	Contexto rural	Contexto urbano			
Base de criação de valor	Natureza; Tradições locais; Cultura local; empresas artesanais; folclore; voluntariado	Quarteirões criativos ou culturais; Comunidades de arte; Workshops de artistas; Cultura urbana; ambiente criativo	Inclusão social e integração por meio do governo; Coesão social; Desenvolvimento da área; Desenvolvimento sustentável	Competitividade e sinergias através de indústrias criativas e clusters; massa crítica de indústrias criativas; produção de conteúdo especializado; novas tecnologias; lógica de mercado (rentabilidade)	Dimensão institucional (Institutional thickness); grande grupo de instituições culturais; Predominância de instituições culturais financiadas publicamente; “high culture” (SOBs – Sinfonia, Opera, Ballet)
Fundamentação teórica	Desenvolvimento de base comunitária; Planeamento da cidade criativa; Economia rural criativa	Quarteirões culturais; Quarteirões criativos; subúrbios criativos	Planeamento da cidade criativa; criatividade na regeneração urbana; quarteirões culturais na regeneração urbana; Regeneração sustentável	Indústrias criativas; Clusters culturais e criativos; cenário	Intervenções emblemáticas; Economia cultural; Classe criativa e teoria do capital criativo
Exemplos	Prince Edward County, Ontario,	Quarteirão criativo Folkestone;	Programa Estado Social (Alemanha);	Baltimore; Amesterdão ;	Londres; Nova Iorque; Tóquio; Paris; Sydney; Toronto;

	Canada; Port Fairy, Victoria, Australia; Glastonbury, UK; Kaustinen, Finland	Temple Bar em Dublin; Quarteirão das indústrias criativas em Sheffield	Esquemas de regeneração urbana em Swansea, Cardiff, Leipzig e Adrià de Besos	Barcelona ; Turim; Manchester; Brighton & Hove; Melbourne; Kanazawa; Tampere	Bilbao ; Florença; Yokohama; Glasgow; Helsínquia
--	--	--	--	---	---

Fonte: (Anttiroiko, 2014)

A criatividade pode ajudar a resolver os problemas de certas áreas degradadas, porque assenta na liberdade que o indivíduo pode ter para pensar de uma forma criativa e inovadora, capaz de introduzir algo novo nesse contexto, seja ele uma pessoa de uma classe social desfavorecida ou até de uma classe mais alta. Mas existem certas condições que não podem faltar às cidades e que estão relacionadas com um ambiente propício à existência desta, uma cidade com equipamentos tecnológicos e culturais, a promoção da qualidade de vida, e uma independência financeira, no que diz respeito à formação de políticas, entre outros fatores (Sasaki, 2010).

Para além destas condições, há várias formas de a promover, ou através de indústrias criativas, ou de uma política de cidade criativa e através da classe criativa. Se relacionarmos com a Tabela 5, vê-se que as indústrias criativas e a classe criativa são abordagens que estão mais direcionadas para uma política na vertente económica e na vertente mais institucional, nas quais os casos de estudo referidos anteriormente (Amesterdão, Barcelona e Bilbao) estão incluídos. Quando se opta por uma abordagem direcionada para as cidades criativas são as questões sociais que tem maior preponderância. Aliás vê-se que uma das formas do capital presente aqui é o capital social, e que também foi importante na intervenção realizada em Amesterdão na Westergasfabriek.

	Creative industries	Creative cities	Creative class
Focus	Creative production	Creative milieu	Creative consumption
Form of capital	Economic	Social and cultural	Creative
Creative content	Arts, media, film, design, architecture, etc.	Creative places, artistic production	Atmosphere and 'cool'
Key sources	DCMS (1998)	Landry and Bianchini (1995)	Florida (2002)

Figura 12 - Abordagens conceptuais chave para a criatividade nas cidades

Fonte: (Richards, 2014)

Este novo modelo de economia pode ser benéfico para algumas áreas deprimidas, porque segundo uma análise feita a vários artigos sobre este conceito, estavam associadas a estas, a diminuição do desemprego, maior valor acrescentado nos produtos, mais exportações, inclusão social, aumento da qualidade de vida, entre outros fatores socioeconómicos (Daubaraitė & Startienė, 2015).

Basicamente, estas visões vão no sentido do emprego da criatividade e do património cultural como fatores para o desenvolvimento de um território. Contudo também existem as indústrias culturais que se inserem também nesta temática e que tentam combater a exclusão social, preservar a identidade e o património cultural ou outros objetivos não económicos (Daubaraitė & Startienė, 2015), estando ligados à economia criativa, apesar do seu grande enfoque na cultura. Esta pode apresentar um papel importante em áreas desfavorecidas, já que em locais estigmatizados foram introduzidas políticas direcionadas para a cultura e isso fez com que as pessoas que aí vivessem se identificassem mais com o local (Miles & Paddison, 2005). Mas, o que se vê em muitas destas políticas ligadas à cultura é que estas estão muito vincadas ao marketing territorial, ou seja, quando se fala numa intervenção direcionada para a cultura, são os projeto-bandeira, os grandes eventos e a reabilitação para turismo que assumem uma grande parte das intervenções culturais, e que visam promover a imagem da cidade no mundo (Miles, 2005) (García, 2004), como é o caso de Bilbao, com o museu Guggenheim.

Tanto as intervenções relacionadas com a indústria criativa como aquelas relacionadas com o marketing territorial, podem pecar pelo facto de poderem ser um pouco desligadas das comunidades onde se vai intervir, podendo não resolver os problemas, já que estas estão muito ligadas à economia, esquecendo outros aspetos. É por isso que as estratégias ligadas à cultura, normalmente são mais direcionadas para a melhoria das condições das populações, através da cultura, sem o foco excessivo da economia, mas isto não quer dizer que as outras estratégias referidas na Figura 13 não possam também integrar a população no seu processo de planeamento. Mas também é preciso dizer que as características de um território podem influenciar qualquer processo de desenvolvimento, já que em certas áreas poderá não existir interesse em adotar estratégias mais direcionadas para economia, sendo mais fácil optar por outra abordagem.

Cultural development strategies.				
Strategy Type	Goals	Types of Cultural Projects and Programs	Geographic Focus	Target Audiences
Entrepreneurial	Economic growth through tourism, city image Catalyze private sector investments	Flagship cultural projects Spectacular events Promotional activities	Downtown, "prime city areas"	Tourists and Conventioneers Affluent residents and suburbanites
Creative Class	Economic growth through quality of life amenities Attract new residents/employees in the "creative economy"	Arts and entertainment districts Collaboration between arts and private sector	Central city and historic urban neighborhoods	Prospective and existing residents Young urban professionals and "knowledge-based" workers
Progressive	Community development Arts education and access Local cultural production	Community arts centers Arts education programs	Inner-city neighborhoods Underserved neighborhoods	Underserved residential populations

Figura 13 - Estratégias de desenvolvimento cultural

Fonte: (Grodach & Loukaitou-Sideris, 2007)

Inerente a estes processos da economia criativa está outro processo muito debatido na geografia que é a gentrificação. A gentrificação é um processo associado a intervenções ligadas à regeneração urbana e que consiste basicamente na substituição da classe operária existente num bairro pela classe média (Davidson & Lees, 2005). A principal questão à volta disto é o deslocamento forçado de pessoas que ali viveram durante muito tempo e que depois não conseguem suportar os custos de uma estratégia de regeneração urbana e isso aconteceu, por exemplo, em Chicago (Lees, 2008) e em Londres (Davidson & Lees, 2005), entre outros casos.

Este processo não traz só impactes negativos para os territórios. A reabilitação de edifícios e espaços abandonados, a abertura destes espaços à cidade que em tempos permaneciam "fechados" aos habitantes e visitantes são alguns dos impactes positivos.

Tabela 6 - Impactos da gentrificação

Impacto nas comunidades das políticas baseadas nas estratégias de Gentrification	
<u>Positivo</u>	<u>Negativo</u>
Estabilização das áreas em declínio	Conflito nas comunidades originais
Aumento do valor das propriedades	Perda das habitações subsidiadas
Redução das taxas de desocupação	Propriedade especulativa insustentável
Aumento da arrecadação fiscal	Aparecimento de sem-abrigo
Encorajamento e aumento da viabilidade de futuros desenvolvimentos	Transferência das funções industriais e comerciais
Redução do crescimento periférico	Aumentos dos custos e mudanças nos serviços locais
Aumento do mix social	Sub ocupação das edificações e perda da diversidade social
Redução das taxas de crime	Transferência da população pelo aumento dos arrendamentos
Reabilitação das propriedades com e sem subsídio público	Transferência e procura por habitação nas áreas pobres da envolvente
	Custos psicológicos secundários do deslocamento

Fonte: (Rufino, 2005)

Espaços verdes urbanos

Os espaços verdes urbanos podem ser definidos como espaços públicos ou privados, cobertos por vegetação e que estão diretamente ou indiretamente disponíveis para o usufruto das populações (Baycan-Levent, Vreeker, & Nijkamp, 2009).

Estes, atualmente, têm vindo a ganhar importância devido à crescente urbanização das cidades. Isto tem vindo a levantar diversas questões no que diz respeito à presença destes nas cidades, aliás, as Nações Unidas preveem que o nível de urbanização na Europa poderá chegar aos 80% por volta de 2015, comparado com os 75% de 2000 (Tzoulas et al., 2007). Este aumento da urbanização, combinado com políticas de densificação, tem-se traduzido na redução dos mesmos (Maas, Verheij, Groenewegen, Vries, & Spreeuwenberg, 2006), o que tem provocado vários problemas ambientais, sociais e económicos.

A introdução destes espaços nas cidades tem ganho defensores que afirmam os ganhos que isto tem para o aumento da qualidade de vida. Além disso, também é

importante referir a regeneração de espaços desocupados, através da implementação de parques, áreas de jogos e outros espaços públicos (Baycan-Levent et al., 2009).

Os benefícios da introdução destes espaços na cidade são vários, e que vão desde a saúde, passando pela economia, ambiente e benefícios sociais.

Tabela 7 - Benefícios dos espaços verdes urbanos

Benefícios	Saúde	Ambientais	Económicos	Sociais
	Diminui o stress e a fadiga	Redução de custos relacionados com a expansão da cidade	Atração de investimento	Local escolhido para encontros sociais
	Menor risco de mortalidade	Melhor qualidade do ar	Aumento do valor das propriedades e das casas	Local para passeio com crianças
	Menor perturbação do ruído	Redução do efeito de ilha de calor urbano	Promove o turismo	
	Maior atividade física			

Fonte: (Baycan-Levent et al., 2009), (Berg, Maas, Verheij, & Groenewegen, 2010), (Maas et al., 2006), (Gidlof-Gunnarsson & Ohrstrom, 2007), (Burgess, Harrison, & Limb, 1988), (Tzoulas et al., 2007)

A localização de um parque e a sua proximidade a áreas residenciais pode influenciar esse quarteirão no qual está inserido, e, sendo assim, capaz de reproduzir estes efeitos. Vários estudos mostram que as pessoas tendem a utilizar mais vezes áreas verdes, quando estas estão mais próximas e quando também é possível chegar até elas a pé ou de bicicleta (Mwendwa & Giliba, 2012).

Contudo, a conceção destes espaços também poderá trazer consequências negativas, como uma maior presença de sem-abrigos, delinquência, crime e outro tipo de atividades ilegais. Estas consequências podem surgir devido ao excessivo uso de arbustos, que poderão funcionar como proteção para estas pessoas e até um mau design também poderá contribuir para isto (Baycan-Levent et al., 2009), (Burgess et al., 1988), (Tzoulas et al., 2007).

Tanto as questões ligadas à economia criativa, como aquelas ligadas aos espaços verdes urbanos, foram delineadas nas intervenções dos casos de estudo. O que será

importante reter daqui é a importância de integrar estas duas num processo de regeneração urbana, como aconteceu em Amesterdão, a uma escala mais local, e, como aconteceu também em Bilbao, a uma escala metropolitana.

3. O vale do Tinto em Campanhã: Desindustrialização, Planeamento e Regeneração

3.1 Caracterização

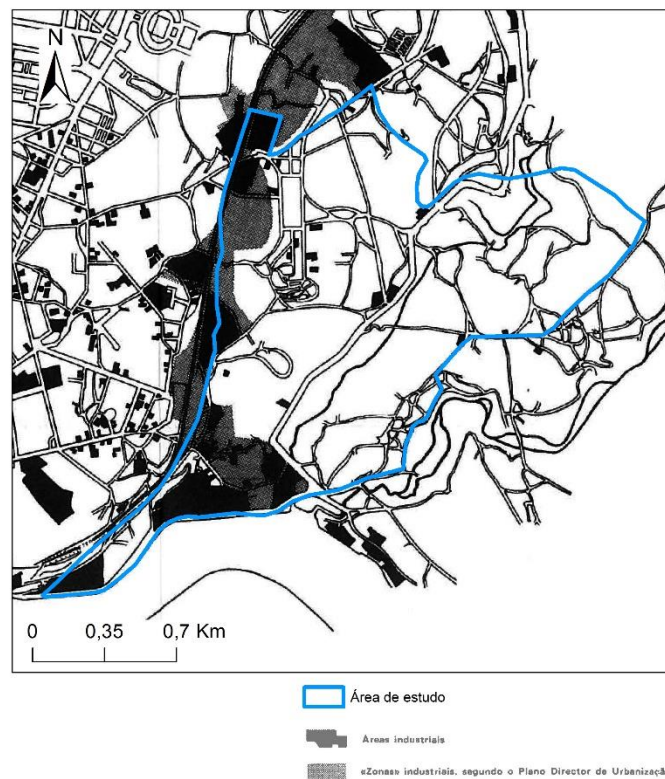
A caracterização da área de estudo será feita através dos dados socioeconómicos disponíveis no INE e mais relevantes para esta análise. Também será feita a análise da indústria que existe e que já existiu relacionando com os espaços desocupados. Por fim será feita uma pesquisa acerca dos projetos que existem e que já existiram para esta área, de forma a identificar a sua concretização.

Desde o século XIII são referenciadas pequenas indústrias ligadas à moagem devido à existência dos Rios Torto e Tinto. A sua influência neste território ainda se pode verificar com a presença da Moagem Ceres, umas das poucas indústrias ainda presentes aqui. Contudo, ao longo dos tempos, foram-se instalando aqui outras, ligadas a outro tipo de produção, onde a máquina a vapor foi fundamental. O caminho-de-ferro poderá ter sido um dos fatores para a industrialização desta área como se vê na Figura 14, onde as áreas industriais¹ e as zonas industriais² se localizavam em torno deste.

¹ Áreas industriais definidas por Pereira de Oliveira

² Zonas industriais definidas pelo plano Diretor de Urbanização

Evolução do espaço urbano: Áreas industriais



Fonte: O espaço urbano do Porto, condições e desenvolvimento, Oliveira de, P., 1973

Figura 14 - Evolução do espaço urbano: Áreas industriais

A produção têxtil também tem aqui raízes fortes. A sua produção era sobretudo realizada nas casas das pessoas, que compravam as matérias-primas em armazéns próximos. Era uma produção pouco mecanizada durante o seu processo de manufaturação.

Na Monografia de Campanhã também é referida a indústria dos curtumes, da construção civil, dos palitos, dos fósforos e sabões. É com a introdução destas novas unidades e do caminho-de-ferro que se dá o “boom” da industrialização e também começam a surgir os novos problemas, nomeadamente, nas ilhas, locais onde a classe operária vive em péssimas condições e que contrastavam com a presença de quintas da

classe burguesa, a ostentar o que o de melhor se fazia e existia naquela época³. Atualmente ainda podemos encontrar estas discrepâncias, como por exemplo, na rua do Freixo, onde por escassos metros estão separados um condomínio fechado, de ilhas.



Figura 15 - Condomínio fechado na Rua do Freixo junto à Ponte



Figura 16 - Ilha na Rua do Freixo próximo à estação de Campanhã

Apesar destes problemas inerentes a este processo, a multiplicação das unidades industriais foi essencial para a configuração do território, onde as infraestruturas de transporte tiveram muita importância. Atualmente este território já não consegue ser

³ Aliás se analisarmos dados do INE sobre o tamanho das residências, 77% das habitações apresentam uma área menor que 100 m², dos quais 25% têm até 50 m², o que indicia ainda uma grande presença de ilhas, na área de estudo.

atrativo para alguns destes tipos de indústria. O que se verifica é um não aparecimento desta indústria e também a deslocalização de alguma que lá existia. Refira-se, a título de exemplo, a Fábrica de Vidro no Freixo, que, depois de aí funcionar durante mais de 20 anos, se transferiu para Avintes⁴, onde se encontra atualmente. Também as moagens, que inicialmente optaram por uma localização na área envolvente da Estação de Campanhã (caso de Ceres), começam a sofrer com o congestionamento.

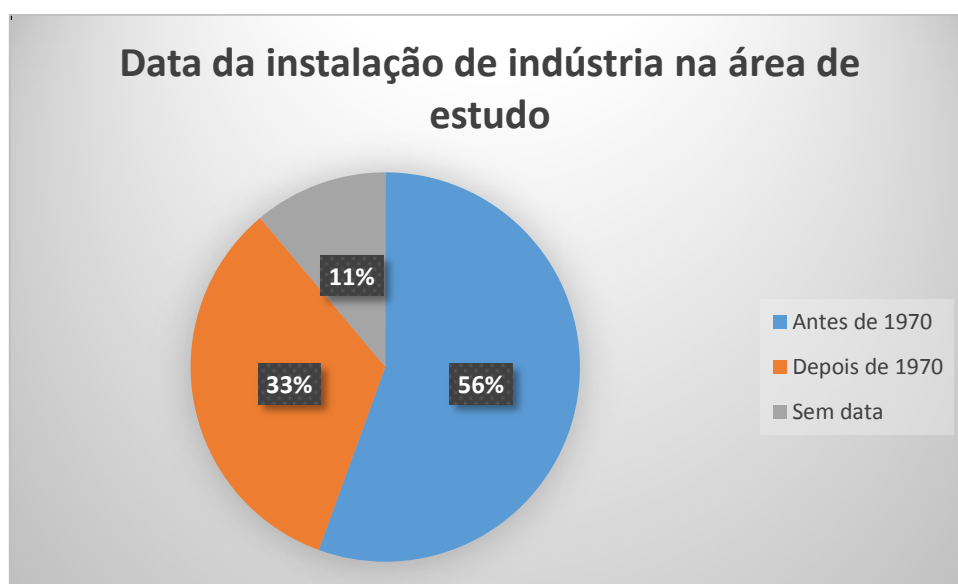


Figura 17 - Empresas de comércio e indústria à data de 1990

Fonte: Adaptado de Monografia de Campanhã

A instalação da indústria foi um motor para que esta área começasse a ser ocupada pela população, porque, até então, esta era como um subúrbio esquecido do Porto. O aparecimento do caminho-de-ferro contribuiu e muito para o aparecimento da indústria em Campanhã e assim modificar a paisagem desta área, até então, mais rural da cidade. Contudo, com a expansão urbana da cidade, esta teve que se deslocar para outros sítios. E o que se verifica atualmente é que a indústria, que ainda resiste, tem muita dificuldade em redefinir o seu espaço, já que os terrenos ou são escassos ou são caros. Algumas das indústrias à data de 1990 são recentes, o que dá a entender que o fenómeno da desindustrialização se fez sentir mais tarde. Outro fator que pode ser referido é a disponibilidade de terreno que existiria aqui àquela data e que depois foi diminuindo, provocando uma deslocalização para outros concelhos vizinhos, como por exemplo, Maia, Valongo, entre outros (DMPOT, 2015).

⁴ Em 1930 inicia a actividade a fábrica de Vidros Barbosa e Almeida, Lda.. Em 1969 entra em laboração a nova unidade fabril localizada em Avintes, Vila Nova de Gaia.

A população residente em Campanhã ao longo dos últimos anos tem vindo a diminuir. Um dos fatores pode ser esta desindustrialização do território que traz consequências para a sua área envolvente. Além da famigerada quebra da natalidade e envelhecimento da população portuguesa, a quebra na economia, neste caso na indústria, podem promover a saída da população para outros locais onde exista emprego. Aliás, o êxodo rural é um caso onde a falta de oportunidades levaram à desertificação de um território em específico. Apesar disto, a deslocalização de indústria também pode originar uma melhoria em termos de qualidade do ar, se ali estiverem localizadas unidades bastante poluidoras. Por isso, será importante referir que, apesar deste processo estar relacionado com uma conotação mais negativa, também se pode afirmar que este pode promover outro tipo de benefícios.

População na área de estudo

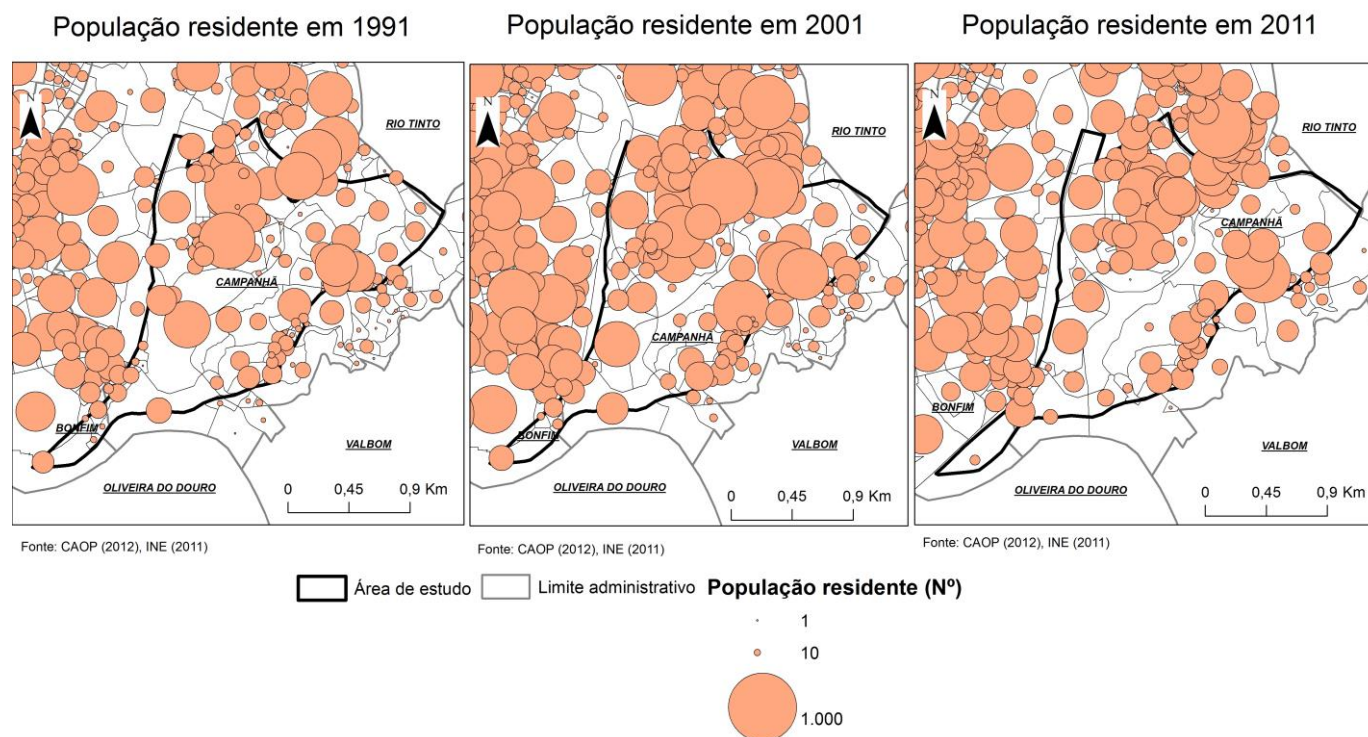


Figura 18 - População residente na área de estudo (1991, 2001, 2011)

Além desta perda da população, há outros fatores que já poderão estar enraizados aqui, como, por exemplo, as baixas qualificações da população. Como já se viu, Campanhã sempre foi uma freguesia periférica do Porto e muito industrial, e com isso desde sempre aqui viveram na sua maior parte, pessoas pertencentes à classe operária com baixas qualificações, salvo pequenas exceções. Esta característica parece que ainda não foi de todo combatida, como mostram as estatísticas, porque grande parte da população detêm o 1º ou 2º ciclo, do ensino básico e o número de pessoas que não sabem ler nem escrever, ainda apresentam algum significado. Ou seja, além deste ser um território bastante desfavorecido atualmente, isso pode ter como fator causas históricas, como o facto de esta ter sido sempre uma área virada para a indústria, e ser também uma área periférica. Ainda sofre também bastante com a pouca literacia dos seus habitantes, o que depois não lhes permite ascender socialmente e beneficiar de melhores condições de vida, devido à sua escolaridade. Uma consequência que pode ser tirada desta baixa escolaridade da população é a taxa de desemprego, que se situa à volta dos 25% na área de estudo, muito acima da média do país e também do concelho do Porto.

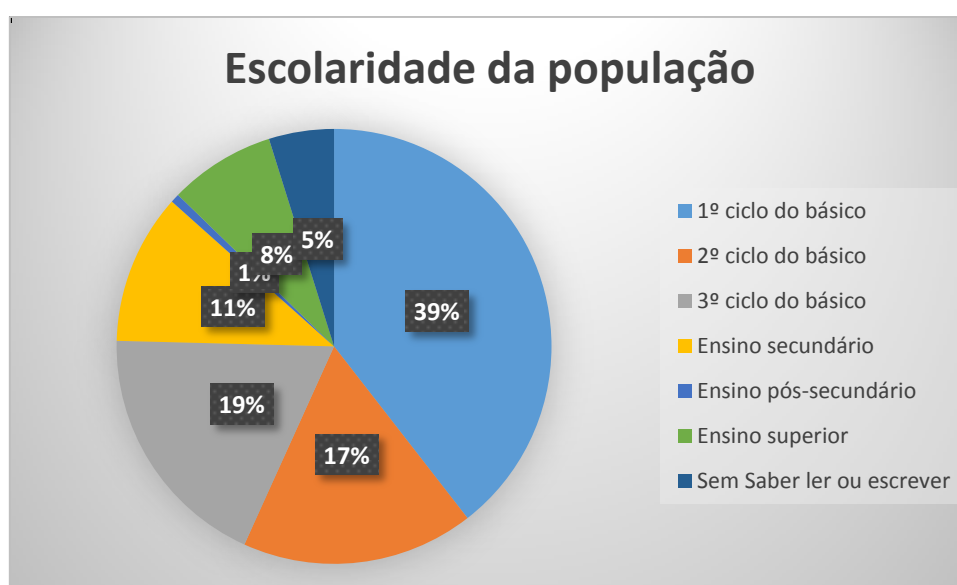


Figura 19 - Escolaridade da população na área de estudo (2011)

Fonte: INE (2011)

Assim sendo, o processo de desindustrialização em Campanhã é um processo tardio, o que poderá ter provocado consequências neste território. Um dos fatores para isso pode ser o baixo nível de desenvolvimento que Portugal apresentou durante os últimos 40 anos e que também permitiu que essas indústrias que deslocavam dos países

desenvolvidos para os países menos desenvolvidos se viessem instalar aqui. Porém com a expansão da cidade e com o desenvolvimento do país, estas mesmas tenham optado por sair deste território em específico, para outros com maior disponibilidade de terreno e com mão-de-obra barata e abundante, provocando o aparecimento de espaços vazios, que resultam da desindustrialização. Ou seja, a “sobrecarga” do território e a globalização são os dois principais fatores que levaram a esta desindustrialização e que estão mais direcionadas para a questão geográfica.

Brownfields na área de estudo



Indústria em atividade na área de estudo



- Brownfields
- Área de estudo
- Limite administrativo
- Indústria

Fonte: CMP (2014), CAOP (2012)

Figura 20 - Espaços desocupados e indústria em atividade

Com o advento deste processo de desindustrialização surgiram muitos espaços abandonados que outrora já tiveram alguma utilização. Esses estão identificados na Figura 22, e nota-se que estão localizados em torno de uma das principais áreas industriais de Campanhã, que era e ainda é a área circundante à estação de Campanhã. É também aqui que eles se encontram em pior estado, ou seja, é um espaço que já não é utilizado e que está em ruínas, onde só encontram alguns vestígios da sua anterior utilização, como imponentes fachadas de antigos armazéns e também antigas chaminés. Se formos mais para Norte encontramos outros, mas com características diferentes, como, por exemplo, a antiga fábrica “A Invencível” e o antigo Matadouro Industrial do Porto. Apesar de apresentarem sinais de degradação ainda são usados para atividades económicas e sociais, respetivamente. Junto à VCI encontra-se outro, sendo que este não está inventariado nos documentos sobre espaços industriais desativados da CMP, como tal. Pode na mesma entrar na categoria de brownfield, já que esta, como já foi dito anteriormente, não se restringe só a espaços industriais, mas sim a qualquer espaço que foi outrora desenvolvido e que agora se encontra ao abandono. Na Figura 20 dá para verificar que a indústria existente é mínima, comparada com aquela que existia antigamente. A que existe atualmente situa-se junto à estação de Campanhã, e junto ao Freixo, mas como se pode ver na Figura 21, apesar de esta ser a área mais importante, nos lugares de São Roque da Lameira/Corujeira também existia uma grande concentração, o que agora já não se verifica, segundo os levantamentos efetuados pela CMP e segundo os dados da Monografia de Campanhã.

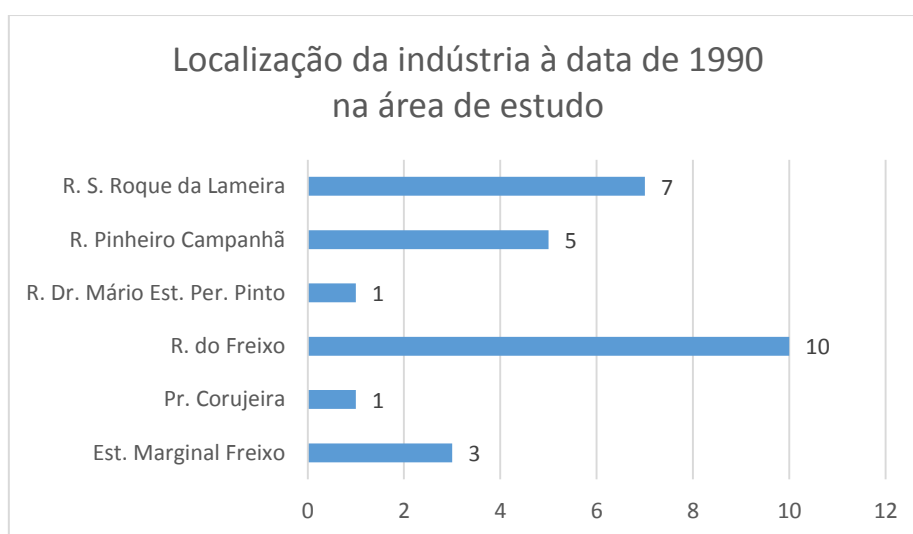
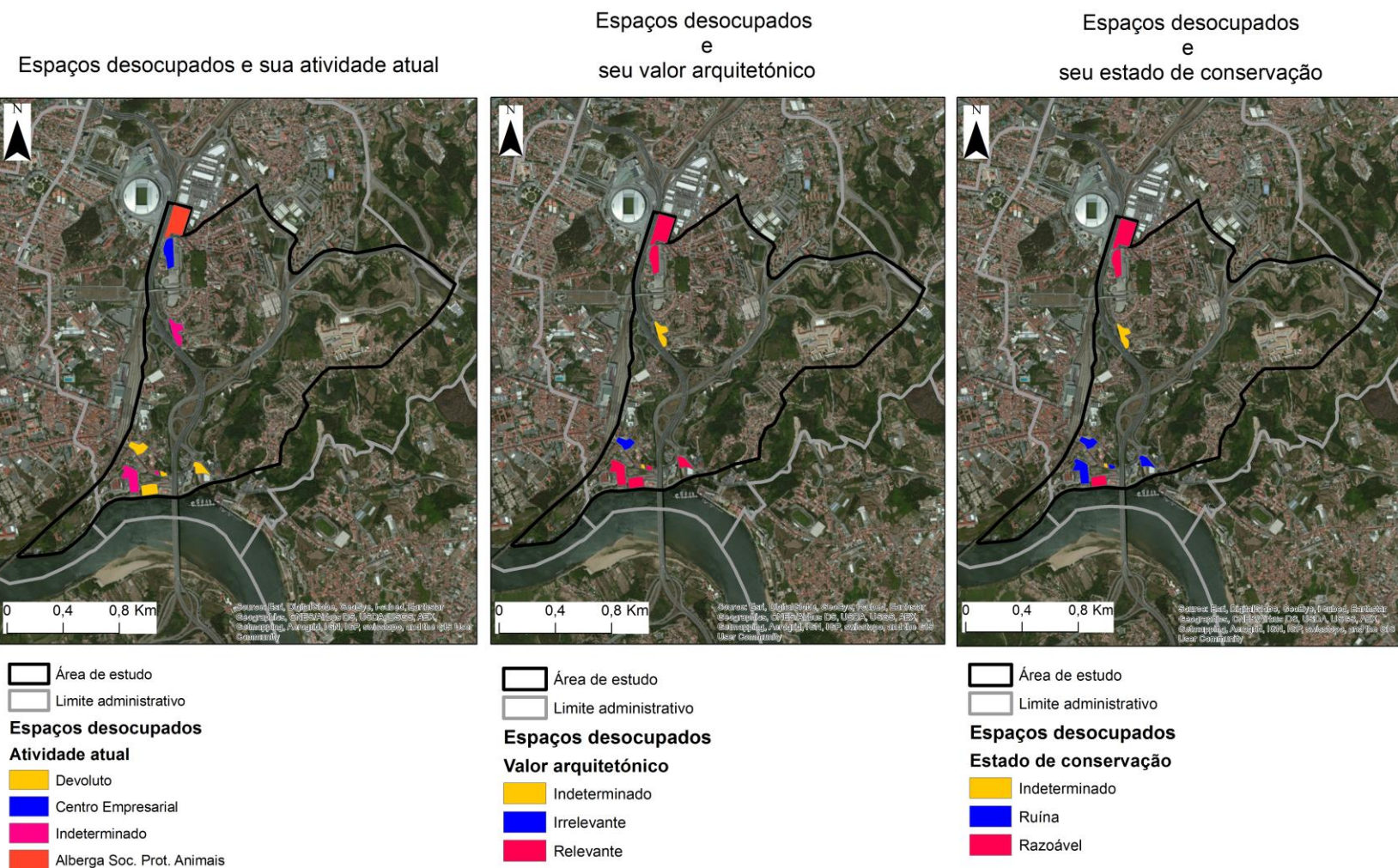


Figura 21 - Localização da indústria em 1990

Fonte: Monografia de Campanhã

Seguindo os levantamentos efetuados pela CMP, no âmbito do levantamento de espaços industriais abandonados, verifica-se que uma grande parte dos edifícios se encontra em ruínas e num estado devoluto. Contudo, há a salientar que, tanto o Matadouro Industrial como a antiga central elétrica do Freixo, se apresentam com um valor arquitetónico relevante, apesar do seu estado de conservação.



Fonte: CMP (2015), CAOP (2012)

Figura 22 - Estado dos espaços desocupados

Assim sendo, a área do Freixo e circundante à estação de Campanhã, é aquela que apresenta mais espaços desocupados resultantes do processo de desindustrialização e também aquela que poderá sofrer mais, caso se verifique o mesmo processo. Na Figura 20, nota-se a importância que já foi referida das infraestruturas de transportes, porque tanto os espaços desocupados como a indústria em atividade estão situados sobretudo em áreas com grande acessibilidade, em termos rodoviários e ferroviários.

3.2 Projetos

Plano Diretor de 1962

O Plano Diretor de 1962 elaborado pelo Gabinete de Urbanização da Câmara Municipal do Porto tinha em vista quatro pontos principais: o desenvolvimento económico que o Porto poderia apresentar devido à sua localização, as questões climáticas e do foro da paisagem, de forma a promover a cidade para o turismo e também para os seus habitantes, a promoção do transporte público e ultrapassar os problemas relacionados com o relevo. O plano propôs diversas intervenções que iam desde a criação de novos arruamentos, novos espaços comerciais, novos equipamentos públicos, até novos percursos de transportes públicos.

Para a parte mais oriental da cidade⁵ estavam previstas diversas intervenções:

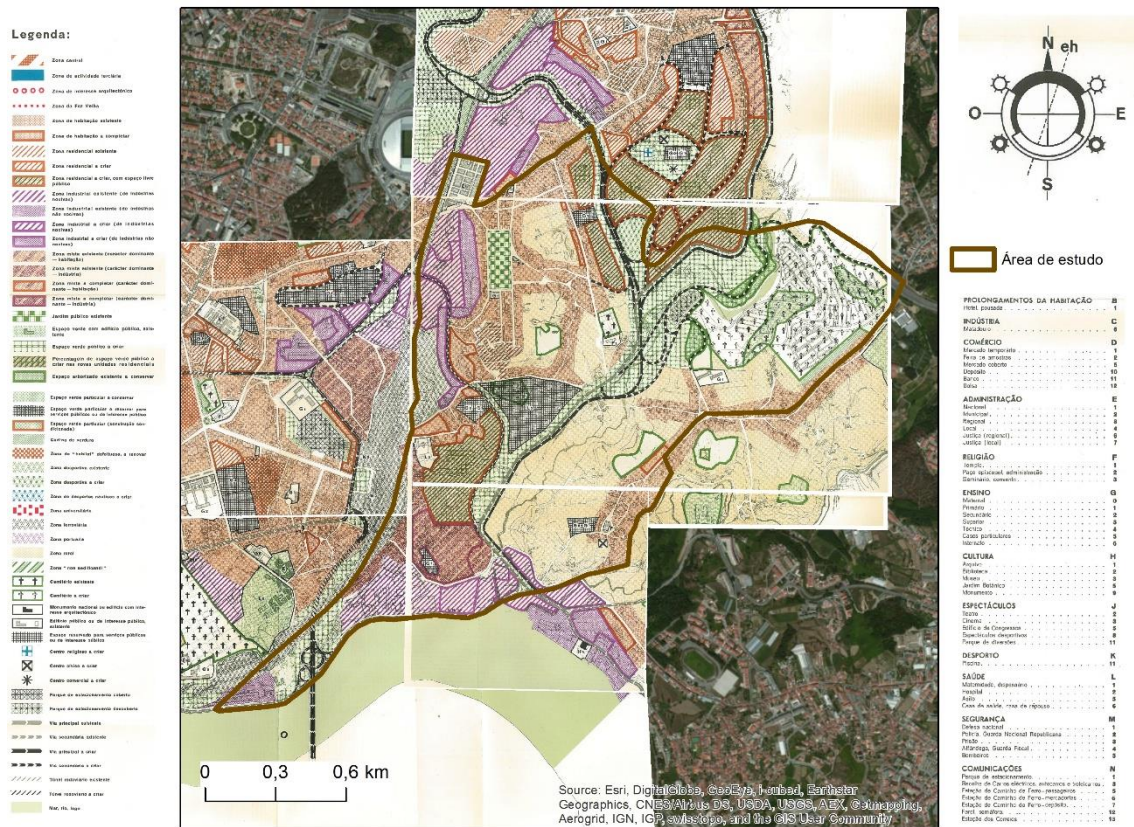
- Criação de um centro cívico junto à Igreja de São Pedro;
- A criação de um centro cívico, religioso e de um centro comercial próximo à localização atual do bairro do Cerco;
- A conceção de novas vias, quer secundárias, quer principais, nas imediações da Estação de Campanhã, de modo a construir um acesso à nova ligação entre Porto e Vila Nova de Gaia e também em torno da igreja de Campanhã e do troço da Circunvalação;
- A criação de novas áreas residenciais próximas à rua do Falcão e à parte Norte da Rua São Roque da Lameira e também no lugar da Noeda;
- A criação de novas áreas industriais junto ao eixo ferroviário, desde Campanhã até Contumil e também na área do Freixo;
- A criação de um espaço verde público, ao longo do rio Tinto e também entre a estação de Campanhã e a ponte D. Maria Pia;
- Por último, a conceção de um novo cemitério na parte mais oriental de Campanhã que se iria situar no lugar de Azevedo (Auzelle, 1962).

Assim sendo, as intervenções neste plano para a área de estudo previam sobretudo mais arruamentos, mais espaços residenciais, a conservação da área industrial no eixo do caminho-de-ferro Campanhã-Contumil, a criação de áreas verdes, e de um

⁵ A Este da Estação de Campanhã

novos cemitérios. Constatou-se que as intervenções previstas, visavam promover a função residencial com as mais diversas infraestruturas. A construção do cemitério numa área tão distante ao centro da cidade tem a ver com o facto de aqui existirem extensos terrenos disponíveis e também a importância da existência de arborização em volta dele.

Plano Diretor do Porto de 1962 e enquadramento na área de estudo



Fonte: PDM do Porto (1962), ESRI Bing Maps

Figura 23 - Plano Diretor de 1962

Plano Estratégico do Vale de Campanhã

O PDM de 1993 teve início em 1978 e teve como principal coordenador o Prof. Arq.º Duarte Castel-Branco. Este plano teve como principal foco o reforço do Porto, como capital da região Norte. As grandes opções deste plano passavam pela integração harmoniosa das funções habitacionais, de trabalho e culturais, a melhoria da qualidade ambiental, a reestruturação do tecido urbano, a intervenção no sistema viário, a melhoria dos transportes públicos, a localização estratégica de parques de estacionamento, a adoção de medidas restritivas de acesso de veículos à área central e políticas de condicionamento às funções de carga e descarga (Castel-Branco, 1993).

A grande diferença entre os objetivos deste PDM e do anterior será a introdução de limites à circulação na área central e a preocupação dada ao uso excessivo do automóvel na cidade. Mas também existem linhas programáticas que transitaram do PDM de 1962, como a intervenção nas infraestruturas viárias, a promoção do transporte público e também a melhoria da qualidade ambiental.

O Plano Estratégico do Vale de Campanhã vem no seguimento dos problemas relativos ao desinvestimento público e à falta de investimento privado. Este plano pretende que o Vale de Campanhã seja a futura entrada principal na cidade.

Aqui estavam previstos a criação do Parque Oriental em torno dos rios Tinto e Torto, a passagem de uma linha do Metro pela área da Corujeira, a intervenção em algumas infraestruturas viárias, um parque lúdico-tecnológico próximo ao bairro do Lagarteiro, a definição de uma área de reabilitação urbanística no quarteirão Heroísmo/Nova Sintra, a elaboração de um plano de pormenor entre S.Roque/Praça das Flores/Estação de Campanhã e a definição de uma envolvente junto ao Palácio do Freixo (Castel-Branco, 1993).

Neste plano vê-se a intenção de criar um grande parque urbano capaz de “unir” os dois afluentes do rio Douro, integrando a Sul uma envolvente ao Palácio do Freixo e mais a Norte um parque lúdico-tecnológico. Além disso, a construção deste novo parque também pressupõe novos acessos, quer em termos de novas vias, quer em termos de transportes públicos, como é o caso da construção da linha do metro. Aqui também é de destacar a proposta da criação de uma área central no eixo S.Roque/Praça das Flores/Estação de Campanhã, podendo contribuir para a atenuação de alguns dos problemas já referidos.

Plano Estratégico do Vale de Campanhã
e
enquadramento na área de estudo

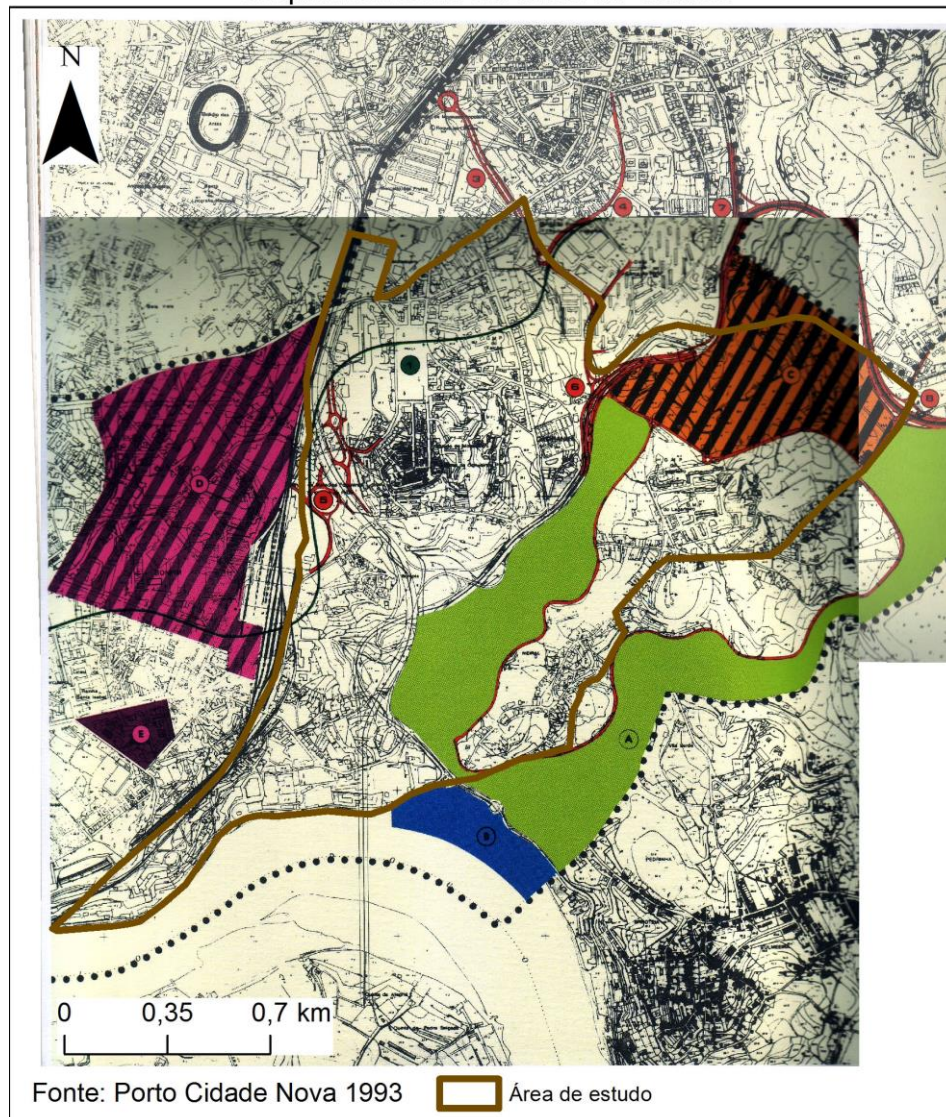
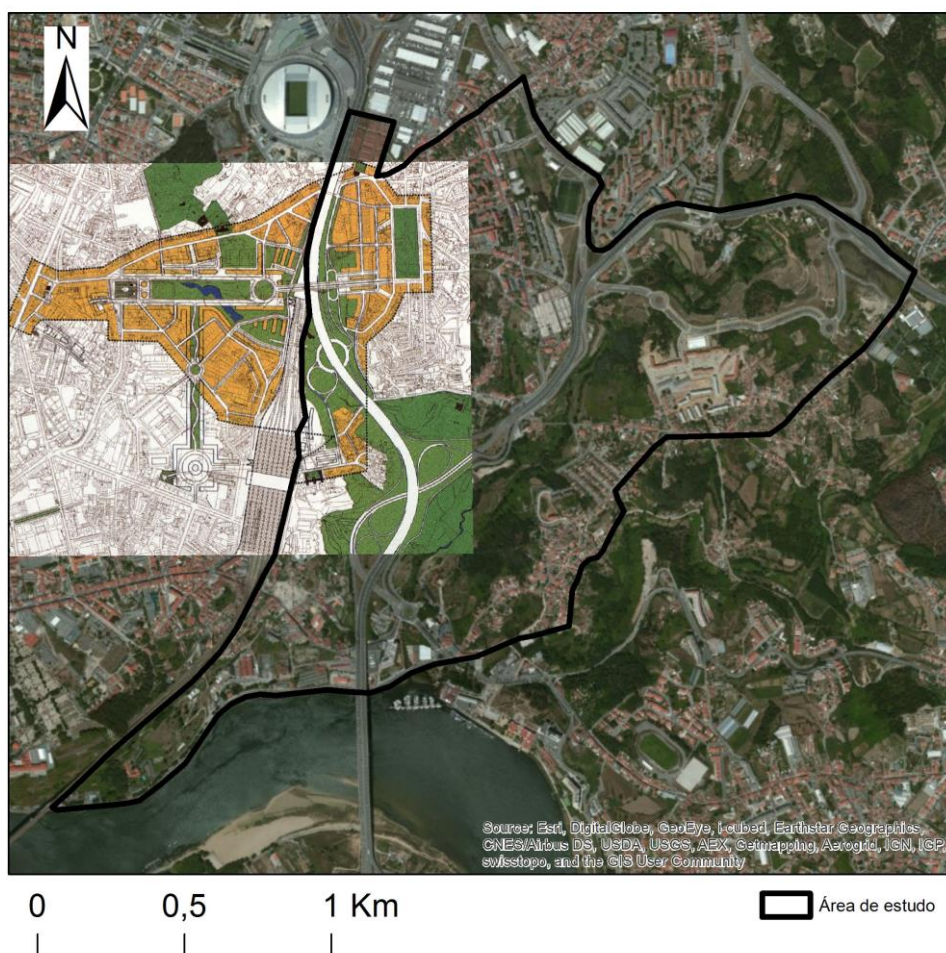


Figura 24 - Plano Estratégico do Vale de Campanhã

Plano de Pormenor Flores – Corujeira

Este plano compreende uma área entre a Praça das Flores e a da Corujeira. Entre estes dois locais pretende-se ligar o tecido consolidado do centro da cidade ao vale de Campanhã, em vista à criação de uma nova centralidade no leste da cidade. Este prevê a construção de uma praça, uma avenida, um viaduto e ligações à VCI. Além disto, pretende que na envolvente sejam construídos edifícios de habitação, comércio, serviços e equipamentos⁶.

Plano de Pormenor Flores - Corujeira e enquadramento na área de estudo



Fonte: Plano de Pormenor Flores - Corujeira

Figura 25 - Plano de Pormenor Flores - Corujeira

⁶ <http://jorgepatriciomartins.blogspot.pt/2007/03/plano-pormenor-em-campanh-e-bonfim.html>

Iniciativa comunitária URBAN (1994-2013)

A iniciativa comunitária URBAN divide-se em três programas, URBAN I, URBAN II e URBAN +, direcionados para intervenções em territórios problemáticos, como foi o caso do Bairro do Lagarteiro e outros bairros localizados em Campanhã.

URBAN I

A Direção Geral do Desenvolvimento Regional estabeleceu como objetivos e prioridades no programa URBAN I:

- Contribuir para a melhoria da qualidade de vida do ponto de vista das condições sociais básicas, da qualificação do espaço urbano e da valorização de elementos ambientais locais;
- Apoiar a dinamização das atividades económicas locais, reforçar a iniciativa empresarial e a criação de emprego;
- Valorizar e formar os recursos humanos;
- Promover a dinamização local⁷.

As intervenções direcionadas para o Vale de Campanhã apresentavam vários problemas sociais, económicos e ambientais. E os objetivos desta iniciativa são:

- Promover a requalificação funcional e a revitalização económica do Vale de Campanhã;
- Promover a reabilitação urbanística e ambiental;
- Dinamizar a sociedade civil e revitalizar as dinâmicas associativas e institucionais;
- E melhorar a qualidade de vida da população (Marques et al.).

Definido que estavam os objetivos, foram tomadas diversas medidas, desde a capacitação das pessoas, à recuperação urbanística e ambiental da área, até à dinamização das atividades económicas locais. No que diz respeito à recuperação urbanística, esta teve como grande foco a intervenção nos bairros sociais, do Cerco, S. Roque e Eng.º Machado Vaz. Também foi a partir daqui que o projeto de intervenção no bairro do Lagarteiro começou a dar os seus primeiros passos. Estas intervenções

⁷ In Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional

visaram sobretudo a recuperação das fachadas dos edifícios, da área envolvente e a construção de equipamentos para os jovens e para o apoio à formação e ao emprego.

URBAN II

Este programa centra-se nas áreas degradadas mais pequenas e que se encontrem em situação crítica relativamente a, pelo menos, três dos seguintes critérios: desemprego de longa duração; escassa atividade económica; pobreza e exclusão social; necessidade de reconversão; presença de imigrantes e minorias; baixo nível de instrução e abandono escolar; criminalidade e delinquência; evolução demográfica desfavorável; e ambiente degradado (Marques et al.).

A intervenção no bairro do Lagarteiro insere-se na iniciativa comunitária URBAN II que resultou na iniciativa Bairros críticos e que incidiu em ações na Cova da Moura, no Lagarteiro e no vale da Amoreira.

No início deste projeto idealizou-se que uma das melhores formas para combater os problemas de exclusão e degradação aqui existentes seria envolver os grupos de ação local e a comunidade, promovendo a capacitação pessoal, ou seja, introduzir um processo de planeamento participativo que reduzisse a exclusão e fomentasse a capacidade que cada pessoa tem para mudar o rumo da sua vida.

Este bairro apresentava vários problemas em termos da sua configuração espacial e enquadramento urbanístico, como nas vivências quotidianas dos seus habitantes. Além disso, o clima de medo que muitas vezes é passado pela comunicação social contribui para que a imagem deste local se deteriore ainda mais.

Por isso, a visão que foi preconizada para o bairro do Lagarteiro diz o seguinte: O Lagarteiro será um espaço residencial aberto, seguro e com qualidade urbana, onde o gosto pela aprendizagem e a convivência alargada reforcem as oportunidades, individuais e coletivas, para prosperar e para uma melhor integração na cidade (Marques et al.).

E para concretizar essa visão é preciso executar os seguintes objetivos: abrir o bairro à cidade e a cidade ao bairro, melhorar a imagem e a qualidade urbana, aumentar a qualidade de vida da população residente, melhorar as expectativas de vida dos residentes e reforçar as competências individuais e coletivas, numa lógica de empowerment. No que se refere às intervenções de cariz mais físico projetadas para este

local há a destacar a necessidade de novas construções em frente ao Parque Oriental, uma nova estrutura de arruamentos na área de urbanização especial, novos arruamentos, espaços públicos e equipamentos, a construção de um centro hípico social e uma nova esquadra da PSP, além da reabilitação do conjunto habitacional do Lagarteiro. São estas as principais ações, com vista a reestruturação física do bairro do Lagarteiro (Marques et al.).

Portanto, esta intervenção no bairro do Lagarteiro visa tornar a população lá residente capaz de sair da situação da pobreza em que se encontra, através da aquisição de novas competências, além de que também é necessário dar uma nova alma ao bairro, quer em termos urbanísticos, quer em termos de imagem, como se vê nas ações de cariz mais físico, previstas para o bairro.

Iniciativa Comunitária URBAN e enquadramento na área de estudo



Fonte: CMP, ESRI Bing Maps

- Área de estudo
- Bairros**
- Bairro Eng.º Machado Vaz
- Bairro São Roque da Lameira
- Bairro do Cerco
- Bairro do Lagarteiro

Figura 26 - Iniciativa Comunitária URBAN

URBAN +

Esta iniciativa segue as mesmas linhas que as anteriores, só que abrange um maior número de cidades e é a mais recente pertencente à iniciativa comunitária URBAN.

Quanto à iniciativa no seu todo, pode-se dizer que o seu foco foi em territórios altamente degradados, quer ao nível físico, quer ao nível socioeconómico. Existe também uma grande ênfase para as intervenções aqui realizadas proporcionarem aos habitantes a melhoria da sua qualidade de vida, além da captação de atividade económica para estes locais. Além disso, é de referir a importância de uma intervenção integradora e abrangente, capaz de modificar o território como um todo e não só uma parte dele.

No que diz respeito à intervenção no Porto, esta visou bairros situados na parte mais oriental da cidade que apresentavam alguns sinais de degradação. O bairro do Lagarteiro foi aquele onde se fez a intervenção mais profunda e onde se obtiveram grandes mudanças, nomeadamente através de novas infraestruturas, como, por exemplo, arruamentos, esquadra da PSP e um pavilhão. Nos outros intervencionados por esta iniciativa, as intervenções focaram-se mais na reabilitação do edificado e não tiveram a mesma dimensão que a realizada no bairro do Lagarteiro.

PDM 2003

O PDM de 2003 elaborado pelo Arq.º Manuel Fernandes de Sá, e pelos Eng.ºs José António Lameiras, e António Babo veio substituir o PDM de 1993. Este teve como principais objetivos a reabilitação do tecido urbano já existente, a requalificação do espaço público, a valorização ambiental, a promoção dos transportes públicos e de transportes não poluentes, reduzir as assimetrias urbanas existentes e afirmar o centro histórico e a área central como referência para a AMP. Este PDM teve a vigência de 10 anos e encontra-se atualmente em revisão. Deste PDM resultaram dois outros planos bastantes importantes para a área de estudo que foram o PP do Parque Oriental e o PP das Antas, além das diversas UOPG's definidas (Sá, Lameiras, & Babo, 2003).

Nesta área, segundo a carta de qualificação do solo deste PDM, encontramos sobretudo espaços isolados, com predominância de habitação coletiva, habitação do tipo unifamiliar, áreas de urbanização especial e ainda uma frente urbana contínua em

consolidação, que corresponde a uma grande parte do território. No que diz respeito aos solos afetos à estrutura ecológica, verifica-se uma prevalência de área verde para utilização pública e onde se enquadram equipamentos propostos que sejam capaz de se integrar nessa mesma. Além disso, também se consegue identificar as áreas verdes de enquadramento de espaço canal, devido ao cruzamento de vias ferroviárias e rodoviárias que aqui se cruzam.

Carta de qualificação do solo e enquadramento na área de estudo

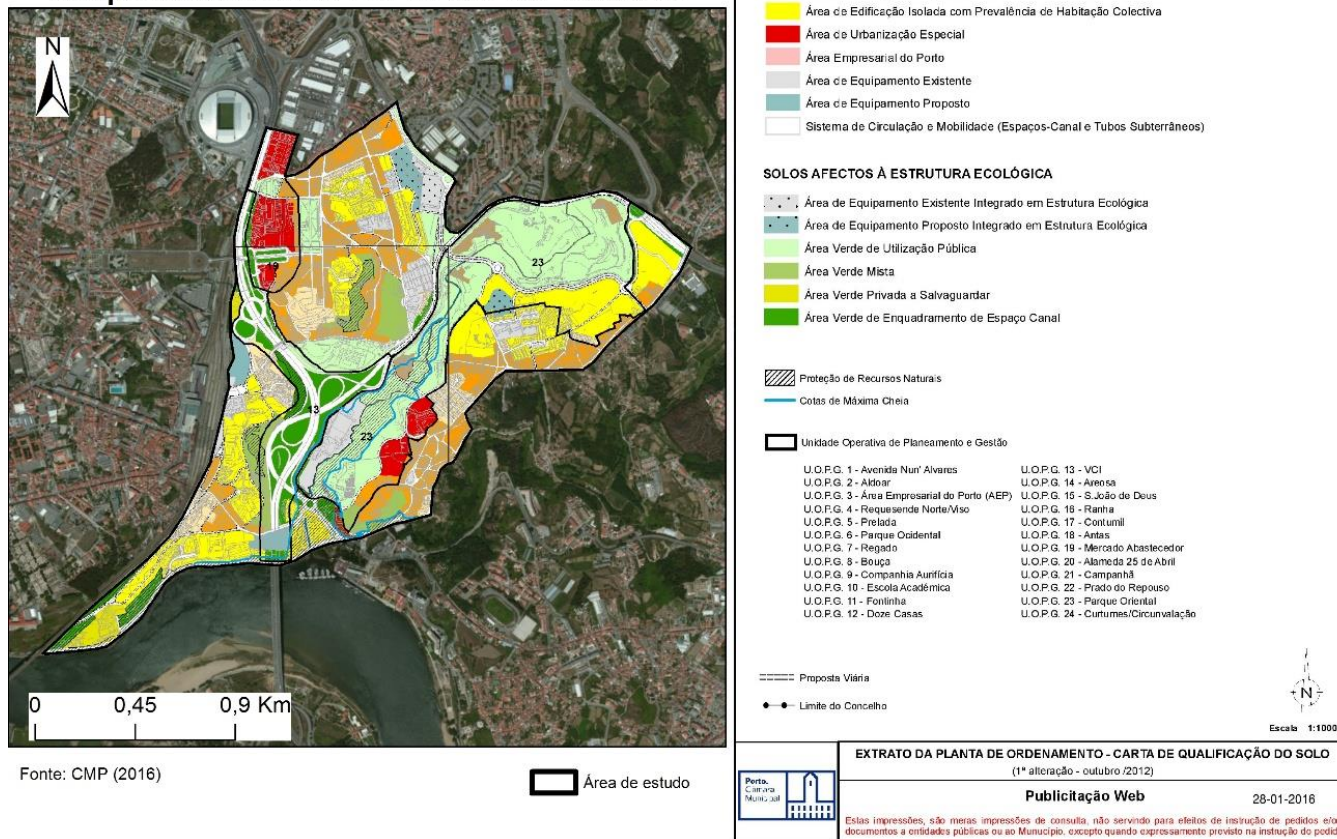


Figura 27 - Carta de qualificação do solo

Plano de Pormenor do Parque Oriental

Em 2003 a CMP deliberou o desencadeamento de um processo de estudos para a definição do Parque Oriental do Porto. Esta área corresponde à UOPG 23 que se encontra delimitada no PDM e que pretende a concretização do parque urbano ao longo do vale de Rio Tinto, a reabilitação dos núcleos rurais, a criação de equipamentos estruturantes e de zonas desportivas ao ar livre, e, por último, a articulação da zona urbanizada com o futuro Parque. Neste PP também é referido que pode ser incluído na área de estudo o bairro do Lagarteiro, devido à necessidade de uma intervenção urbanística.

O PP encara o Rio Tinto como um recurso e como uma condicionante, tendo em conta a presença da ETAR, o relevo acidentado e o património arquitetónico.

Os problemas relacionados com a degradação da bacia do Rio Tinto, em termos ambientais, a degradação do património que faz parte da interação longínqua do homem com este rio, como são o caso dos açudes, moinhos, pontes, entre outros, estão bastante presentes numa pequena visita à área em causa. A qualificação do bairro do Lagarteiro assume grande importância, porque este apresenta vários problemas sociais como toxicodependência, desemprego, baixo nível de escolaridade, entre outros. Além disso, é preciso também intervir fisicamente neste bairro para tentar resolver os problemas de degradação do edificado e do espaço público. Por último, o efeito barreira das vias rápidas, a poluição sonora e visual que estas causam, indicam como pode ser necessário corrigir isto, além de dotar a rede viária com melhor segurança para os peões.

A importância da criação deste parque não fica restrita à cidade do Porto. Por isso este PP, tem como objetivos programáticos:

- Reabilitação de todas as áreas junto ao Rio Tinto;
- Reabilitação e requalificação do Bairro do Lagarteiro;
- Desenvolver a conceção paisagística do Parque Oriental que corresponda ao restauro da paisagem rural que aqui existiu, e que atualmente encontra-se degradada;
- Desenvolver um equipamento estruturante principal com uma vertente hípica e a criação de outras zonas desportivas ao ar livre (C. M. d. Porto, 2005).

Plano Pormenor das Antas

O atual Estádio do Dragão situa-se na zona das Antas, na freguesia de Campanhã, na parte oriental da cidade. Esta área anteriormente à sua intervenção sofria de vários problemas como Álvaro Domingues refere: carência de funções e espaços de referência, má articulação com os territórios confinantes, muito acidentada, condicionada pela presença de vazios e construções abandonadas, barreiras criadas pelos nós rodoviários e ferroviários, bairros problemáticos (Domingues, 1999).

A intervenção foi despoletada pela realização do Europeu de 2004 e levou a uma grande transformação desta área.



Figura 28 - Lugar das Antas antes da intervenção

Fonte: Google Imagens



Figura 29 - Lugar das Antas depois da intervenção

Fonte: Google Earth

Esta transformação só foi possível através da implementação do Plano de Pormenor das Antas que tinha como objetivos: a criação de uma área central que articule, integre e valorize o território envolvente, a relocalização de grandes equipamentos desportivos e a redução dos impactos da VCI sobre a área de intervenção do plano⁸.

Como se pode constatar na comparação das duas imagens, alguns destes objetivos foram bem-sucedidos, enquanto outros ainda não foram totalmente concretizados, mesmo que tenham ocorrido algumas alterações no PP, que sem provocar qualquer mudança nas linhas iniciais definidas, apenas introduziu alguns novos parâmetros urbanísticos⁹.

⁸ In Diário da República - II Série, nº173 – 29 de Julho de 2002

⁹ In Diário da República, 2.ª série — N.º 200 — 16 de outubro de 2014

0 0,4 0,8 km

Source: Esri, DigitalGlobe, GeoEye, IGN, Aeristar, Geographics, CNES/Airbus DS, USDA, USGS, AeroX, GeoMapping, AeroGRID, IGN, IGP, swisstopo, and the GIS User Community

Área de estudo

Figura 30 - PP das Antas

Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG)

As UOPG's são unidades de planeamento que se encontram delimitadas na planta de ordenamento dos respetivos PDM's e que têm como objetivo, neste caso, a execução programada das propostas. As UOPG's definem os critérios de implantação urbanística para uma área, ou seja, definem como se deve construir dentro dessa área e aquilo que se deve ter em conta durante o processo de urbanização.

Na área de estudo existem cinco UOPG's: VCI, Antas, Mercado Abastecedor, Campanhã e Parque Oriental, e que sofreram pequenas alterações na última revisão do PDM, com a introdução de novos objetivos.

A UOPG – VCI, pretende minorar o impacto negativo, em termos de qualificação urbana, introduzido pela construção da VCI, que provocou graves problemas ambientais e paisagísticos, designadamente um elevado índice de ruído. Os estudos a efetuar deverão levar à eliminação destes inconvenientes, promovendo a reconversão da área, através de obras de urbanização que diminuam o efeito de «rutura» e que garantam, sempre que possível, a continuidade urbana¹⁰. Deverão ser elaborados planos de redução de ruído, de forma a não contrariar os níveis sonoros máximos admissíveis, definidos na legislação em vigor¹¹;

A UOPG das Antas corresponde ao PP das Antas que já foi anteriormente referido e apresenta os mesmos objetivos.

A UOPG – Mercado Abastecedor, considera a área atualmente destinada ao MAP, bem como os terrenos localizados entre a VCI e a Praça da Corujeira e o antigo matadouro, promovendo a sua estruturação¹²;

A UOPG – Campanhã pretende a requalificação e reestruturação dos quarteirões de Campanhã, compatibilizando as diversas iniciativas já em curso e promovendo a integração desta área na cidade, através da reformulação da sua estrutura viária e de sua requalificação. Deve ser contemplada a valorização paisagística e ambiental da ribeira da Lomba, afluente do rio Tinto¹³.

¹⁰ In Plano Diretor Municipal – REGULAMENTO SET. 2003

¹¹ In Diário da República, 2.ª série — N.º 207 — 25 de outubro de 2012

¹² In Plano Diretor Municipal – REGULAMENTO SET. 2003

¹³ In Plano Diretor Municipal – REGULAMENTO SET. 2003

A UOPG – Parque Oriental pretende a recuperação e estabilização da zona oriental do concelho, considerando os seguintes aspetos:

- Concretização de um parque urbano ao longo do vale do rio Tinto;
- Reabilitação dos núcleos rurais conferindo-lhes a forma, a escala e os usos que lhe permitam contribuir para a dinamização do parque;
- Criação de equipamentos estruturantes e de zonas desportivas ao ar livre;
- Articulação da zona urbanizada com o futuro parque, tendo em consideração os seus acessos, a requalificação do Bairro do Lagarteiro e a rede viária principal e local¹⁴.

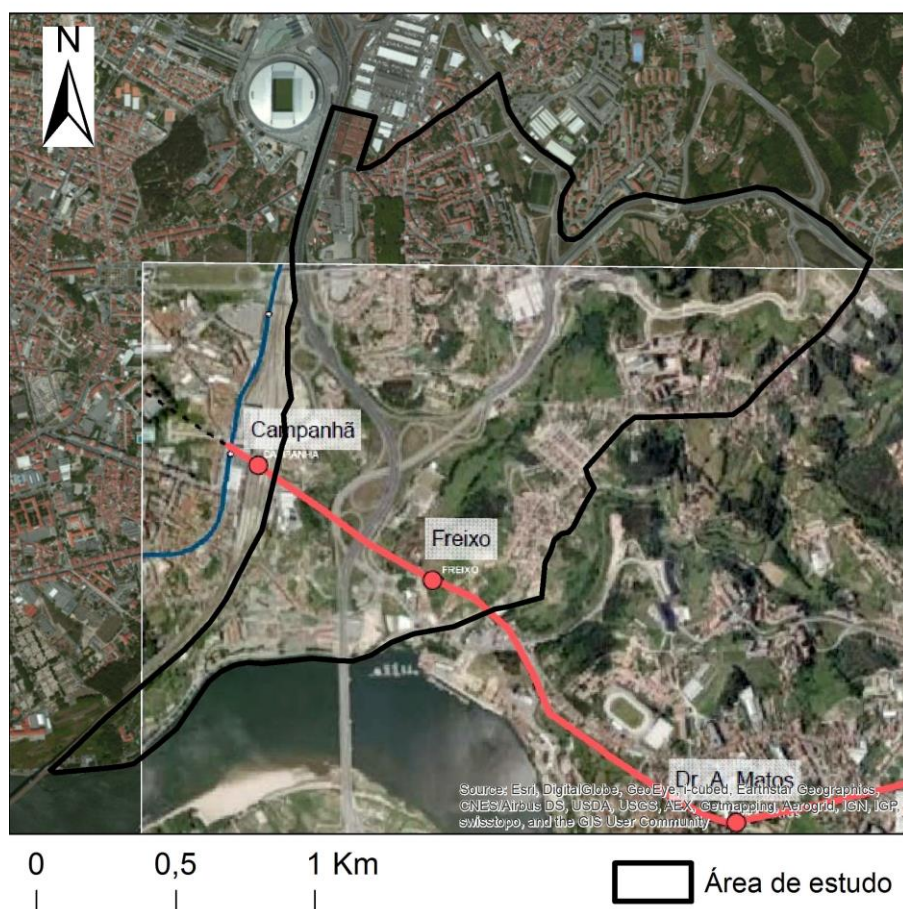
Metro do Porto

No memorando de entendimento celebrado entre o Governo e a Junta Metropolitana do Porto em 2007 foi proposto um novo programa de investimentos, que inclui a ligação ao concelho da Trofa, a ligação ao concelho de Gondomar, o prolongamento da ligação ao concelho de Gaia e o reforço das ligações circulares nos concelhos de Matosinhos e do Porto. O que está equacionado para a área oriental da cidade é a construção de um ramal do metro, que ligue o Porto até ao concelho de Gondomar, neste caso a partir da estação de Campanhã.

Esta conta com pouco de mais 5 quilómetros e 6 estações, sendo que a estação do Freixo está prevista para a área de estudo, próximo à foz dos rios Tinto e Torto. Esta linha que ligará Campanhã a Gondomar, depois prolongar-se-á até à Faculdade de Letras, a partir de Campanhã, promovendo uma circular interna que permitirá ligar mais rapidamente os pólos geradores de mobilidade em Campanhã, onde será construída a futura estação de Alta Velocidade (M. d. Porto, 2008).

¹⁴ *In* Plano Diretor Municipal – REGULAMENTO SET. 2003

Linha do Metro do Porto prevista para a área de estudo



Fonte: Metro do Porto (2008), CAOP (2012)

Figura 31 - Linhas futuras do Metro do Porto

Programa Metropolitano para a Qualificação Urbana da Circunvalação (PMQUC)

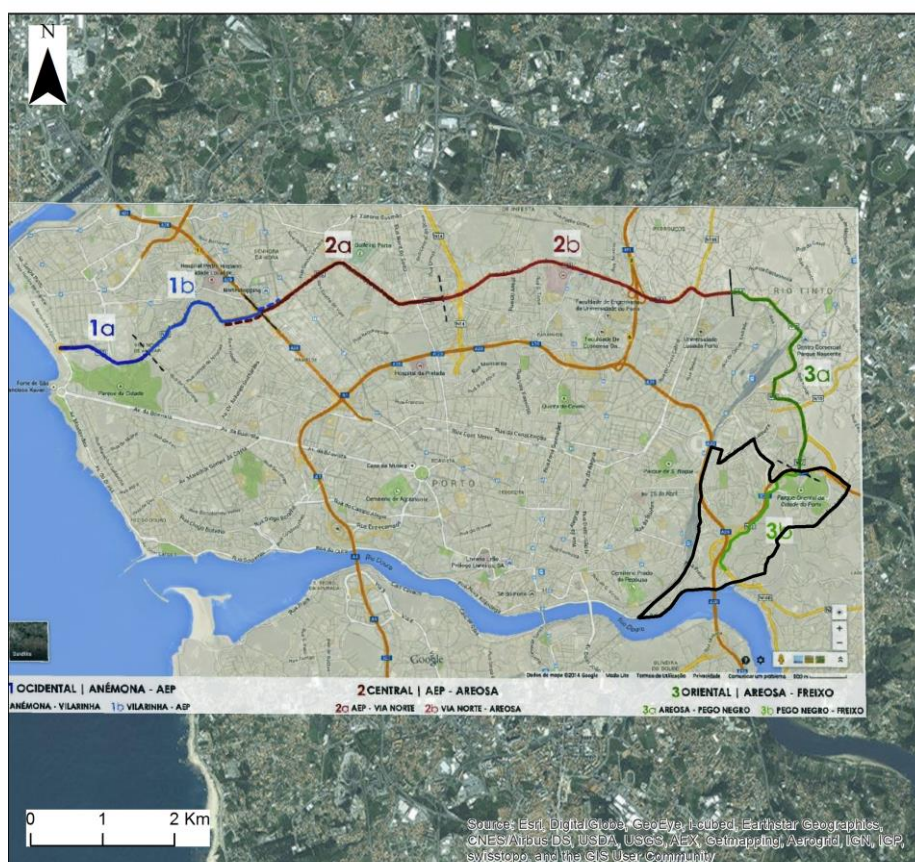
A estrada nacional nº 12, mais conhecida como Circunvalação, foi até ao Plano Rodoviário Nacional de 2000 uma esteira rodoviária integrante do Plano Rodoviário Nacional que liga alguns dos eixos principais de acesso à cidade do Porto.

Com a expansão da cidade do Porto, a estrada da Circunvalação foi objeto de múltiplas intervenções com vista a melhorar a mobilidade, mas o que aconteceu com essas intervenções é que elas acabaram por sobrepor o uso do automóvel à diversificação de outros modos de transporte. Daí que seja importante a aposta em transportes públicos numa parte ou em toda a sua extensão, de forma a criar um novo cordão de urbanidade, como aquele que foi criado com a transformação da via-férrea para a utilização do metro, considerando a antiga visão duma Circunvalação que barrava

e dividia a cidade devido às questões alfandegárias. Também será importante apostar em modos de transportes mais suaves e reforçar os espaços verdes, de lazer e de convívio (Á. M. d. Porto, 2015b).

O segmento 3 da intervenção na Circunvalação compreende a área mais oriental da cidade, desde a Areosa ao Freixo. Nesta parte do percurso existe um grande problema relacionado com os passeios, que não permitem a utilização mais frequente de peões, por isso se propõe intervir nas questões da segurança da via para peões, além da instalação de modos de transporte suaves. Outra das apostas é promover os transportes públicos através da intermodalidade e também a articulação da linha laranja do Metro do Porto, na estação de Levada ou Rio Tinto, com a linha amarela na estação do Hospital de São João. No troço Pego Negro/Parque Oriental – Freixo a CMP sugere um novo percurso contínuo ao Parque Oriental, não muito diferente daquele que existe, junto ao Parque da Cidade (Á. M. d. Porto, 2015b).

Plano Metropolitano para a Qualificação Urbana da Circunvalação e enquadramento na área de estudo



Fonte: Bing Maps, PMQUC

Área de estudo

Figura 32 - Plano Metropolitano para a Qualificação da Circunvalação

Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Campanhã

A ARU de Campanhã foi delimitada recentemente pela Câmara Municipal do Porto e pressupõe que as intervenções aí efetuadas melhorem a qualidade de vida das pessoas e dos espaços e que sejam realizadas através de uma lógica de reabilitação do tecido urbano. Já referi várias vezes os problemas que esta área apresenta, que vão desde os aspetos sociais, passando pelos económicos e ambientais. Todos estes problemas contribuem para a imagem negativa deste território, mas pode ser possível contrariá-los através de intervenções integradas na ARU, respondendo à insuficiência, degradação ou obsolescência dos edifícios, das infraestruturas, dos equipamentos de utilização coletiva e dos espaços urbanos e verdes de utilização coletiva, designadamente, no que se refere às suas condições de uso, solidez, segurança, estética ou salubridade, com uma operação de reabilitação urbana, aprovada em instrumento próprio ou em plano de pormenor de reabilitação urbana (C. M. d. Porto, 2015b).

A freguesia de Campanhã foi sempre uma área com forte influência rural. Atualmente ainda se consegue verificar isso em alguns núcleos populacionais, mas serão os transportes e a industrialização a ter um papel determinante para o desenvolvimento desta área. Passada essa fase de grande crescimento e desenvolvimento, pode dizer-se que Campanhã estagnou e encolheu e que a ARU surge na resposta a esse problema e com vista a promover a coesão social e territorial. E para a CMP estes devem ser os objetivos a prosseguir:

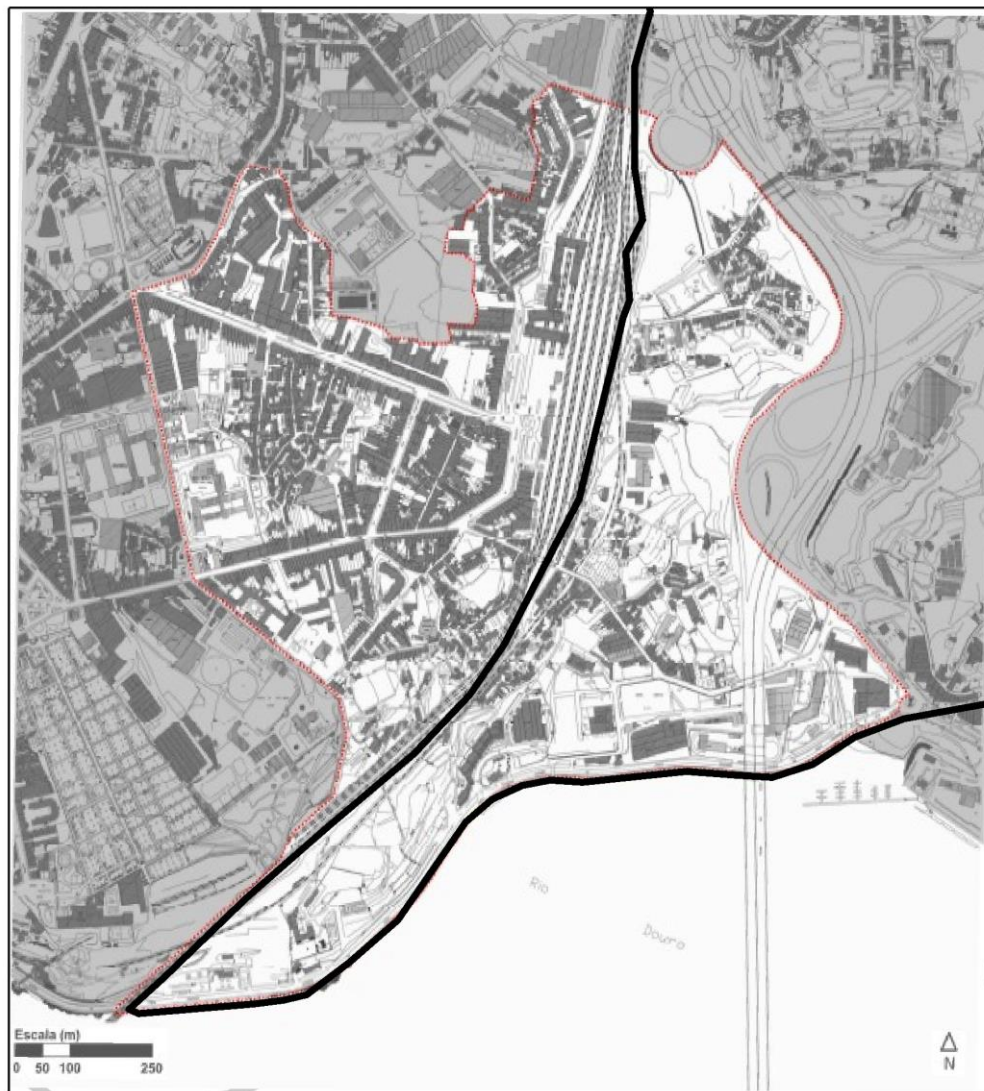
- Melhorar as condições habitacionais e de bem-estar dos atuais residentes, contribuindo para o reforço da atratividade residencial;
- Estruturar e requalificar os tecidos urbanos;
- Dinamizar as atividades económicas e induzir um novo polo de criatividade urbana;
- Renovar a imagem da zona oriental, desenvolvendo iniciativas e projetos inovadores;
- Implementar um modelo de intervenção integrado e eficiente (C. M. d. Porto, 2015b).

Estes objetivos, como se pode constatar, vêm em resposta aos problemas supracitados. Um primeiro pacote de medidas já foi delineado para reaver a dinâmica de outros tempos e estas sobretudo incidem em benefícios fiscais nos impostos municipais para a promoção da reabilitação urbana, a certificação energética, promoção de habitação própria em edifícios reabilitados, redução das taxas de licenciamentos e de

taxas de ocupação de domínio público. Além de que estes incentivos podem ser integrados noutros já existentes, como por exemplo, o Sistema Multicritério de Informação da cidade do Porto (SIM-Porto) que permite promover obras de reabilitação na Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística (ACRRU) e também fora desta (C. M. d. Porto, 2015b).

Assim sendo, a ARU é um instrumento que pode incentivar a regeneração urbana desta área, através de benefícios fiscais e onde o Estado não precisa de assumir todas as despesas de intervenção, atuando somente como um estimulador da iniciativa privada, como é referido na Tabela 4.

ARU de Campanhã e enquadramento na área de estudo



Área de estudo

Fonte: CAOP (2012), CMP (2015)

Figura 33 - ARU de Campanhã

Plano Intermunicipal de Valorização do Douro (PIVD)

Este projeto desenvolveu-se por iniciativa de concelhos que são banhados pelo Rio Douro na AMP: Gondomar, Porto, Santa Maria da Feira e Vila Nova de Gaia. Neste trabalho foram estabelecidos quatro grandes domínios: as margens, as travessias, o rio e o imaterial, procurando-se que fossem criadas medidas de intervenção no rio Douro, de acordo com a especificidade de cada local.

Na construção deste programa o rio Douro foi “dividido” em quatro categorias: Douro Atlântico, Douro urbano, Douro das praias, e Douro das serras. A categoria que

se enquadra na área de estudo é o Douro das praias, onde o rio é marcado por areais, lugares de pesca e velhos pontos de trânsito de bens e pessoas (Á. M. d. Porto, 2015a).

A construção da estratégia e das ações em volta deste programa foram divididas em três domínios. O primeiro está associado ao envolvimento dos agentes locais nas intervenções neste território e que posteriormente foram divididos em três cenários: Douro de Contrastes, Douro em rede, Douro do bem-estar. O primeiro está mais relacionado com as questões de natureza económica e também com a urbanização, o segundo está direcionado para as questões da mobilidade, da articulação e da participação, enquanto o terceiro se foca mais na promoção da qualidade de vida. O segundo domínio visa identificar os projetos de natureza pública ou privada que estavam programados ou que estão em fase de estudo para esta área. Por último, o terceiro domínio compreende os projetos bandeira que podem trazer grandes efeitos a curto prazo nesta área e que apresentam um âmbito supramunicipal (Á. M. d. Porto, 2015a).

Plano Intermunicipal de Valorização do Rio Douro e enquadramento na área de estudo

Compromisso com os agentes locais

Projetos de natureza pública e privada

Projetos bandeira

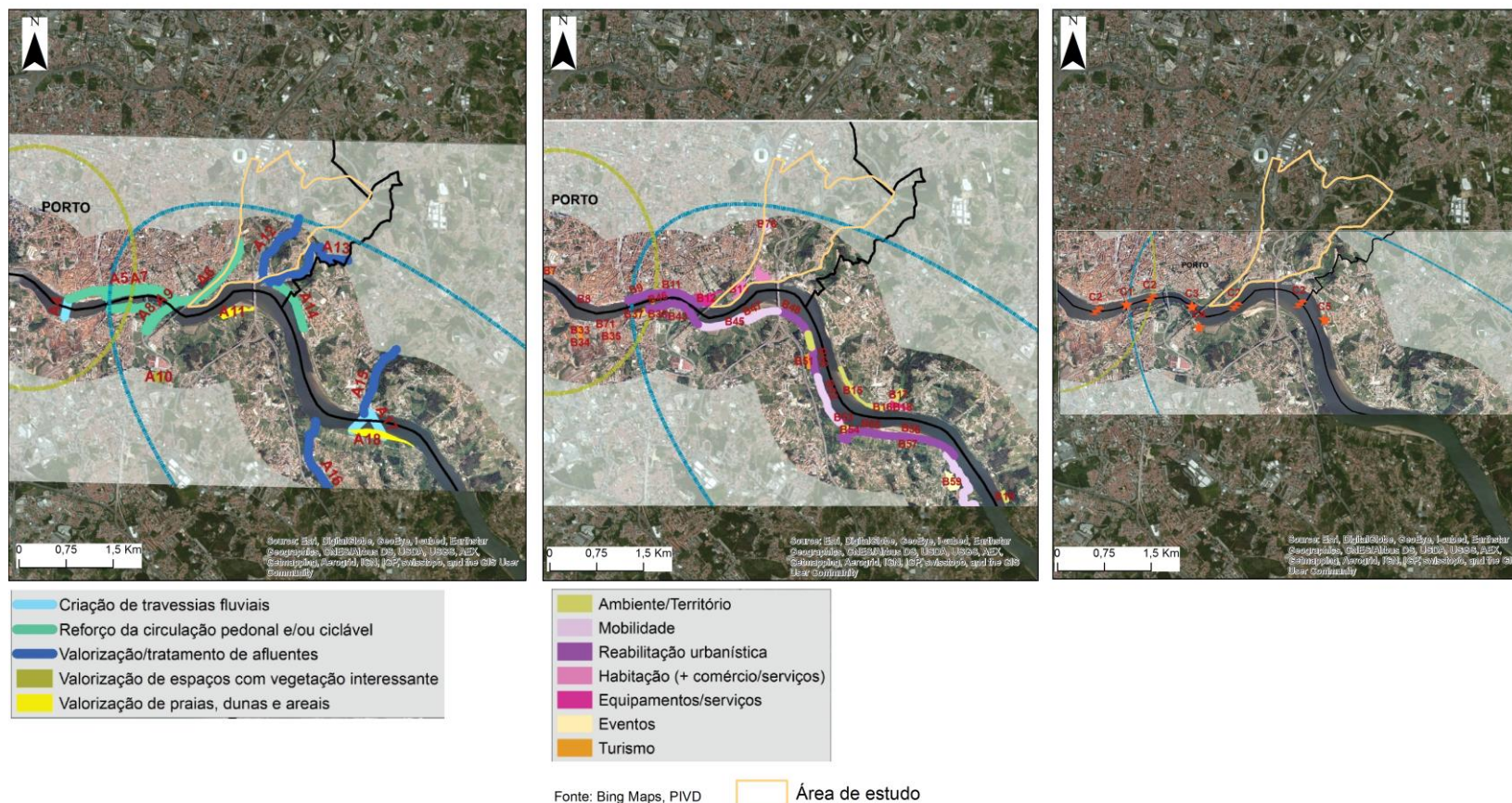


Figura 34 - Plano Intermunicipal de Valorização do rio Douro

No que diz respeito às intervenções que estão previstas e que se enquadram na área de estudo ou na proximidade da mesma, destaco as seguintes:

- Reforço da circulação pedonal e/ou ciclável entre a ponte D. Maria Pia e Campanhã, e entre a marina do Freixo e o ancoradouro em Valbom, a valorização de praias, dunas e areias, e valorização/tratamento de afluentes, como é o caso dos rios Torto e Tinto;
- O EnterHUB em Campanhã e construção do passadiço para ligação ciclopedonal entre o cais de Quebrantões e o Areinho de Oliveira do Douro para reforço da mobilidade, a qualificação do colégio dos Salesianos, a recuperação/construção de edifícios para a construção, como é o caso das Calçadas do Douro, Sociedade Imobiliária Lda., a requalificação do jardim do Areinho de Oliveira do Douro e a requalificação da frente fluvial do rio Douro no Areinho de Oliveira do Douro (2ª fase) e que está englobado nas questões ligadas à reabilitação/qualificação urbanística.
- Por último são de salientar os projetos bandeira que estão previstos para a área, e que são o de travessias e circulação fluvial do rio Douro e o de criação de uma casa de memória do rio Douro, de modo a preservar, valorizar e divulgar elementos materiais e imateriais (Á. M. d. Porto, 2015a).

Matadouro Industrial do Porto

O Matadouro é um edifício dos inícios do século XX e que atualmente apresenta sinais de degradação. Apesar da sua classificação como imóvel de interesse patrimonial, carece de uma intervenção para salvaguardar este património. Respondendo a estes problemas, vai ser iniciada uma intervenção neste edifício que passará por reabilitá-lo para diversas funções, tendo em vista promover a coesão social e melhorar a mobilidade desta área, através da abertura de um canal que permita um acesso mais facilitado à estação do metro do Estádio do Dragão e por uma introdução de árvores, de forma a diminuir o impacto deste conjunto de edifícios na paisagem. O que está previsto são a criação de uma área de empresas criativas e tecnológicas, o museu da Indústria, um espaço dedicado às artes e à comunidade, um espaço com reservas de arte contemporânea, uma nave-multiusos, um laboratório de gastronomia, estúdios de media e audiovisual, projetos de conservação de artes e ofícios tradicionais, um pólo de desporto, e residências artísticas (C. M. d. Porto, 2016).

Matadouro Industrial do Porto e enquadramento na área de estudo

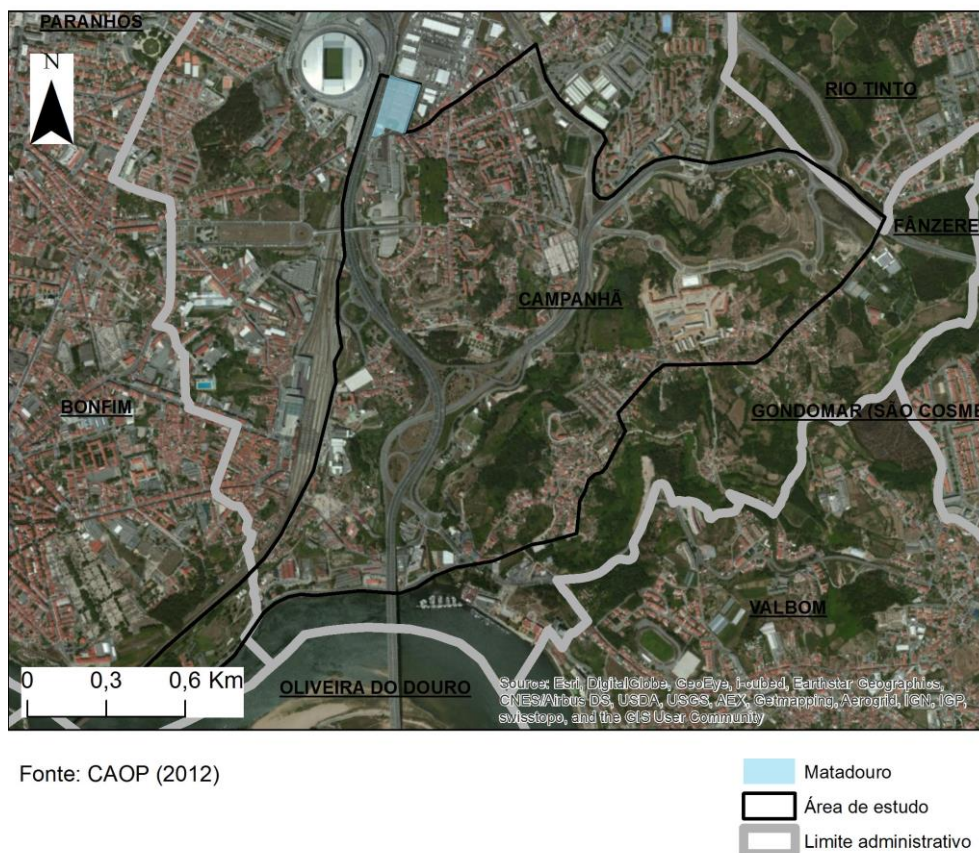


Figura 35 - Projeto Matadouro Industrial do Porto

Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU)

Os PEDU's surgem no âmbito das Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial e destinam-se a municípios dos centros urbanos de nível superior, previstos nos programas operacionais, Norte, Centro, Lisboa e Alentejo. Nestes devem estar integrados os seguintes instrumentos de planeamento:

- Plano de mobilidade urbana sustentável;
- Plano de ação de regeneração urbana;
- Plano de ação integrado para as comunidades desfavorecidas¹⁵.

¹⁵ <https://www.portugal2020.pt/Portal2020/disponiveis-faq-dos-planos-estrategicos-de-desenvolvimento-urbano-pedu>

Começando pelo plano de mobilidade urbana sustentável os projetos aqui propostos vão no sentido de reduzir os volumes de tráfego motorizado, a necessidade de utilização de transporte motorizado, os impactes ambientais, melhorar o desempenho da rede de transportes públicos, a intermodalidade, a qualidade do ambiente urbano e a qualidade de vida da população, promover a utilização de modos suaves, o planeamento de transportes, a integração de sistemas metropolitanos de transportes e articular com as outras intervenções referentes ao PEDU. Relativamente às intervenções para a área de estudo previstas, há a destacar a construção de um terminal interurbano para veículos pesados de transporte de passageiros em Campanhã, de modo a promover a intermodalidade e também o reaproveitamento da antiga linha férrea da Alfândega e da ponte D.Maria, de maneira a expandir a rede ciclável (C. M. d. Porto, 2015a).

O Plano de Ação de Regeneração Urbana (PARU) integra oito ARU's e está subdividido em três subáreas: frente ribeirinha, eixo central da cidade histórica, envolvente do antigo matadouro e praça da Corujeira. Esta última compreende a área de estudo, através da ARU de Campanhã e a ARU Corujeira/Cerco do Porto, que ainda não se encontra publicada. O que se pretende aqui é combater a estigmatização e o isolamento deste local, reconverter os espaços industriais abandonados, reforçar as condições de habitabilidade, qualificar os espaços verdes e valorizar os elementos patrimoniais. E para que isto se concretize integram no plano de investimentos da PARU, reabilitação do espaço público de áreas envolventes da Praça da Corujeira/Matadouro, a reconversão de espaços industriais abandonados no mesmo eixo, e a reabilitação de edifícios de habitação (C. M. d. Porto, 2015a).

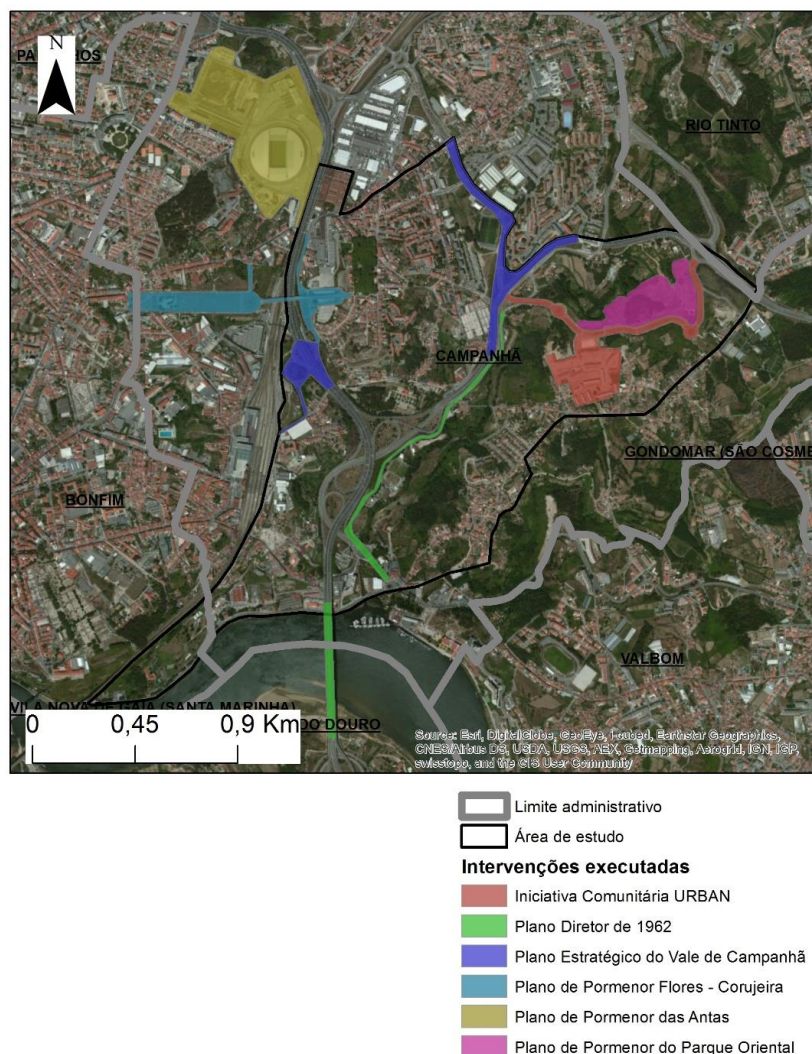
O Plano de Ação Integrada para as Comunidades Desfavorecidas está dividido em duas comunidades: a do vale da Ribeira da Granja, na zona ocidental da cidade, e a comunidade do Vale de Campanhã, na zona oriental. A comunidade do Vale de Campanhã, está dividida em zona Norte e zona Sul. Para a primeira pretende-se intervir no espaço público, nas infraestruturas urbanas, na melhoria do ambiente urbano, da acessibilidade, da mobilidade e da paisagem, além de intervenções direcionadas para as ilhas e para os bairros da Monte da Bela, Falcão e Cerco do Porto. No que diz respeito à zona sul, está previsto a reabilitação de dois blocos residenciais no bairro do Lagarteiro e também a reabilitação de ilhas (C. M. d. Porto, 2015a).

3.3 Estado dos Projetos/planos

No fim da identificação de todas as intervenções definidas para a área de estudo é necessário fazer um diagnóstico destas, através da definição daquilo que foi e não foi concluído.

Há claramente um foco muito grande para a construção do Parque Oriental como já se viu, mas também é de referir a inúmera concentração de estradas num espaço pequeno, que traz os seus problemas como já foi referido. Além disso, vê-se que é junto das indústrias abandonadas que recaem algumas das preocupações de intervenção no edificado. Ou seja, pode dizer-se que, apesar das intervenções serem pontuais e não apresentarem grande integração com outras, estas se interligam e podem originar um processo de regeneração urbana.

Intervenções executadas segundo os projetos e planos analisados



Fonte: CAOP 2012, URBAN, Plano Diretor de 1962, Plano Estratégico do Vale de Campanhã, Plano de Pormenor Flores - Corujeira, Plano de Pormenor das Antas, Plano de Pormenor do Parque Oriental

Figura 36 - Planos e projetos já executados

Contudo, nem todas estas intervenções foram executadas e algumas delas sofreram alguns desvios em relação aos primeiros planos. A Iniciativa Comunitária URBAN e a ARU de Campanhã já foram executados, se bem que existe uma diferença entre estes dois projetos, já que um promove de forma indireta a regeneração urbana, neste caso a ARU, enquanto o programa URBAN levou a uma intervenção a vários níveis nos bairros já referidos e foi possível observar esses resultados no terreno, nomeadamente no que diz respeito às intervenções de cariz físico. Quanto aos projetos parcialmente executados, o Plano Diretor de 1962 sofreu algumas alterações, nomeadamente, construção de uma nova travessia do Douro que foi concluída com a ponte do Freixo, só que noutra local mais a montante daquele previsto no Plano e

algumas vias que estavam previstas no plano também sofreram algumas alterações, além de que infraestruturas como o centro comercial e o cemitério não foram criadas. No que diz respeito ao Plano Estratégico do Vale de Campanhã, as intervenções aqui verificadas incidiram sobretudo sobre a construção de novos acessos viários e vias estruturantes como a VCI. No PP das Antas ainda não foram executados empreendimentos que estavam previstos neste plano e uma área verde adjacente a estes mesmos, já o PP do Parque Oriental só foi concretizado em parte, junto ao bairro do Lagarteiro, ainda sobrando da intervenção a restante área até à foz do rio Tinto. As UOPG's do Parque Oriental e da VCI são aquelas em que já existiu algum tipo de intervenção e nas UOPG's do MAP e de Campanhã não é possível descodificar algum tipo de intervenção, desde a criação destas unidades. Por último, o PIVD já apresenta alguns projetos que já foram iniciados e outros que já estão a ser iniciados, como a qualificação do colégio de Salesianos e a construção do intermodal junto à estação de Campanhã. Como não executados estão a linha do Metro do Porto entre Campanhã e Gondomar, que ainda não saiu do papel; e o PMQUC ainda não foi iniciado na prática na área de estudo. Já quanto ao PEDU e às intervenções definidas para o Matadouro Industrial, ainda não foram executadas, porque são projetos ainda muito recentes.

Tabela 8 - Estado dos planos/projetos

Nome do Projeto	Estado do Projeto	Executado	Parcialmente executado	Não executado
Plano Diretor de 1962			X	
Plano Estratégico do Vale de Campanhã			X	
Iniciativa Comunitária URBAN		X		
PP das Antas			X	
PP Parque Oriental			X	
UOPG's			X	
Metro do Porto				X
PMQUC				X
ARU de Campanhã		X		
PIVD			X	
Matadouro Industrial do Porto				X
PEDU				X

4. Cenários

4.1 Intervenções na área de estudo

Neste último capítulo serão construídos cenários baseados na análise dos casos de estudo e da revisão da literatura. Primeiramente será feita uma comparação entre aquilo que existe na cidade do Porto e o que pode vir a existir, no que se refere a intervenções ligadas à economia criativa e a espaços verdes urbanos. De seguida, serão elaborados cenários, com base neste tipo de intervenções.

Os cenários são instrumentos usados para definir um futuro que pode ser ou não plausível e existem diversas formas de lá chegar, através de cenários preditivos, explorativos e normativos (Maier et al., 2016).

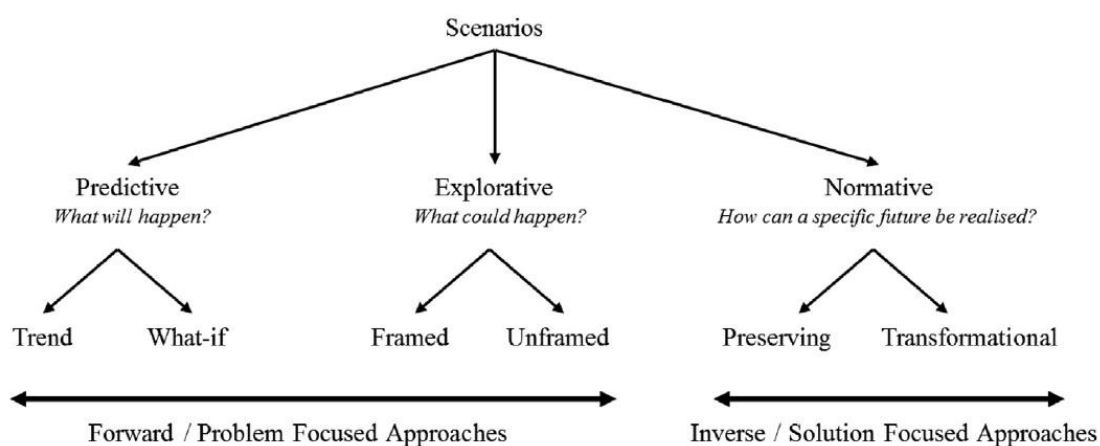


Figura 37 - Tipo de cenários

Começando pelos cenários preditivos, estes respondem à pergunta o que vai acontecer se houver determinado acontecimento e quais as tendências no futuro. O explorativo explica o que poderia acontecer, seguindo uma lógica de um cenário focado nos problemas e outro focado nas soluções. O normativo introduz a questão de como chegar a um futuro realizado através da construção de um caminho, que pode ou não romper com aquilo que temos atualmente (Maier et al., 2016).

Como se pode ver na Figura 37 existem diversos tipos de cenários. O que vai ser utilizado para esta parte é o cenário preditivo, respondendo à questão o que é que acontece se se introduzir um espaço ligado à economia criativa, um espaço verde urbano e a conjugação dos dois, como foi o caso de Amesterdão. Esta abordagem é focada mais

nos problemas do que nas soluções. Posto isto é aquela que pode representar melhor os dados disponíveis e a desindustrialização, enquanto problemática para o território.

Economia criativa - Cenário

Começando pelo tema da economia criativa, foram selecionados dois tipos de espaços: centros comunitários e locais ligados às indústrias criativas e à criatividade.

No que diz respeito aos centros comunitários estes são: o Centro Comunitário do Centro Social da Sé Catedral do Porto, os centros comunitários FAP no Bairro, nos bairros do Carriçal e Dr. Nuno Pinheiro Torres, o centro comunitário do Aldoar e o centro comunitário São Cirilo.

Relativamente aos locais ligados às indústrias criativas e à criatividade foram selecionados os seguintes: o polo das indústrias criativas, o polo tecnológico e o polo da biotecnologia da UPTEC, o centro de criatividade digital da Escola das Artes da Católica do Porto, o espaço ninhos de empresas da Fundação da Juventude, e o INSerralves. A seleção destes espaços teve em conta aquilo que foi feito em Amesterdão, Barcelona e Bilbao e tenta aproximar ao máximo as intervenções feitas nestas cidades, com o apoio da Tabela 5 e da Figura 13.

Esta seleção foi feita através de pesquisa na internet, onde foram procurados espaços em tudo idênticos aos casos analisados. Depois de identificados, foram georreferenciados, para posteriormente serem utilizados na ferramenta de densidade, Kernel Density. Esta ferramenta calcula a densidade de *features* num bairro em torno destes mesmos¹⁶. A dimensão dos buffers está calculada por defeito, segundo o algoritmo usado por esta ferramenta (*bandwith*). Esta metodologia foi seguida para a realização de todos os mapas aqui representados.

Analisando estes dois mapas, percebe-se que a área de estudo se encontra desprovida deste tipo de espaço. Mas, ao introduzir dois espaços dedicados à economia criativa, no Matadouro Industrial e num espaço desocupado junto à ponte do Freixo, percebe-se que este território deixa de ser tão periférico e tão excluído como se encontra atualmente. É de referir que os centros comunitários se situam em áreas onde existem problemas sociais e que em Campanhã apesar dos seus problemas sociais já referidos,

¹⁶ “The Kernel Density tool calculates the density of features in a neighborhood around those features.” <http://pro.arcgis.com/en/pro-app/tool-reference/spatial-analyst/how-kernel-density-works.htm>

não existe qualquer espaço físico do género. Também é necessário afirmar que aqueles espaços ligados às indústrias criativas e à criatividade se encontram sobretudo próximos às faculdades, exceptuando o INSerralves e o Ninhos de empresas da Fundação da Juventude. Contudo, no projeto para o Matadouro Industrial do Porto estão previstos um espaço direcionado para as indústrias criativas e também espaços dedicados à comunidade, integrando assim diversas valências dedicadas a este tema. Apesar disso, não deixa de ser importante apostar neste tipo de intervenção em Campanhã, porque, como se vê, esta é uma área bastante periférica, no que diz respeito a este tema. Contudo, na Rua de Miraflor existe uma galeria de arte que foi recentemente criada em antigos armazéns e que integra também a população no seu projeto, mas que não foi selecionada para este caso, porque não corresponde ao tipo de espaço analisado.

A economia criativa na cidade do Porto

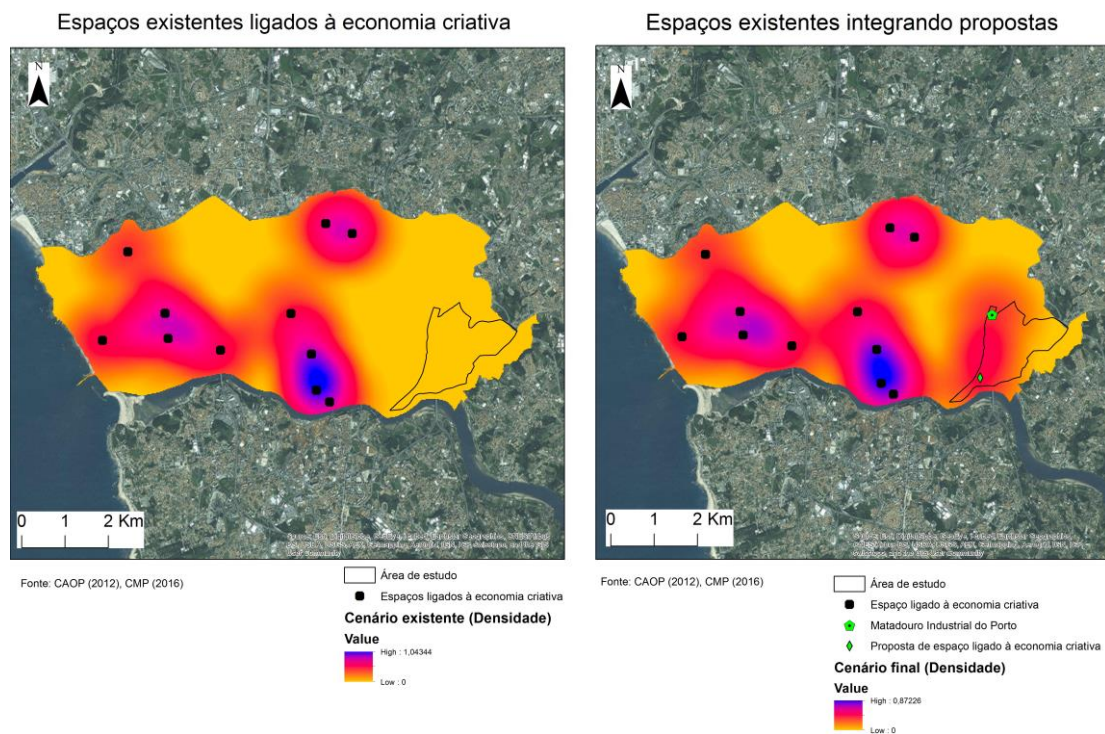


Figura 38 - Economia criativa no Porto

Cenário 1 – Uma intervenção direcionada para a economia criativa, como no caso de Barcelona, que provocará um maior número de empregos e de empresas no setor terciário, maior investimento estrangeiro, mais receita fiscal, aumento das exportações, maior valor acrescentado dos produtos e mais indústrias ligadas à criatividade. Com efeito, esta área será o novo pólo de emprego do Porto, concentrando

sobretudo empresas ligadas à economia do conhecimento, contribuindo para a diminuição do desemprego e combatendo a exclusão social.

Espaços verdes urbanos - Cenário

Os espaços verdes urbanos também foram escolhidos porque, tanto em Amesterdão, como em Barcelona e Bilbao, a introdução de áreas verdes foi sempre utilizada em processos de regeneração. A seleção destes foi feita com base no seu tamanho (>3 ha), e na classificação existente no portal geográfico da CMP. Desta seleção resultaram os seguintes espaços verdes: Parque da cidade, Jardim de Serralves, Parque da Pasteleira, Jardim Botânico, Jardim do Palácio de Cristal, Quinta do Covelo, Parque de S.Roque, e Parque Oriental. Como se vê no mapa dos parques existentes, a área de estudo até apresenta uma proximidade a dois parques que são o Parque de S.Roque e outro parque, que já está inserido na área de estudo, que é o parque Oriental, ou seja, comparando com o anterior mapa sobre a economia criativa constata-se que esta área não está tão excluída no que diz respeito aos espaços verdes urbanos, comparativamente com os espaços ligados à economia criativa. Introduzindo um novo parque num espaço desocupado, junto à ponte do Freixo, verifica-se que a população desta área de estudo pode vir a usufruir ainda mais de parques urbanos, podendo melhorar assim a sua qualidade de vida. Entre outros fatores já aqui referidos, tendo como exemplo o projeto de Westergasfabriek, que integrou no seu projeto a economia criativa e os espaços verdes. Também é de referir que a conclusão do Parque Oriental, no seu todo, pode melhorar a presença destes nesta área, já que passa a existir um grande corredor verde ao longo do rio Tinto e que poderá ser ligado até ao ramal da alfandega, aproveitando o parque anteriormente proposto e o projeto de reforço da circulação pedonal e/ou ciclável nesta via.

Espaços verdes urbanos no Porto

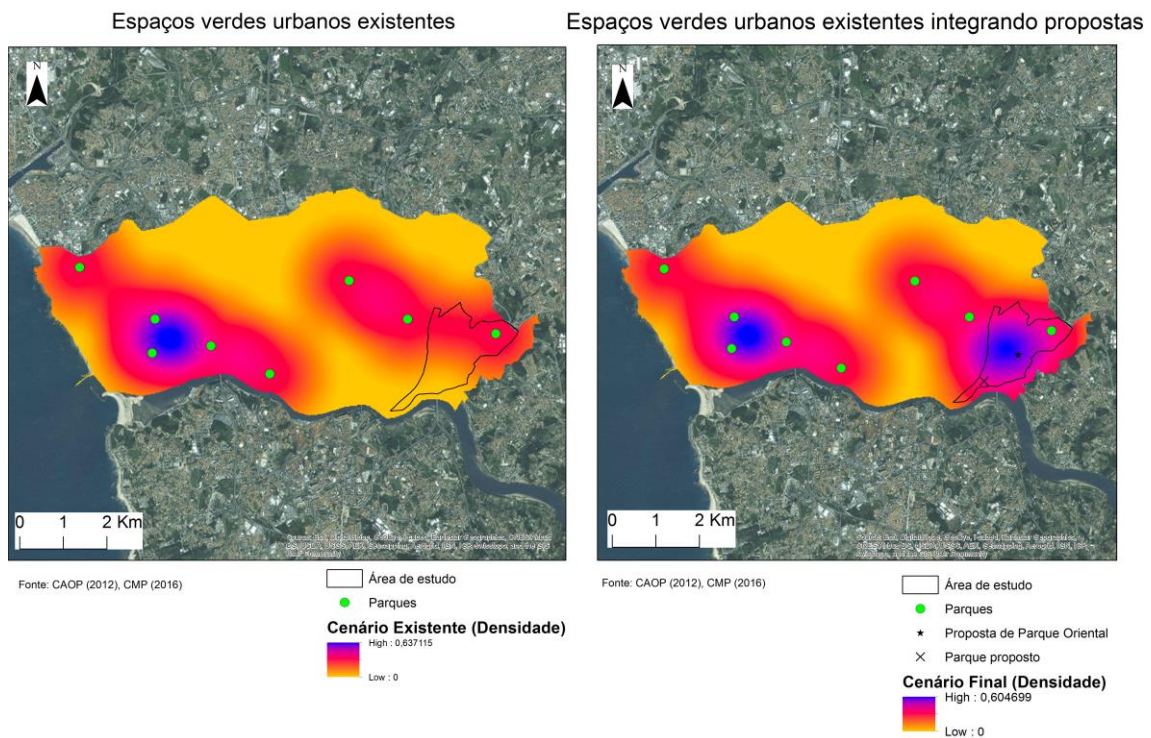


Figura 39 - Espaços verdes urbanos no Porto

Cenário 2 – Uma intervenção direcionada para os espaços verdes urbanos como em Barakaldo, que promoverá a qualidade de vida, o aproveitamento de espaços desocupados, a recuperação do rio Tinto, o aumento dos preços das casas e a diminuição da poluição do ar e do ruído. Assim sendo, esta será a nova área residencial do Porto, onde existirá população de diferentes estratos sociais e de diferentes idades a usufruírem dos espaços verdes e da qualidade de vida.

Economia criativa e espaços verdes urbanos - Cenário

Para finalizar juntando estas duas temáticas, economia criativa e espaços verdes urbanos, conclui-se que a parte mais oriental da cidade poderá ter as mesmas valências que tem, por exemplo, a área da Foz e área mais central da cidade, se se optar por este tipo de intervenção, integrando os espaços verdes e a economia criativa, como é apanágio da regeneração urbana. Além disso, é de referir a importância da localização destes, junta a infraestruturas de transporte, que poderá abrir estes espaços a outros cidadãos, quer da cidade do Porto, quer dos concelhos limítrofes.

Espaços verdes urbanos e economia criativa no Porto

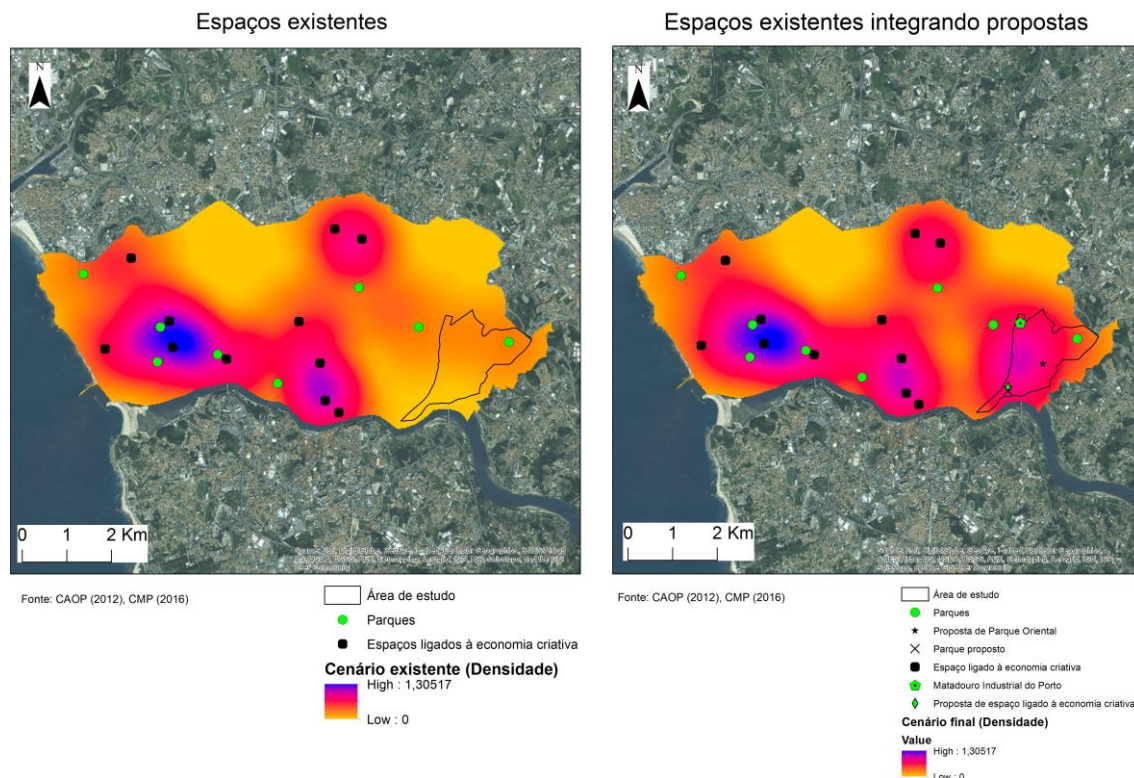


Figura 40 - Espaços verdes urbanos e economia criativa no Porto

Cenário 3 – Este último cenário tem como guia a intervenção efetuada em Amsterdão, que integrou a economia criativa e os espaços verdes urbanos. Este último cenário vai promover a inclusão social, a integração da comunidade na economia do conhecimento, a gentrificação, a dinamização da cultura e os pressupostos dos cenários anteriores. Assim sendo, será criada na cidade do Porto uma nova centralidade localizada na parte mais oriental, conjugando área residencial e área empresarial, resultante de um processo de regeneração urbana.

Conclusão

Nesta dissertação pode-se concluir que a desindustrialização e a regeneração urbana estão intimamente ligadas em alguns projetos urbanos. A desindustrialização, na maior parte dos casos, é referida como um grave problema nos territórios, mas é preciso salientar que este processo não acarreta só aspetos negativos, porque se, na maior parte das vezes, que aqui se falou deste tema, este tinha uma conotação negativa. A saída de indústria poluidora de um determinado local poderá equilibrar os pratos da balança, daquilo que é negativo e positivo, ou seja, apesar da saída de indústria ser prejudicial para a dinâmica social e económica de um território, se esta apresentasse um problema antes dessa saída, a sua deslocalização deixa de acarretar só aspetos negativos. Além disso, é de referir que, através deste processo, também podem surgir novos investimentos que poderiam não surgir. E estas oportunidades surgem muitas vezes associadas aos espaços desocupados originados pela desindustrialização, que, por vezes oferecem grandes vantagens, no que diz respeito à disponibilidade de terreno. Contudo, nestes locais, chamados de brownfields, viu-se que a poluição pode ser uma importante variável, já que em alguns casos a indústria que lá existia era poluidora, e assim, mesmo após a sua deslocalização, a intervenção neste espaço poderia ser condicionada por isto. O caso de estudo de Amesterdão representa isso mesmo, onde, durante o processo de intervenção, foi preciso fazer uma descontaminação do local, devido à antiga de fábrica de gás que ali se localizou.

A regeneração urbana é uma forma de promover novos investimentos nesses espaços desocupados, como se viu nos casos de Amesterdão, Barcelona e Bilbao. Todas estas cidades enfrentaram os problemas da desindustrialização e do consequente aparecimento de espaços desocupados, mas através deste processo abrangente e integrador, foi possível trazer uma nova dinâmica para estas cidades. Como se viu, a regeneração urbana sempre existiu, só que não apresentava esta abordagem capaz de integrar os aspetos sociais, económicos, e ambientais num único processo e funcionava mais numa lógica de uma intervenção só direcionada para um determinado eixo, em vez de vários e integrado. Os casos analisados seguiram todos uma intervenção direcionada para a economia criativa, conjugando, em certas situações, também as questões ligadas à melhoria da qualidade de vida, através da criação de novos espaços públicos e espaços

verdes. Assim sendo, em Amesterdão, Barcelona e Bilbao, pôde-se observar o processo de regeneração urbana e os efeitos que este tipo de intervenção pode trazer e a sua importância.

O território de Campanhã é referido, desde à algum tempo, como uma área desfavorecida da cidade do Porto e isso foi possível demonstrar através dos dados analisados através do INE. A área de estudo pode ser caracterizada através de uma população com pouca escolaridade, elevado desemprego, diminuição da população ao longo dos últimos anos, reduzido número de atividades económicas e degradação do edificado. Tudo isto pode ser resultado do processo de desindustrialização que se fez sentir aqui, porque era onde existia uma grande concentração de indústria. Além disso, a pouca concretização de projetos determinados em Plano Municipais de Ordenamento do Território, conjugada com a introdução de instrumentos mais eficazes para o ordenamento do território, poderá ter contribuído para que esta área fosse perdendo população e que a população que lá permanecesse visse a sua qualidade de vida diminuir e criado um certo estigma da área em causa. Mas, com a introdução de novos instrumentos de planeamento do território e de políticas da União Europeia direcionadas para áreas como esta, Campanhã começou a sofrer algumas mudanças e existem já diversos projetos para dar uma nova vida a este local. Todavia, verificou-se que existem diversos projetos que não passam de intervenções pontuais e que não são integrados em outros. Excetuando o PEDU que é um plano estratégico e que se assemelha mais a um projeto de regeneração urbana, os outros projetos e planos desenhados para aqui parecem estar um pouco desligados da área que cruzam. Ou seja, se os conjugarmos todos, podemos obter um processo de regeneração urbana, mas o que se verifica é a presença de intervenções pontuais, que podem não ter em conta as características da área de estudo, e que se focam só numa determinada questão.

Olhando para aquilo que foi feito nos casos de estudo e transpondo isso para o Porto, verifica-se que a parte mais oriental da cidade se encontra desprovida de infraestruturas que são utilizadas nesses processos de regeneração urbana, contrastando com a área mais central e ocidental da cidade. E se fizermos um exercício de possíveis intervenções direcionadas para a economia criativa, conjugando com espaços verdes, idênticos aos casos referidos, verifica-se um equilíbrio de forças entre as áreas ocidental, central e oriental do Porto, o que atualmente não existe.

Os cenários para aqui criados ditam que, segundo este tipo de intervenções, pode-se ter um território com um maior mix social, mais qualidade de vida, mais inclusão social, e mais emprego. Se se relacionar os benefícios que são apresentados nos capítulos da economia criativa e dos espaços verdes urbanos, com aquilo que é descrito na Tabela 1 sobre os benefícios da regeneração destes espaços, vê-se que muitos deles estão interligados e que isso pode ser uma das razões para que estes dois tipos de intervenções sejam utilizadas para estes casos. Além disto, é de referir que podem surgir processos como, por exemplo, a gentrificação, que pode provocar conflitos se esta transformação do território não for bem conseguida. Mas se este processo pode provocar externalidades negativas, também poderá contribuir para a integração de uma nova população, para a valorização dos terrenos e das casas, entre outros (Tabela 6).

Dentro destes cenários é de salientar a importância que as vias de comunicação podem ter. Este território caracteriza-se por uma grande presença deste tipo de infraestruturas, e estas funcionam como barreira e potencialidade. Na presença destes cenários, e desta potencialidade, poderá surgir uma grande oportunidade para que se crie um novo ponto referência na cidade do Porto, que poderá extrapolar os seus efeitos para uma escala metropolitana, ou regional. Se se reparar nas infraestruturas de transportes aqui existentes atualmente, estas tanto podem beneficiar pessoas que optam por um modo de transporte individual, como por um coletivo, ou seja, pode ser possível conjugar estes dois tipos de modos, através de diferentes meios.

Outro aspeto a salientar aqui é a existência de cursos de água. Estes, como se pôde ver nos casos de estudo, são muitas vezes beneficiados com este tipo de intervenções. Com uma regeneração da área envolvente aos cursos de água, interligando com os projetos que existem para as margens do rio Douro, poderá ser possível obter efeitos semelhantes, aos anteriormente referidos, mas cingidos às áreas envolventes a estes cursos de água.

Por último, seria importante refletir sobre estes dois conceitos da “moda”, que são a economia criativa e espaços verdes urbanos. Atualmente em algumas intervenções que se fazem nas cidades opta-se por intervir com base nestes dois conceitos, estes, como se viu através da análise aos casos de estudo e da análise mais teórica ao que corresponde cada conceito, trazem bastante pontos positivos para as cidades, mas com a generalização deste tipo de intervenção poderemos estar a criar áreas em diversas cidades que sejam muito semelhantes, apesar de terem sido pensadas de forma diferente,

podendo provocar uma certa estandardização de intervenções. Também gostaria de chamar aqui à atenção, que a população que vive nas cidades algumas vezes sai das cidades por causa da sua qualidade de vida, ou seja, este tipo de intervenção direcionado para a economia criativa e para os espaços verdes urbanos, pode ser uma resposta a este processo de saída de população das cidades que ocorre em alguns países.

Assim sendo, a desindustrialização neste território poderá ter sido prejudicial, mas atualmente com os espaços desocupados, com a regeneração urbana e com os exemplos de outras cidades, este processo tornou-se uma oportunidade, e esta área pode vir a recuperar a dinâmica de outros tempos, combatendo os problemas existentes, através de intervenções direcionadas para a economia criativa e espaços verdes urbanos, conjugando com outros projetos já existentes.

Referencias Bibliográficas

- Álvarez, José Javier Gómez. (2009). Urban renewal in fragmentary industrial areas: the case of zona industrial Vallarta-Inglaterra in Guadalajara, Mexico. *Palapa*, 4(1), 5-16.
- Anttiroiko, Ari-Veikko. (2014). Creative city policy in the context of urban asymmetry. *Local Economy*, 29(8), 854-867. doi: 10.1177/0269094214557926
- Auzelle, Robert. (1962). Plano Diretor de 1962. Porto: Câmara Municipal do Porto.
- Baycan-Levent, Tüzin, Vreeker, Ron, & Nijkamp, Peter. (2009). Multi-criteria evaluation of green spaces in european cities. *European Urban and Regional Studies*, 16(2), 193-213. doi: 10.1177/0969776408101683
- Berg, Agnes E. van den, Maas, Jolanda, Verheij, Robert A., & Groenewegen, Peter P. (2010). Green space as a buffer between stressful life events and health. *Social Science & Medicine*(70), 1203-1210. doi: 10.1016/j.socscimed.2010.01.002
- Bjelland, Mark D. (2004). Brownfield Sites in Minneapolis-St. Paul: The Interwoven Geographies of Industrial Disinvestment and Environmental Contamination. *Urban Geography*, 25(7), 631-657. doi: 10.2747/0272-3638.25.7.631
- Burgess, Jacquelin, Harrison, Carolyn M ., & Limb, Melanie. (1988). People, Parks and the Urban Green : A Study of Popular Meanings and Values for Open Spaces in the City. *Urban Studies*(25), 455-473.
- Castel-Branco, Duarte. (1993). Porto Projeto Cidade Nova – Ratificação do Plano Diretor Municipal. Porto: Câmara Municipal do Porto.
- CIP. (2013). *Benchmarking Internacional, case studies de Regeneração Urbana*: Confederação Empresarial de Portugal.
- Daubaraitė, Ugnė, & Startienė, Grazina. (2015). *Creative industries impact on national economy in regard to subsectors*. Paper presented at the 20th International Scientific Conference Economics and Management - 2015 (ICEM-2015), Kaunas, Lituânia.
- Davidson, Mark, & Lees, Loretta. (2005). New-build 'gentrification' and London's riverside renaissance. *Environment and Planning*, 37, 1165-1190. doi: 10.1068/a3739
- Dixon, Timothy, & Adams, David. (2008). Housing Supply and Brownfield Regeneration in a post-Barker World: Is There Enough Brownfield Land in

- England and Scotland? *Urban Studies*, 45(1), 115-139. doi: 10.1177/0042098007085104
- DMPOT. (2015). Relatório Espaços Industriais/Armazéns Desativados na cidade do Porto: Câmara Municipal do Porto.
- Domingues, Álvaro. (1999). Projeto Urbano das Antas: Risco.
- Fernandes, José A. V. Rio. (1997). Desindustrialização, Terciarização e Reestruturação Territorial: o caso do Porto. 445-457.
- Fernandes, José Alberto Rio. (2000). Cidade do Porto e Área Metropolitana do Porto: Realidades e Desafios. *Revista da Faculdade de Letras*, 1(3), 127-143.
- Fernandes, José Alberto Rio. (2016). O Porto no século XXI - A cidade cosmopolita. O *Tripeiro*.
- Fernandes, José Alberto Rio, Trigal, Lorenzo López, & Sposito, Eliseu Savério. (Eds.). (2016) Dicionário de Geografia Aplicada: Terminologia da análise, do planeamento e da gestão do território.
- Ferreira, João Miguel da Silva. (2011). *Os concelhos industriais em Portugal. Vantagem ou desvantagem?* (Mestrado em Economia Local), Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Filimon, Luminița, Nemes, Valentin, & Olau, Paul. (2012). Urban Regeneration in the context of current urban development policies in Romania. Case study: Stei city (Bihor County, Romania). *Revista Română de Geografie Politică*(2), 200-210.
- Frantál, Bohumil, Kunc, Josef, Nováková, Eva, Klusáček, Petr, Martinát, Stanislav, & Osman, Robert. (2013). Location Matters! Exploring brownfields regeneration in a spatial context (a case study of the south moravian region, Czech Republic). *Moravian Geographical Reports*, 21(2). doi: 10.2478/mgr-2013-0007
- Frantál, Bohumil, & Martinát, Stanislav. (2013). Brownfields: A geographical perspective. *Moravian Geographical Reports*, 21(2). doi: 10.2478/mgr-2013-0006
- García, Beatriz. (2004). Cultural Policy and Urban Regeneration in Western European Cities: Lessons from Experience, Prospects for the Future. *Local Economy*, 19(4), 312-326. doi: 10.1080/0269094042000286828
- Gidlof-Gunnarsson, Anita, & Ohrstrom, Evy. (2007). Noise and well-being in urban residential environments: The potential role of perceived availability to nearby green areas. *Landscape and Urban Planning*(83), 115-126. doi: 10.1016/j.landurbplan.2007.03.003

- Graham, Daniel, & Spence, Nigel. (1995). Contemporary Deindustrialisation and Tertiariisation in the London Economy. *Urban Studies*, 32(6), 885-911.
- Greenberg, Michael, Lowrie, Karen, Solitare, Laura, & Duncan, Latoya. (2000). Brownfields, toads, and the struggle for neighborhood redevelopment: A case study of the State of New Jersey. *Urban Affairs Review*, 35(5), 717-733.
- Grodach, Carl, & Loukaitou-Sideris, Anastasia. (2007). Cultural Development Strategies and Urban Revitalization *International Journal of Cultural Policy*, 13(4), 349-370. doi: 10.1080/10286630701683235
- Hayek, Michael, Arku, Godwin, & Gilliland, Jason. (2010). Assessing London, Ontario's brownfield redevelopment effort to promote urban intensification. *Local Environment*, 15(4), 389-402. doi: 10.1080/13549831003677712
- Kunc, Josef, Martinát, Stanislav, Tonev, Petr, & Frantál, Bohumil. (2014). Destiny of urban brownfields: Spatial patterns and perceived consequences of post-socialistic deindustrialization *Transylvanian Review of Administrative Sciences*(41), 109-128.
- Lees, Loretta. (2008). Gentrification and Social Mixing: Towards an Inclusive Urban Renaissance? *Urban Studies*, 45(12), 2449-2470. doi: 10.1177/0042098008097099
- Liu, Ying, Oort, Frank van, Geertman, Stan, & Lin, Yanliu. (2014). Institutional determinants of brownfield formation in Chinese cities and urban villages. *Habitat International*(44), 72-78. doi: 10.1016/j.habitatint.2014.05.005
- Maas, Jolanda, Verheij, Robert A., Groenewegen, Peter P., Vries, Sjerp de, & Spreeuwenberg, Peter. (2006). Green space, urbanity, and health: how strong is the relation? *Journal of Epidemiology & Community Health*(60), 587-592. doi: 10.1136/jech.2005.043125
- Maier, H.R., Guillaume, J.H.A., Delden, H. van, Riddell, G.A., Haasnoot, M., & Kwakkel, J.H. (2016). An uncertain future, deep uncertainty, scenarios, robustness and adaptation: How do they fit together? *Environmental Modelling & Software*(81), 154-164. doi: 10.1016/j.envsoft.2016.03.014
- Marinho, Marta Raquel Gonçalves. (2013). *Regeneração Urbano: o caso de Hornsey Depot*. (Mestrado em Arquitetura Paisagista), Universidade do Porto, Porto.
- Marques, Teresa Sá, Ribeiro, Carlos, Dias, Isabel, Fernandes, Mário, Guerra, Paula, Mealha, Rui, & Ferreira, Eduarda. Operação Lagarteiro. *Lagarteiro, uma intervenção alicerçada na participação*.

- Meireles, Miguel Ferreira, & Rodrigues, Agostinho B. Vieira. *Monografia de Campanhã*. Porto.
- Mendes, Luís. (2013). A regeneração urbana na política de cidades: inflexão entre o fordismo e o pós-fordismo. *Revista Brasileira de Gestão Urbana*, 5(1), 33-45. doi: 10.7213/urbe.7784
- Mendes, Luís. (2014). Gentrificação e políticas de reabilitação urbana em Portugal: uma análise crítica à luz da tese rent gap de Neil Smith. *Cadernos Metrópole*, 16(32), 487-511.
- Miles, Steven. (2005). 'Our Tyne': Iconic Regeneration and the Revitalisation of Identity in Newcastle Gateshead. *Urban Studies*, 42(5/6), 913/926. doi: 10.1080/00420980500107326
- Miles, Steven, & Paddison, Ronan. (2005). Introduction: The Rise and Rise of Culture-led Urban Regeneration. *Urban Studies*, 42(5/6), 833-839. doi: 10.1080/00420980500107508
- Miletić, Radmila, Lukić, Vesna, & Miljanović, Dragana. (2011). Deindustrialization and Structural Changes in Commuting Flows in Serbia. *Forum geografic. Studii și cercetări de geografie și protecția mediului*, 10(2), 244-254. doi: 10.5775/fg.2067-4635.2011.009.d
- Mwendwa, Patrick, & Giliba, Richard A. (2012). Benefits and Challenges of Urban Green Spaces. *Chinese Journal of Population Resources and Environment*, 10(1), 73-79. doi: 10.1080/10042857.2012.10685062
- Peng, Yi, Lai, Yani, Li, Xuewen, & Zhang, Xiaoling. (2015). An alternative model for measuring the sustainability of urban regeneration: the way forward. *Journal of Cleaner Production*(109), 76-83. doi: 10.1016/j.jclepro.2015.06.143
- Popescu, Claudia. (2014). Deindustrialization and urban shrinkage in romania. What lessons for the spatial policy? *Transylvanian Review of Administrative Sciences*(42), 181-202.
- Porto, Área Metropolitana do. (2015a). Plano Intermunicipal de Valorização do Douro.
- Porto, Área Metropolitana do. (2015b). Programa Metropolitano para a qualificação Urbana da Circunvalação.
- Porto, Câmara Municipal do. (2005). Proposta para a elaboração do Plano de Pormenor do Parque Oriental.
- Porto, Câmara Municipal do. (2015a). Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano do Porto.

- Porto, Câmara Municipal do. (2015b). Projeto de delimitação da área de reabilitação urbana de Campanhã.
- Porto, Câmara Municipal do. (2016). Porto before Porto.
- Porto, Metro do. (2008). Desenvolvimento do sistema de metro ligeiro do Porto.
- Reis, Ana Carla Fonseca. (2011). *Cidades Criativas: Análise de um conceito em formação e da pertinência de sua aplicação à cidade de São Paulo* Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo São Paulo.
- Richards, Greg. (2014). Creativity and tourism in the city. *Current Issues in Tourism*, 17(2), 119-144. doi: 10.1080/13683500.2013.783794
- Roberts, Peter, & Sykes, Hugh. (2000). *Urban Regeneration: A Handbook*. Sage.
- Rufino, Maria Beatriz Cruz. (2005). *Regeneração Urbana e Estratégias Residenciais em Áreas Centrais: O Caso de Fortaleza (Brasil)*. (Mestrado de Planeamento e Projeto em Ambiente Urbano), Universidade do Porto, Porto.
- Sá, Manuel Fernandes de, Lameiras, José António, & Babo, António. (2003). Plano Diretor Municipal: Câmara Municipal do Porto.
- Sasaki, Masayuki. (2010). Urban regeneration through cultural creativity and social inclusion: Rethinking creative city theory through a Japanese case study. *Cities*(27), 53-59. doi: 10.1016/j.cities.2010.03.002
- Sousa, Christopher De. (2000). Brownfield Redevelopment versus Greenfield Development: A Private Sector Perspective on the Costs and Risks Associated with Brownfield Redevelopment in the Greater Toronto Area. *Journal of Environmental Planning and Management*, 43(6), 831-853. doi: 10.1080/09640560020001719
- Thomas, Michael R. (2002). A GIS-based decision support system for brownfield redevelopment. *Landscape and Urban Planning*(58), 7-23.
- Tzoulas, Konstantinos, Korpela, Kalevi, Venn, Stephen, Ylipelkonen, Vesa, Kazmierczak, Aleksandra, Niemela, Jari, & James, Philip. (2007). Promoting Ecosystem and Human Health in Urban Areas using Green Infrastructure: A Literature Review. *Landscape and Urban Planning*(81), 167-178. doi: 10.1016/j.landurbplan.2007.02.001

Anexos

Casas degradadas na área de estudo de Campanhã



Figura 41 - Casas degradadas na área de estudo

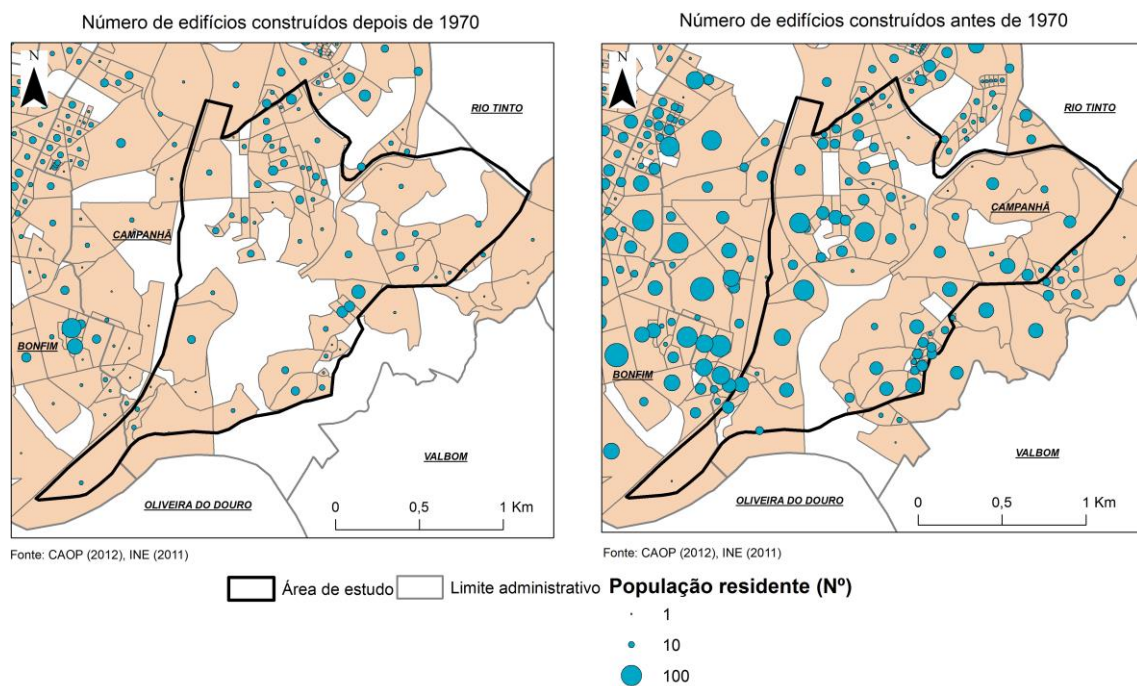


Figura 42 - Edifícios construídos

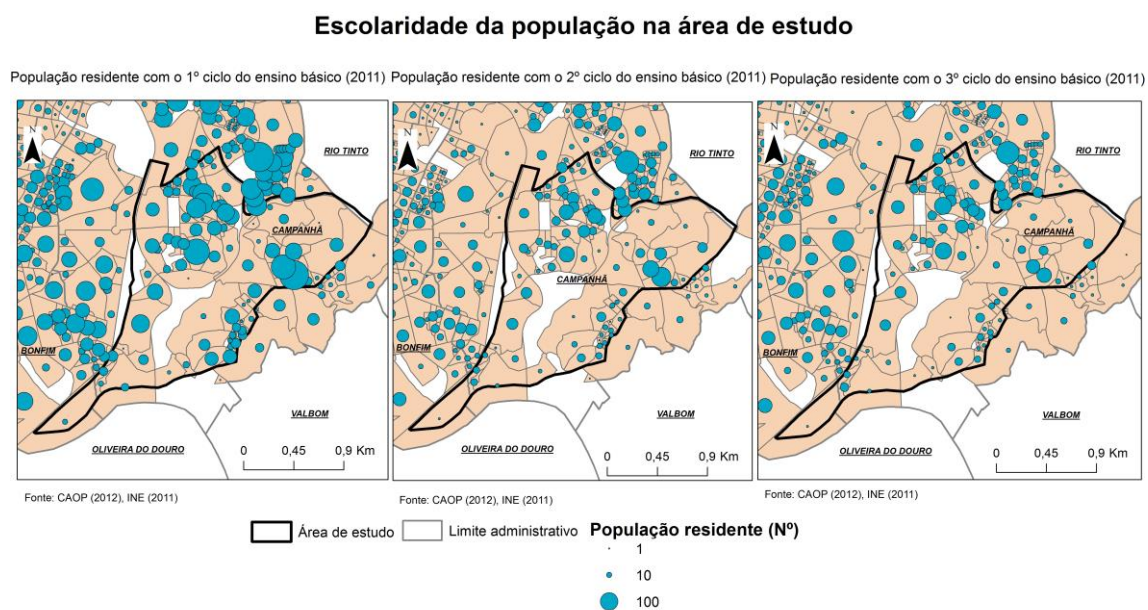


Figura 43 - População residente com ensino básico

Escolaridade da população na área de estudo

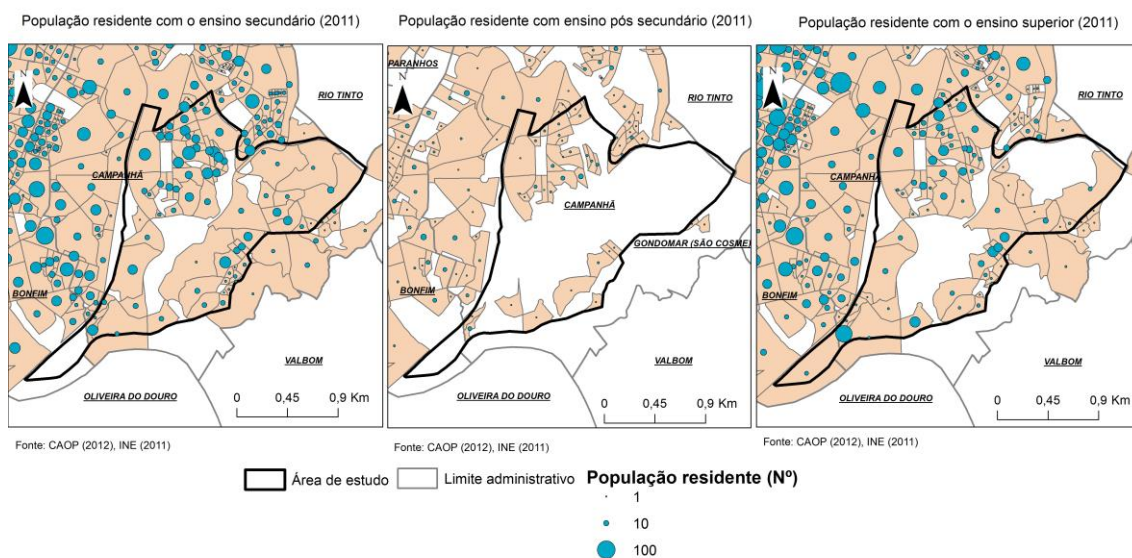


Figura 44 - População residente com ensino secundário e superior

População residente por faixa etária

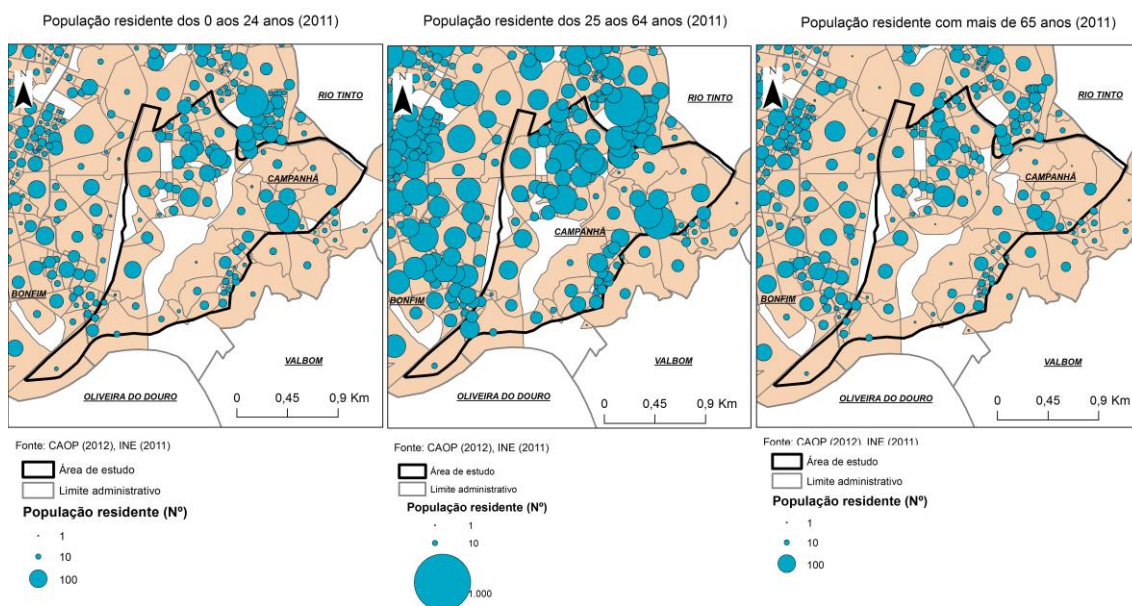


Figura 45 - População residente por faixa etária

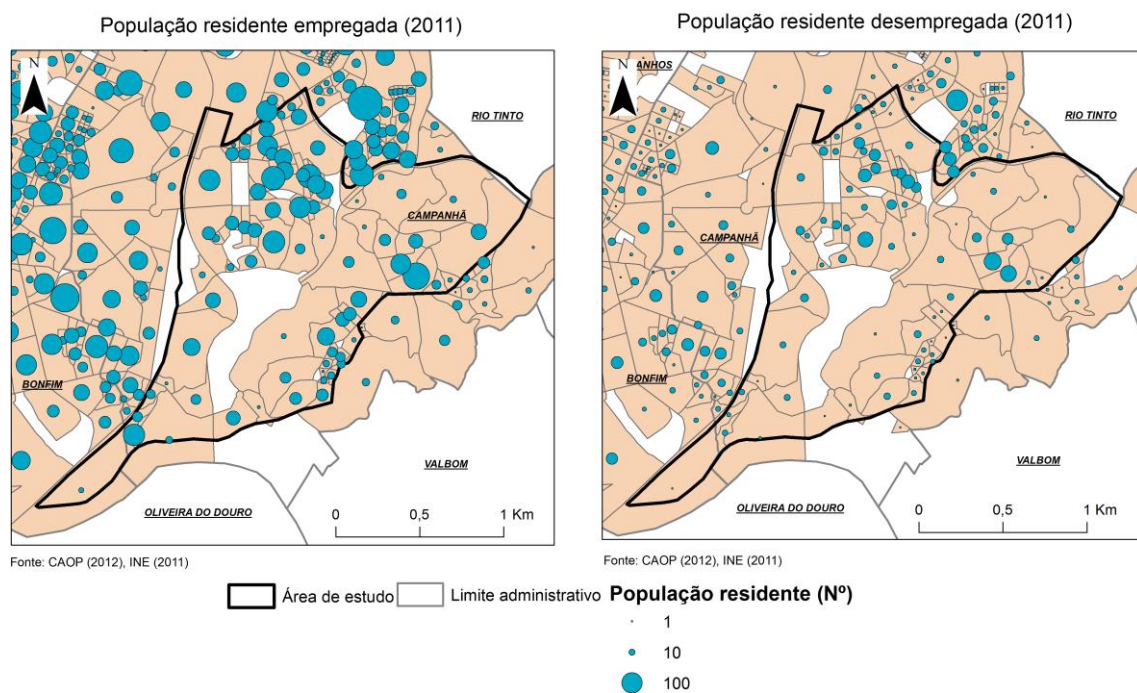


Figura 46 - População empregada e desempregada

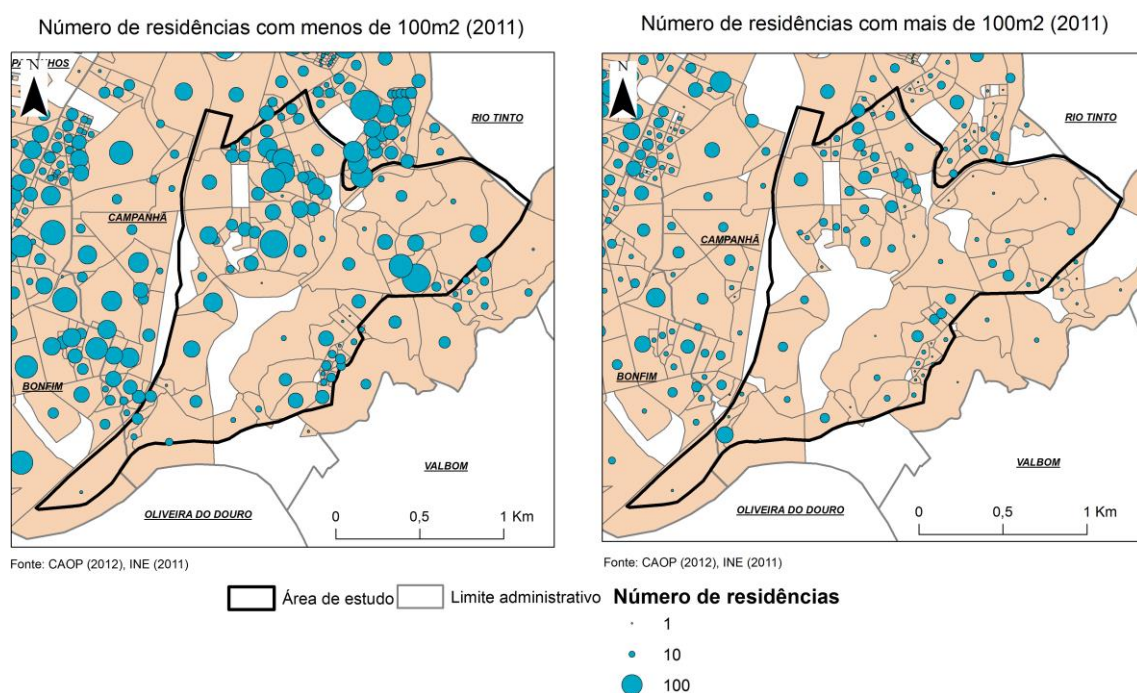
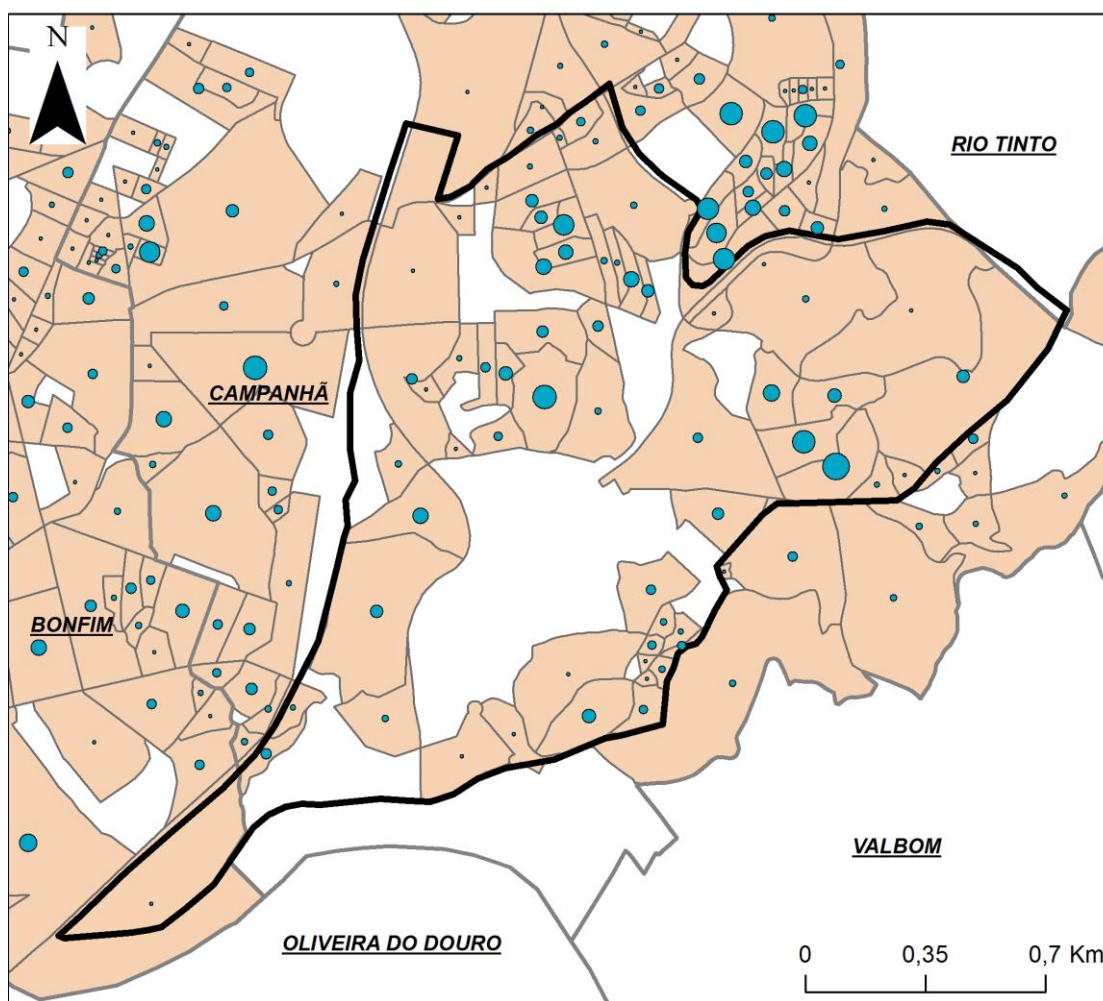


Figura 47 - Residências com menos de 100 m2 e com mais de 100 m2

População residente sem saber ler nem escrever (2011)



Fonte: CAOP (2012), INE (2011)

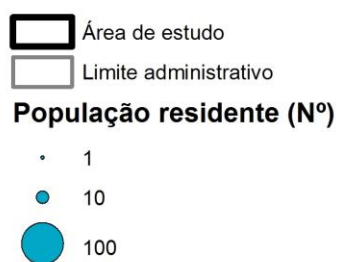


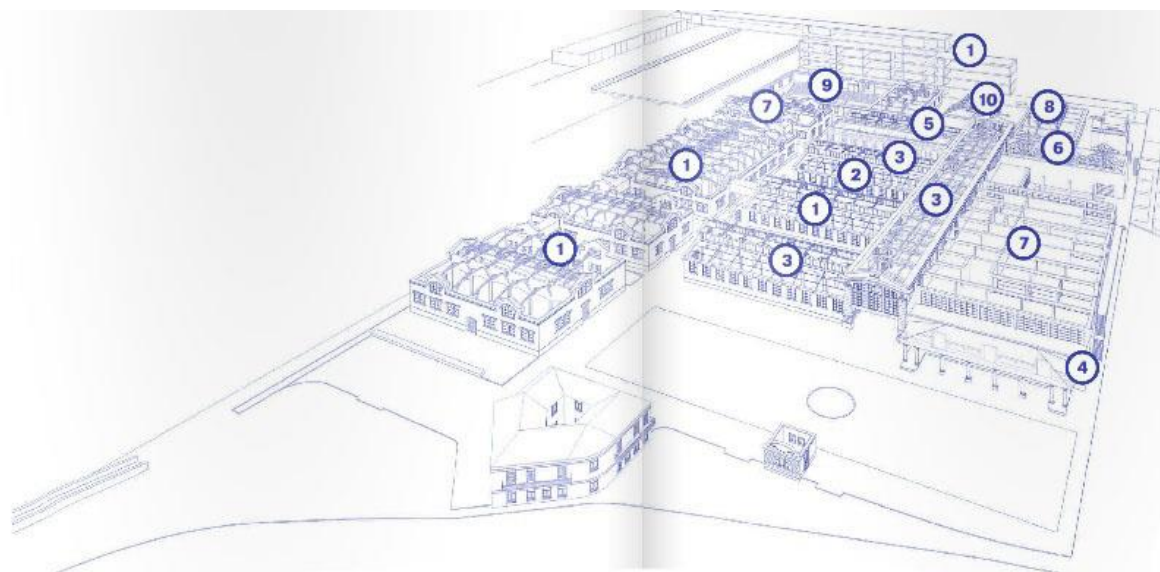
Figura 48 - População sem saber ler nem escrever



Figura 49 - Fábrika Nobreza



Figura 50 - Central Elétrica do Freixo



1/ Área de Empresas Criativas e Tecnológicas
Áreas destinadas à localização de empresas em diferentes áreas criativas e tecnológicas, tanto na "nova indústria" como nos serviços. A componente empresarial do projecto do Matadouro destina-se a grupos económicos e a médias empresas, nacionais e internacionais, bem como a promotores de novas ideias de negócio com elevado potencial de escalabilidade.

2/ Museu da Indústria
Projecto museológico - com um pólo central e outro disseminado por vários espaços - cuja missão assenta no estudo, conservação e revitalização da memória industrial do Porto. Inclui uma colecção permanente composta por centenas de peças, máquinas e documentos provenientes dos sectores mais representativos do desenvolvimento industrial da cidade e da região, destacando-se o têxtil, os fósforos, a moagem, a fundição, a metalomecânica e a electricidade.

3/ Arte e Comunidade Contemporânea
Espaço dedicado a projectos, coordenados por agentes com experiência multidisciplinar, que visam o desenvolvimento de práticas em áreas sociais e artísticas em articulação com o tecido social de Campanhã.

4/ Reservas de Arte Contemporânea
Reserva dinâmica de colecções privadas de arte contemporânea, permitindo a sua fruição pública através de uma área expositiva. Com este projecto pretende-se dar resposta a necessidades de espaço de reserva por parte de coleccionadores e artistas sediados no Porto.

5/ Nave-multiusos
Espaço preparado para acolher diversos tipos de apresentações, estando equipado com uma plateia retrátil e tecnologia de projecção. O programa poderá variar entre conferências, cinema/ vídeo, performances, exposições e eventos sociais.

6/ Laboratório de Gastronomia
Projecto que combina uma dimensão exploratória da nossa gastronomia com práticas de lazer e consumo, partindo de experiências oficiais para um acesso público. Visa projetar a gastronomia tradicional atlântica junto ao grande público e proporcionar, simultaneamente, um espaço de investigação e inovação para novos chefes.

7/ Estúdios Media e Audiovisual
Estúdios de produção e gravação para as áreas do cinema, música, televisão e rádio. Um projecto que cruza espaços disponíveis para arrendamento comercial e espaços vocacionados para projectos pedagógicos e emergentes.

8/ Artes e Oficinas Tradicionais
Projecto de preservação e estudo de saberes oficiais tradicionais que propõe um cruzamento entre uma dimensão laboratorial e uma dimensão pública de apresentação e divulgação

ao público. Aqui se incluem os ofícios dos encadernadores, estofadores, carpinteiros e outros artesãos.

9/ Pólo de Desporto
Área de prática desportiva coberta, composta por um campo multiusos e instalações de apoio, que visa dar resposta a necessidades dos colaboradores dos projectos instalados no Matadouro e, estando aberto ao público, também contribuir para a sua inscrição nas dinâmicas sociais de Campanhã.

10/ Residências Artísticas
Estúdios que incluem área de residência e de apresentação pública de trabalho, destinados a visitantes/ participantes dos projectos sediados no Matadouro e também a artistas nacionais e internacionais.

Figura 51 - Projeto Matadouro Industrial do Porto